

DIÁRIO OFICIAL

DO MUNICÍPIO - ITAJUBÁ/MG

Publicação Oficial da Prefeitura de Itajubá,
conforme Decreto Executivo de 19 de março de 2012

Terça-feira, 20 de outubro de 2026 | Ano IV | Edição nº 840

SUMÁRIO

Terça-feira, 20 de outubro de 2026
Ano IV | Edição nº 840

Poder Executivo 3
Atos Oficiais 3
Decretos 3
Portarias 15
Outros atos oficiais 25
Licitações e Contratos 31
Outros atos 31
Inexigibilidade 32
Aditivos / Aditamentos / Supressões 34
Errata 36
Homologação / Adjudicação 37
Contratos 38
Outros Atos 58
Poder Legislativo 86
Atos Oficiais 86
Portarias 86

PODER EXECUTIVO

Atos Oficiais

Decretos

PREFEITURA ITAJUBÁ
GOVERNO SÉRIO E BOM DE SERVIÇO

DECRETO Nº 11.950/2026

Institui a Política de Educação em Tempo Integral no âmbito do Município de Itajubá-MG e dá outras providências.

RODRIGO IMAR MARTINEZ RIERA, Prefeito do Município de Itajubá, Estado de Minas Gerais, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VI do art. 68 da Lei Orgânica Municipal;

Considerando que nos termos do artigo 205 da Constituição da República de 1988, a Educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho;

Considerando que a Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, estabelece que a Educação Infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade e, ainda, que a Educação Infantil será organizada de acordo com regras comuns, entre elas o atendimento à criança de, no mínimo, 4 (quatro) horas diárias para o turno parcial e de 7 (sete) horas para a jornada integral;

Considerando que em relação ao Ensino Fundamental a Lei 9.394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, estabelece que a jornada escolar incluirá pelo menos quatro horas de trabalho efetivo em sala de aula, sendo progressivamente ampliado o período de permanência na escola, estabelecendo, também, que o Ensino Fundamental será ministrado progressivamente em tempo integral, a critério dos sistemas de ensino;

Considerando que a Lei nº 15.388, de 14 de abril de 2026, que aprova o Plano Nacional de Educação, estabelece, na Meta 6.a, a garantia de oferta de matrículas em tempo integral, na perspectiva da educação integral, com jornada mínima de 7 (sete) horas diárias ou 35 (trinta e cinco) horas semanais, em, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 35% (trinta e cinco por cento) dos estudantes da educação básica até o quinto ano de vigência do Plano, e em, no mínimo, 65% (sessenta e cinco por cento) das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 50% (cinquenta por cento) dos estudantes até o final de sua vigência;

Considerando que a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios atuarão em regime de colaboração, visando o alcance das metas e a implementação das estratégias objeto do Plano Nacional de Educação, sendo cabível aos gestores federais, estaduais e municipais a adoção das medidas governamentais necessárias ao alcance das metas previstas no Plano Nacional de Educação, inclusive para a oferta de educação em tempo integral;

Considerando a Lei nº 14.640, de 31 de julho de 2023, que instituiu o Programa Escola em Tempo Integral com a finalidade, entre outras, de fomentar a criação de matrículas na educação básica em tempo integral,

em observância à Meta 6 estabelecida pela Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014;

Considerando que o Programa Escola em Tempo Integral também tem entre suas finalidades promover a equalização de oportunidades de acesso e permanência na oferta de jornada de tempo integral, melhorar a qualidade da educação pública, elevando os resultados de aprendizagem e desenvolvimento integral de bebês, crianças e adolescentes e, ainda, fortalecer a colaboração da União com Estados e Municípios para o cumprimento das Metas do Plano Nacional de Educação;

Considerando que o Município aderiu e pactuou metas para a ampliação de matrículas em tempo integral no âmbito do Programa Escola em Tempo Integral, nos termos previstos na Portaria MEC n.º 1.495 de 2 de agosto de 2023;

Considerando que nos termos previstos no art. 6º da Portaria MEC n.º 1.495/2023, no ato de pactuação das matrículas, os entes federativos comprometeram-se a comprovar a aprovação de sua Política de Educação em Tempo Integral, concebida para ofertar a jornada em tempo integral na perspectiva da educação integral, alinhada à Base Nacional Comum Curricular e às disposições da Lei nº 9.394/96, junto ao seu respectivo Conselho de Educação;

Considerando que a Lei nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020, que regulamentou o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, estabelece diferenças e ponderações entre etapas, modalidades, duração da jornada e tipos de estabelecimento de ensino, inclusive para fins de complementações do FUNDEB e para estabelecer os valores de referência para as pactuações realizadas nos termos da Portaria MEC n.º 1.495/2023;

Considerando que a Portaria MEC n.º 2.036, de 23 de novembro de 2023, estabeleceu as diretrizes para a ampliação da jornada escolar em tempo integral na perspectiva da Educação Integral e estabeleceu ações estratégicas no âmbito do Programa Escola em Tempo Integral;

Considerando os fundamentos pedagógicos enunciados na BNCC - Base Nacional Comum Curricular, os quais propõem a ampliação das dimensões do conhecimento, com o objetivo de consolidar, aprofundar, ampliar a formação integral, contribuindo para a realização dos projetos de vida dos estudantes, em consonância com os princípios da justiça, da ética e da cidadania;

Considerando a Resolução CNE/CEB n° 07/2025 e suas alterações, que instituiu as Diretrizes Operacionais Nacionais para a Educação Integral em Tempo Integral na Educação Básica;

Considerando a Resolução CIF n° 23/2026, que regulamenta as diretrizes para a destinação de recursos do FUNDEB à criação de matrículas em tempo integral na educação básica;

Considerando a Portaria Nº 64, de 26 de dezembro de 2023, que altera o Anexo II da Portaria nº 1.495, de 2 de agosto de 2023, que dispõe sobre a adesão e a pactuação de metas para a ampliação de matrículas em tempo integral no âmbito do Programa Escola em Tempo Integral, e dá outras providências;

Considerando a Resolução nº 18, de 27 de setembro de 2023, que estabelece os critérios e procedimentos operacionais de distribuição, de repasse, de execução e de prestação de contas do apoio financeiro do

Programa Escola em Tempo Integral; Resolução nº 25, de 24 de novembro de 2023, que institui os critérios de seleção de projetos da ação PAR-Portfólio no âmbito do Programa Escola em Tempo Integral, e Resolução nº 26, de 24 de novembro de 2023, que institui os procedimentos de priorização e critérios de seleção de propostas de reforma e ampliação de unidades escolares e aquisição de mobiliário para atendimento de demandas do Programa Escola em Tempo Integral;

Considerando a aprovação da Política de Educação em Tempo Integral pelo CACS-FUNDEB, por meio da Resolução CME nº 03/2026, em atenção ao disposto no art. 6º, caput e § 1º, da Portaria MEC n.º 1.495/2023;

DECRETA:

Art. 1º Fica instituída, em âmbito municipal, a Política de Educação em Tempo Integral, concebida para ofertar a jornada em tempo integral, gradualmente nas escolas da rede municipal de ensino na perspectiva da educação integral, alinhada à Base Nacional Comum Curricular e às disposições da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

Parágrafo único. A Política de Educação em Tempo Integral será coordenada pela Secretaria Municipal de Educação por meio do Departamento de Educação em Tempo Integral, o qual contará com o apoio do Conselho Municipal de Educação e do Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – CACS-FUNDEB, como foro de acompanhamento e participação, além dos demais segmentos da comunidade escolar, com vistas a fortalecer os processos democráticos de gestão pública educacional.

Art. 2º Para fins de implementação e execução da Política de Educação em Tempo Integral instituída nos termos do presente Decreto, o Município observará, além das disposições previstas no art. 1º, os Planos Nacional e Municipal de Educação, a Lei nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020, a Lei nº 14.640, de 31 de julho de 2023, a Portaria MEC n.º 1.495, de 2 de agosto de 2023, Portaria MEC n.º 2.036 de 23 de novembro de 2023 e suas eventuais alterações, além de outras legislações aplicáveis, conforme o caso.

Parágrafo único. A implementação e execução da Política de Educação em Tempo Integral observará o regime de colaboração federativa, assegurada, nos termos do art. 211 da Constituição da República de 1988 e do art. 8º da Lei nº 9.394/96, a autonomia da rede municipal de ensino.

Art. 3º A Política de Educação em Tempo Integral, instituída nos termos do presente Decreto, observará as seguintes diretrizes:

I. Educação Integral em tempo integral: expansão das matrículas e escolas em tempo integral que deverá ser orientada pela concepção da educação integral, na qual se assume o compromisso com o planejamento e realização de processos formativos que reconhecem, respeitam, valorizam e incidem sobre as diferentes dimensões constitutivas do desenvolvimento dos sujeitos (cognitiva, física, social, emocional, cultural e política);

II. Currículo ampliado e materiais pedagógicos significativos: referencial que considere a ampliação, o aprofundamento e o acompanhamento pedagógico das aprendizagens prioritárias, a pesquisa científica, as práticas culturais, artísticas, esportivas, de lazer e brincar, tecnologias da comunicação e informação, da

cultura da paz e dos direitos humanos, da aprendizagem baseada na relação direta com a natureza e na preservação do meio ambiente e na promoção de práticas de cuidado e saúde integral;

III. Direitos de aprendizagens e desenvolvimento integral: superação da organização curricular baseada na lógica de turno e contraturno, visando a um currículo integrado e integrador de experiências, comprometido com o alcance dos direitos de aprendizagem e desenvolvimento integral, ao longo da jornada escolar diária, previstos para cada etapa e modalidade da educação básica;

IV. Prioridade para estudantes em maior vulnerabilidade socioeconômica, regularmente matriculados e frequentes em turma regular da Rede Municipal, compatível com o ano escolar oferecido pela instituição no Tempo Integral;

V. Articulação intersetorial: articulação intersetorial com Políticas e órgãos públicos de áreas e esferas diversas, bem como com organizações da sociedade civil, famílias e demais integrantes da comunidade local para a efetiva promoção intersetorial da Educação Integral e proteção de direitos dos bebês, das crianças, dos adolescentes, jovens e adultos;

VI. Melhoria da infraestrutura: melhoria da infraestrutura física das escolas, com foco na organização de ambientes que favoreçam a diversificação das experiências de aprendizagem e desenvolvimento integral, assegurando acessibilidade às distintas formas de deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, respeito e promoção aos pertencimentos étnico-raciais e socioculturais da comunidade escolar;

VII. Valorização e formação dos profissionais da educação: melhoria contínua das condições laborais dos profissionais da educação, assim como a valorização de suas jornadas e processos formativos para a dedicação à educação em tempo integral;

VIII. Educação pela equidade, antirracista e contra todos os tipos de discriminação: educação para as relações étnico-raciais, de forma transversal e interdisciplinar, com o estabelecimento de metas e de estratégias que promovam a redução de desigualdades étnico-raciais, socioeconômicas, territoriais e de gênero, com atenção ao público-alvo da educação bilíngue de surdos, ao público-alvo da educação especial e aos jovens que cumprem medidas socioeducativas;

IX. Atendimento a modalidades especiais: atendimento à demanda escolar por tempo integral manifesta ou sob consulta aos públicos das modalidades de educação especial, educação bilíngue de surdos, educação do campo, considerando as respectivas diretrizes curriculares e outras normativas;

X. Participação ativa estudantil e integração com o território: participação ativa dos estudantes e de seu papel no processo coletivo e colaborativo de construção e apropriação dos saberes, atitudes e práticas, em uma perspectiva de progressiva autonomia, bem como a construção de arranjos locais de integração da escola com o território e com a comunidade social de que faz parte, na perspectiva do reconhecimento e da mobilização de seus saberes e práticas socioculturais.

Art. 4º Nos termos da Política de Educação em Tempo Integral, instituída por meio do presente Decreto, consideram-se:

I. Educação integral: concepção de educação na qual se assume o compromisso com o planejamento e realização de processos formativos que reconhecem, respeitam, valorizam e incidem sobre as diferentes dimensões constitutivas do desenvolvimento dos sujeitos (cognitiva, física, social, emocional, cultural e política) a partir da mobilização e integração entre diferentes espaços, instituições sociais, tempos educativos e da diversificação das experiências e interações sociais;

II. Tempo integral: carga horária em que o estudante permanece na escola ou em atividades escolares por tempo igual ou superior a 7 (sete) horas diárias ou a 35 (trinta e cinco) horas semanais, em dois turnos,

desde que não haja sobreposição entre os turnos, durante todo o período letivo;

III. Desenvolvimento integral: processo singular, historicamente situado, contínuo e ao longo da vida, de ampliação, aprofundamento e diversificação das dimensões cognitiva, física, social, emocional, cultural e política do sujeito.

Art. 5º Além das diretrizes previstas no art. 3º, constitui parte integrante do presente Decreto e referencial para fins de implementação e execução das ações referentes à Política de Educação em Tempo Integral, nas escolas integrantes da rede municipal de ensino, o "Plano da Política de Educação em Tempo Integral do Município de Itajubá", constante do Anexo Único deste Decreto, inclusive para fins de melhoria progressiva dos espaços e tempos escolares, bem como para previsão de expansão de matrículas em tempo integral.

Art. 6º Para fins de melhoria progressiva dos espaços e tempos escolares, bem como para previsão de expansão de matrículas em tempo integral, a Secretaria Municipal de Educação deverá considerar as ações a curto, médio e longo prazos, previstas no respectivo "Plano da Política de Educação em Tempo Integral do Município de Itajubá", além de priorizar as seguintes estratégias pedagógicas e de organização da rede que deverão ser estabelecidas para a promoção do desenvolvimento integral dos estudantes e da garantia de seus direitos de aprendizagem:

I. Estratégias Pedagógicas:
a) Adequar a Matriz Curricular;
b) Adequar o Projeto Político Pedagógico – PPP;
c) Capacitar Equipes;
d) Adquirir materiais pedagógicos específicos;
e) Promover cursos de formação;
f) Adquirir materiais esportivos; e
g) Adquirir novas tecnologias, sempre que necessário;

II. Estratégias para organização da rede:
a) Adequar horários de aulas;
b) Adequar horários do transporte escolar;
c) Contratar Profissionais;
d) Reformar Espaços;
e) Ampliar Espaços.

Parágrafo único. A implantação, execução e acompanhamento da efetivação das estratégias mencionadas no caput deste artigo ocorrerão conforme diagnóstico prévio de demanda efetivado pelo Departamento de Educação em Tempo Integral.

Art. 7º A implantação, acompanhamento e execução da Política de Educação em Tempo Integral, bem como sua coordenação, estará a cargo do Departamento de Educação em Tempo Integral, pertencente ao organograma da Secretaria Municipal de Educação de Itajubá.

Art. 8º A implementação das ações inerentes à Política de Educação em Tempo Integral, em âmbito municipal, contará com recursos das seguintes fontes de financiamento:

I. Recursos do Programa Escola em Tempo Integral, instituído nos termos da Lei nº 14.640 de 31 de julho de 2023;

II. Recursos de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino;

III. Recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB;

IV. Recursos da Quota Municipal do Salário-Educação;

V. Recursos do PDDE – Programa Dinheiro Direto na Escola em suas diversas modalidades;

VI. Recursos oriundos de convênios, transferências especiais (emendas parlamentares), acordos, ajustes, parcerias ou instrumentos congêneres, inclusive com entidades privadas;

VII. Recursos oriundos de dotações orçamentárias próprias.

§ 1º A Secretaria Municipal de Educação deverá buscar todos os meios para adequação aos requisitos e exigências legais necessários à ampliação dos recursos oriundos de fundos de manutenção e desenvolvimento do ensino e de programas federais e estaduais destinados à alimentação escolar, transporte escolar e às atividades educacionais complementares.

§ 2º Com o objetivo de ampliar os recursos mencionados no caput deste artigo, a Secretaria Municipal de Educação deverá informar no Censo Escolar da Educação Básica, realizado pelo INEP, nos termos exigidos pelo respectivo sistema, as escolas que têm matrículas de alunos em tempo integral.

§ 3º A execução das ações previstas neste Decreto que impliquem criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental com aumento de despesa fica condicionada à existência de dotação orçamentária suficiente e à disponibilidade financeira, observado o disposto nos arts. 16 e 17 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

Art. 9º Considerando as ações a serem implementadas a curto, médio e longo prazos, previstas no respectivo *"Plano da Política de Educação em Tempo Integral do Município de Itajubá"*, a ampliação de matrículas de tempo integral será implementada, gradativamente, nas unidades escolares que compõem a Rede Municipal de Educação de Itajubá.

Parágrafo único. A ampliação de matrículas de tempo integral nas respectivas unidades escolares municipais deverá ocorrer de modo a priorizar estudantes em maior vulnerabilidade e/ou risco social, observadas as diretrizes previstas no art. 3º do presente Decreto.

Art. 10 A Secretaria Municipal de Educação deverá adotar junto aos demais setores municipais, inclusive o serviço de direção escolar, as medidas para engajamento, mobilização, planejamento e execução das ações necessárias à ampliação de matrículas de tempo integral nas unidades escolares municipais, em especial:

I. Verificação e organização dos quadros de profissionais da educação, para fins de adequada organização e distribuição da força de trabalho disponível e/ou adoção de outras medidas necessárias;

II. Levantamento das rotas e horários do serviço de transporte escolar, verificando a necessidade de adequações de itinerários e/ou horários, além da eventual necessidade de medidas complementares para atender à logística das atividades escolares em tempo integral;

III. Reorganização dos serviços de oferta de alimentação escolar;

IV. Organização dos tempos/jornada escolar e dos espaços a serem utilizados, inclusive levantamento

da demanda de materiais didáticos e de outra natureza, necessários para realização das atividades do tempo integral;

V. Definição de diretrizes e desenho da matriz curricular, considerando as atividades que poderão ser ofertadas no contexto local, de acordo com as peculiaridades, limitações, possibilidades, características culturais, sociais e outras, sempre reconhecendo e garantindo os direitos de aprendizagem e desenvolvimento integral definidos na Base Nacional Comum Curricular e nas Diretrizes Curriculares Nacionais para as distintas etapas, modalidades e para todos os estudantes, considerando suas necessidades individuais e coletivas de aprendizagem.

Parágrafo único. As atividades da Educação em Tempo Integral podem ser desenvolvidas no ambiente interno das escolas, ginásios, teatros, centros comunitários e outros ambientes alternativos do território local.

Art. 11 A implementação das ações da Política de Educação em Tempo Integral, em âmbito municipal, contará com a articulação junto aos seguintes segmentos, minimamente, podendo ser expandida para outras Políticas Públicas convergentes com as ações previstas:

I. Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social;
II. Secretaria Municipal de Saúde;
III. Secretaria Municipal de Cultura e Turismo;
IV. Secretaria Municipal de Esporte e Lazer;
V. Conselho Municipal de Educação;
VI. Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB – CACS-FUNDEB;
VII. Conselho de Alimentação Escolar;
VIII. Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;
IX. Comunidade escolar (pais, professores, coordenadores pedagógicos, diretores e profissionais da educação);
X. Associações Comunitárias, Organizações da Sociedade Civil, Clubes e demais entidades congêneres.

Art. 12 A articulação para implementação das ações previstas na Política de Educação em Tempo Integral, deverá considerar, ainda, as características do território municipal, suas organizações, equipamentos públicos e comunidade local, cujos alinhamentos, inclusive, poderão ocorrer nos seguintes termos:

I. Utilização das Quadras Municipais;
II. Utilização dos Ginásios Municipais;
III. Utilização do Itajubá Tênis Clube – ITC;
IV. Equipamentos públicos afins, inclusive aqueles que contemplam parcerias com a iniciativa privada.

Art. 13 A Política de Educação em Tempo Integral deverá ser objeto de monitoramento e avaliação permanentes, a qual contará com estratégias e indicadores para acompanhamento do programa de tempo integral ofertado nas escolas, para fins de monitorar e avaliar a qualidade, eficiência e eficácia das atividades ofertadas no Programa.

§ 1º O Conselho Municipal de Educação e o Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – CACS-FUNDEB, no exercício de suas atribuições, deverão, em parceria com a Secretaria Municipal de

Educação, proceder à avaliação das ações implementadas e executadas no âmbito da Política de Educação em Tempo Integral, em especial no que se refere aos seguintes indicadores:

I. Adequação dos espaços e tempos escolares para as atividades do tempo integral;
II. Adequação do serviço de transporte escolar;
III. Qualificação dos profissionais da educação envolvidos nas atividades de tempo integral;
IV. Integração das atividades do tempo integral com as demais disciplinas curriculares;
V. Adequação com o PPP – Projeto Político Pedagógico;
VI. Contribuição e diversificação das atividades ofertadas;
VII. Contribuição das atividades ofertadas para a melhoria dos indicadores de evasão, abandono, repetência e distorção idade-série;
VIII. Contribuição para a melhoria do padrão de qualidade do ensino ofertado pelas unidades escolares municipais.

§ 2º O monitoramento e a avaliação permanentes serão regulamentados em instrumento próprio a ser elaborado pela Secretaria Municipal de Educação e homologado pelo Conselho Municipal de Educação, ouvido o CACS-FUNDEB, no qual constarão as demais diretrizes para o referido procedimento.

Art. 14 Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 15 Fica revogado o Decreto nº 11.367/2025.

Itajubá/MG, 20 de outubro de 2026; 207º ano da fundação e 178º da elevação a Município.

RODRIGO IMAR MARTINEZ RIERA:[redacted]
Assinado de forma digital por RODRIGO IMAR MARTINEZ RIERA:[redacted]
Dados: 2026.10.20 14:31:05 -03'00'

RODRIGO IMAR MARTINEZ RIERA
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

SERGIO THIAGO [redacted]
Assinado de forma digital por SERGIO THIAGO RIBEIRO:[redacted]
Dados: 2026.10.20 14:18:42 -03'00'

SÉRGIO THIAGO RIBEIRO
Secretário Municipal de Governo

Municipio de Itajubá
Av. Dr. Jerson Dias n° 500 - Estiva
CEP 37500-279 - Itajubá - Minas Gerais

Decreto Nº: 11951

Justificativa: Dar continuidade as ações da Secretaria Municipal de Educação tendo em vista que os valores alocados no orçamento foram insuficientes para custear todas as despesas que serão realizadas. Tal suplementação não causará prejuízo a ficha em que foi redu

RODRIGO IMAR MARTINEZ RIERA, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei 3704 de 24-12-2025

DECRETA

Art. 1º - Fica aberto crédito adicional suplementar no valor de R$ 109.020,00 (cento e nove mil e vinte reais) destinado ao reforço orçamentário da seguinte dotação:

Dotação	Ficha	Fonte	Valor:
02 - EXECUTIVO MUNICIPAL 12 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO 12 - 365 - 0006 - 2100 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA EDUCAÇÃO INFANTIL 3 - 3 - 90 - 30 - Despesas Correntes	557	550	**13.000,00**

Dotação	Ficha	Fonte	Valor:
02 - EXECUTIVO MUNICIPAL 12 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO 12 - 361 - 0007 - 2103 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL 3 - 3 - 90 - 30 - Despesas Correntes	580	500	**70.000,00**

Dotação	Ficha	Fonte	Valor:
02 - EXECUTIVO MUNICIPAL 12 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO 12 - 361 - 0007 - 2103 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL 3 - 3 - 90 - 30 - Despesas Correntes	580	550	**22.020,00**

Dotação	Ficha	Fonte	Valor:
02 - EXECUTIVO MUNICIPAL 16 - SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E PROTEÇÃO ANIMAL 18 - 122 - 0025 - 2138 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE MEIO 3 - 3 - 90 - 36 - Despesas Correntes	668	500	**4.000,00**

Municipio de Itajubá

Av. Dr. Jerson Dias n° 500 - Estiva
CEP 37500-279 - Itajubá - Minas Gerais

Art. 2º - Os recursos destinados a atender as despesas decorrentes do presente crédito, serão aquelas originadas pela anulação parcial ou total da seguinte dotação:

Dotação	Ficha	Fonte	Valor:
02 - EXECUTIVO MUNICIPAL 12 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO 12 - 365 - 0006 - 2100 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA EDUCAÇÃO INFANTIL 3 - 3 - 90 - 32 - Despesas Correntes	558	550	**13.000,00**

Dotação	Ficha	Fonte	Valor:
02 - EXECUTIVO MUNICIPAL 12 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO 12 - 361 - 0007 - 1028 - OBRAS E INSTALAÇÕES E/OU AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS PARA O 4 - 4 - 90 - 51 - Despesas de Capital	574	500	**70.000,00**

Dotação	Ficha	Fonte	Valor:
02 - EXECUTIVO MUNICIPAL 12 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO 12 - 361 - 0007 - 2103 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL 3 - 3 - 90 - 32 - Despesas Correntes	581	550	**22.020,00**

Dotação	Ficha	Fonte	Valor:
02 - EXECUTIVO MUNICIPAL 16 - SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E PROTEÇÃO ANIMAL 18 - 122 - 0025 - 2138 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE MEIO 3 - 3 - 90 - 14 - Despesas Correntes	664	500	**4.000,00**

Artigo 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Itajubá, 20 de outubro de 2026, 207º anos da fundação e 178º da elevação do Município

RODRIGO IMAR MARTINEZ RIERA:90681460687
Assinado de forma digital por RODRIGO IMAR MARTINEZ RIERA:90681460687 Dados: 2026.10.20 17:35:30 -03'00'

Rodrigo Imar Martinez Riera

Prefeito Municipal

ANA HELOISA CESARINO PEREIRA:10066828643
Assinado de forma digital por ANA HELOISA CESARINO PEREIRA:10066828643 Dados: 2026.10.20 17:31:49 -03'00'

Ana Heloisa Cesarino Pereira

Secretária Municipal de Finanças

REGISTRA-SE E PUBLICA-SE.

SERGIO THIAGO RIBEIRO:07389709642
Assinado de forma digital por SERGIO THIAGO RIBEIRO:07389709642 Dados: 2026.10.20 17:20:49 -03'00'

Sergio Thiago Ribeiro

Secretário Municipal de Governo

Municipio de Itajubá
Av. Dr. Jerson Dias n° 500 - Estiva
CEP 37500-279 - Itajubá - Minas Gerais

Decreto Nº: 11952

Justificativa: Dar continuidade as ações da secretaria, tendo em vista que os valores alocados no orçamento foram insuficientes para custear todas as despesas que serão realizadas. Tal suplementação acontecerá por excesso de arrecadação.

RODRIGO IMAR MARTINEZ RIERA, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei 3656 de 20-12-2024

DECRETA

Art. 1º - Fica aberto crédito adicional suplementar no valor de R$ 358.814,16 (trezentos e cinquenta e oito mil e oitocentos e quatorze reais e dezesseis centavos) destinado ao reforço orçamentário da seguinte dotação:

Dotação	Ficha	Fonte	Valor:
02 - EXECUTIVO MUNICIPAL			
13 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS I.E. E SERVIÇOS URBANOS			
15 - 451 - 0021 - 1000 - OBRAS DE INFRAESTRUTURA			
4 - 4 - 90 - 51 - Despesas de Capital			
	599	747	**358.814,16**

Art. 2º - Para atender as despesas do art 1° serão usados recursos provenientes do excesso de arrecação, apurados no presente exercício.

Artigo 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Itajubá, 20 de outubro de 2026, 207º anos da fundação e 178º da elevação do Município.

RODRIGO IMAR MARTINEZ RIERA:90681460687 Assinado de forma digital por RODRIGO IMAR MARTINEZ RIERA:90681460687 Dados: 2026.10.20 17:34:51 -03'00'

Rodrigo Imar Martinez Riera
Prefeito Municipal

ANA HELOISA CESARINO PEREIRA:10066828643 Assinado de forma digital por ANA HELOISA CESARINO PEREIRA:10066828643 Dados: 2026.10.20 17:32:22 -03'00'

Ana Heloisa Cesarino Pereira
Secretária Municipal de Finanças

REGISTRA-SE E PUBLICA-SE.

SERGIO THIAGO RIBEIRO:07389709642 Assinado de forma digital por SERGIO THIAGO RIBEIRO:07389709642 Dados: 2026.10.20 17:20:04 -03'00'

Sergio Thiago Ribeiro

Secretário Municipal de Governo

Portarias

PORTARIA Nº: 1606/2026

ANDRÉ CARLOS ALVES DA SILVA, Secretário Municipal de Administração de Itajubá, Estado de Minas Gerais, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, **RESOLVE:**

Art. 1º - Considerando Memorando SEI Nº 7469, nomear a servidora listada abaixo na função gratificada, conforme Lei Complementar nº 066 e 067/2011

NOME	FUNÇÃO GRATIFICADA	SECRETARIA
ANA LÚCIA SIMPLICIANO	CORREGEDOR DA GCMI	SEMDS

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Itajubá, 20 de outubro de 2026, 207° ano da fundação e 178° da elevação à Município.

ANDRE CARLOS ALVES DA SILVA:[redacted] Assinado de forma digital por ANDRE CARLOS ALVES DA SILVA:[redacted] Dados: 2026.10.20 12:30:52 -03'00'

ANDRÉ CARLOS ALVES DA SILVA
Secretário Municipal de Administração

SERGIO THIAGO [redacted] Assinado de forma digital por SERGIO THIAGO RIBEIRO:[redacted] Dados: 2026.10.20 12:31:02 -03'00'

SÉRGIO THIAGO RIBEIRO
Secretário Municipal de Governo

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE,

MONIQUE GREGORIO DA SILVA:[redacted] Assinado de forma digital por MONIQUE GREGORIO DA SILVA:[redacted] Dados: 2026.10.20 12:31:55 -03'00'

MONIQUE GREGÓRIO DA SILVA
Diretora do Departamento de Recursos Humanos

PREFEITURA ITAJUBÁ
GOVERNO SÉRIO E BOM DE SERVIÇO

PORTARIA Nº 1613/2026

Prorroga o prazo para conclusão de Processo Administrativo Disciplinar instaurado pela Portaria nº 1122/2026.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ITAJUBÁ, Sr. RODRIGO IMAR MARTINEZ RIERA, no uso das atribuições legais que lhe confere a legislação vigente, especialmente a Lei Complementar Municipal nº 066/2011,

CONSIDERANDO o disposto no artigo 218 da Lei Complementar Municipal nº 066/2011, que estabelece o prazo para conclusão do Processo Administrativo Disciplinar, admitida sua prorrogação por iguais períodos, quando as circunstâncias o exigirem;

CONSIDERANDO o Memorando nº 6677, expedido pela Presidente da Comissão Disciplinar, Tânia Simões Bellini, Agente Administrativo, por meio do qual solicita a prorrogação do prazo para conclusão dos trabalhos do Processo Administrativo Disciplinar;

CONSIDERANDO a necessidade de continuidade dos trabalhos da Comissão Disciplinar constituída pela Portaria nº 1122/2026, para a adequada apuração dos fatos e conclusão dos trabalhos;

RESOLVE:

Art. 1º Fica prorrogado por mais **60 (sessenta) dias** o prazo para conclusão do Processo Administrativo Disciplinar instaurado pela Portaria nº 1122/2026, destinado à apuração de possível infração funcional atribuída à servidora MELIZA MARTINS MOTA, ocupante do cargo de Cozinheira, nos termos da Lei Complementar Municipal nº 066/2011.

Art. 2º Permanecem inalteradas as demais disposições da Portaria nº 1122/2026.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Itajubá, 03 de agosto de 2026, 207° ano da fundação e 178° da elevação à Município.

RODRIGO IMAR MARTINEZ RIERA:90681460687
Assinado de forma digital por RODRIGO IMAR MARTINEZ RIERA:90681460687 Dados: 2026.10.20 13:01:41 -03'00'

RODRIGO IMAR MARTINEZ RIERA
Prefeito Municipal

SERGIO THIAGO RIBEIRO:07389709642
Assinado de forma digital por SERGIO THIAGO RIBEIRO:07389709642 Dados: 2026.10.20 13:00:18 -03'00'

SÉRGIO THIAGO RIBEIRO
Secretário Municipal de Governo

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE,

ANDRE CARLOS ALVES DA SILVA:02230157760
Assinado de forma digital por ANDRE CARLOS ALVES DA SILVA:02230157760 Dados: 2026.10.20 13:00:02 -03'00'

ANDRÉ CARLOS ALVES DA SILVA
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 1614/2026

ANDRÉ CARLOS ALVES DA SILVA, Secretário Municipal de Administração de Itajubá, estado de Minas Gerais, usando das atribuições delegadas pelo Decreto nº 8342/2021, este amparado pela Lei Orgânica Municipal, em seu art. 69, **RESOLVE:**

Art. 1º - Suprimir da Folha de Pagamento, o vencimento da servidora inframencionada, em virtude de Aposentadoria por Tempo de Contribuição, conforme dados abaixo:

MATRÍCULA	SERVIDOR	CARGO	DATA APOSENTADORIA
244	DENIZE ANDRADE MOURA	AGENTE ADMINISTRATIVO (2)	23/10/2026

Art. 2º- Fica o Departamento de Recursos Humanos autorizado a proceder ao levantamento e ao pagamento das verbas rescisórias, se houver.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Itajubá, 20 de outubro de 2026, 207° ano da fundação e 178° da elevação à Município.

ANDRE CARLOS ALVES DA SILVA:02230157760 Assinado de forma digital por ANDRE CARLOS ALVES DA SILVA:02230157760 Dados: 2026.10.20 13:09:15 -03'00'

ANDRÉ CARLOS ALVES DA SILVA

Secretário Municipal de Administração

SERGIO THIAGO RIBEIRO:07389709642 Assinado de forma digital por SERGIO THIAGO RIBEIRO:07389709642 Dados: 2026.10.20 13:09:29 -03'00'

SÉRGIO THIAGO RIBEIRO

Secretário Municipal de Governo

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

MONIQUE GREGORIO DA SILVA:10021182639 Assinado de forma digital por MONIQUE GREGORIO DA SILVA:10021182639 Dados: 2026.10.20 13:09:38 -03'00'

MONIQUE GREGÓRIO DA SILVA

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

PREFEITURA ITAJUBÁ
GOVERNO SÉRIO E BOM DE SERVIÇO

PORTARIA Nº 1615/2026

RODRIGO IMAR MARTINEZ RIERA, Prefeito Municipal de de Itajubá, Estado de Minas Gerais, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei , **RESOLVE**:

Art. 1º. Autorizar o servidor Sr. **ROBERTO GARCIA SORGI,** Vice Prefeito , a viajar para a cidade de Belo Horizonte, com a finalidade de participar de Reunião na Associação Mineira dos Municipios.

Art. 2º. Fica previsto a programação com as seguintes informações:

Saída: 20/10/2026

Retorno: 21/10/2026

Veículo: Próprio

Art. 3º. Após a realização da viagem, o servidor que fez jus ao recebimento de diária deverá preencher o RELATÓRIO DE VIAGEM INDIVIDUAL, conforme Anexo II do Decreto nº 4194/2010.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Itajubá, 20 de outubro de 2026, 207° ano da fundação e 178° da elevação à Município.

RODRIGO IMAR MARTINEZ RIERA:90681460687 Assinado de forma digital por RODRIGO IMAR MARTINEZ RIERA:90681460687 Dados: 2026.10.20 15:09:47 -03'00'

RODRIGO IMAR MARTINEZ RIERA
Prefeito Municipal

SERGIO THIAGO RIBEIRO:07389709642 Assinado de forma digital por SERGIO THIAGO RIBEIRO:07389709642 Dados: 2026.10.20 15:04:20 -03'00'

SÉRGIO THIAGO RIBEIRO
Secretário Municipal de Governo

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

ANDRE CARLOS ALVES DA SILVA:02230157760 Assinado de forma digital por ANDRE CARLOS ALVES DA SILVA:02230157760 Dados: 2026.10.20 15:57:45 -03'00'

ANDRÉ CARLOS ALVES DA SILVA
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 1616/2026

ANDRÉ CARLOS ALVES DA SILVA, Secretário Municipal de Administração de Itajubá, estado de Minas Gerais, usando das atribuições delegadas pelo Decreto nº 8342/2021, este amparado pela Lei Orgânica Municipal, em seu art. 69, **RESOLVE:**

Art. 1º - Exonerar o servidor abaixo identificado, nos termos da Lei Municipal nº 2.854/2011:

SERVIDOR	CARGO	DATA
CLELIO JOSÉ DE OLIVEIRA	AGENTE DE MANUTENÇÃO E REPARO	20/10/2026

Art. 2º- Fica o Departamento de Recursos Humanos autorizado a proceder ao levantamento e ao pagamento das verbas rescisórias, se houver.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Itajubá, 20 de outubro de 2026, 207° ano da fundação e 178° da elevação à Município.

ANDRE CARLOS ALVES DA SILVA:02230157760 Assinado de forma digital por ANDRE CARLOS ALVES DA SILVA:02230157760 Dados: 2026.10.20 17:25:50 -03'00'

ANDRÉ CARLOS ALVES DA SILVA
Secretário Municipal de Administração

SERGIO THIAGO RIBEIRO:07389709642 Assinado de forma digital por SERGIO THIAGO RIBEIRO:07389709642 Dados: 2026.10.20 17:26:06 -03'00'

SÉRGIO THIAGO RIBEIRO
Secretário Municipal de Governo

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

MONIQUE GREGORIO DA SILVA:10021182639 Assinado de forma digital por MONIQUE GREGORIO DA SILVA:10021182639 Dados: 2026.10.20 17:26:14 -03'00'

MONIQUE GREGÓRIO DA SILVA
Diretora do Departamento de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 1617/2026

ANDRÉ CARLOS ALVES DA SILVA, Secretário Municipal de Administração de Itajubá, estado de Minas Gerais, usando das atribuições delegadas pelo Decreto nº 8342/2021, este amparado pela Lei Orgânica Municipal, em seu art. 69, **RESOLVE:**

Art. 1º - Tornar sem efeito a Portaria nº 1603/2026, publicada em 16 de outubro de 2026, Edição nº 838, ano IV, em razão de concessão de aposentadoria à servidora, formalizada por meio da Portaria nº 1614/2026.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Itajubá, 20 de agosto de 2026, 207° ano da fundação e 178° da elevação à Município.

ANDRE CARLOS ALVES DA SILVA:02230157760 Assinado de forma digital por ANDRE CARLOS ALVES DA SILVA:02230157760 Dados: 2026.10.20 17:24:57 -03'00'

ANDRÉ CARLOS ALVES DA SILVA

Secretário Municipal de Administração

SERGIO THIAGO RIBEIRO:07389709642 Assinado de forma digital por SERGIO THIAGO RIBEIRO:07389709642 Dados: 2026.10.20 17:25:15 -03'00'

SÉRGIO THIAGO RIBEIRO

Secretário Municipal de Governo

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

MONIQUE GREGORIO DA SILVA:10021182639 Assinado de forma digital por MONIQUE GREGORIO DA SILVA:10021182639 Dados: 2026.10.20 17:25:26 -03'00'

MONIQUE GREGÓRIO DA SILVA

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

PREFEITURA ITAJUBÁ
GOVERNO SÉRIO E BOM DE SERVIÇO

PORTARIA Nº 1618/2026

ANDRÉ CARLOS ALVES DA SILVA, Secretário Municipal de Administração de Itajubá, estado de Minas Gerais, usando das atribuições delegadas pelo Decreto nº 8342/2021, este amparado pela Lei Orgânica Municipal, em seu art. 69, **RESOLVE:**

Art. 1º - Fica suprimido da Folha de Pagamento deste Município o pagamento dos proventos da **Sra. ADRIANA FARIA BRAGA FEICHAS,** pensionista da servidora aposentada **Sra. CELINA FARIA BRAGA FEICHAS**, em razão de seu falecimento ocorrido em **17 de outubro de 2026**, conforme Atestado de Óbito **nº 056671 01 55 2026 4 00168 091 0088804 16,** recebido pelo Departamento de Recursos Humanos – DRH.

Art. 2º - Fica o **Departamento de Recursos Humanos – DRH** autorizado a proceder ao levantamento e pagamento de eventuais verbas rescisórias, se houver.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor, retroagindo seus efeitos a 17 de outubro de 2026.

Itajubá, 20 de outubro de 2026, 207° ano da fundação e 178° da elevação à Município.

ANDRE CARLOS ALVES DA SILVA:02230157760 Assinado de forma digital por ANDRE CARLOS ALVES DA SILVA:02230157760 Dados: 2026.10.20 18:01:38 -03'00'

ANDRÉ CARLOS ALVES DA SILVA
Secretário Municipal de Administração

SERGIO THIAGO RIBEIRO:07389709642 Assinado de forma digital por SERGIO THIAGO RIBEIRO:07389709642 Dados: 2026.10.20 18:01:52 -03'00'

SÉRGIO THIAGO RIBEIRO
Secretário Municipal de Governo

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

MONIQUE GREGORIO DA SILVA:10021182639 Assinado de forma digital por MONIQUE GREGORIO DA SILVA:10021182639 Dados: 2026.10.20 18:02:00 -03'00'

MONIQUE GREGÓRIO DA SILVA
Diretora do Departamento de Recursos Humanos

PORTARIA Nº: 1619/2026

ANDRÉ CARLOS ALVES DA SILVA, Secretário Municipal de Administração de Itajubá, Estado de Minas Gerais, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, **RESOLVE:**

Art. 1º - Considerando Protocolo nº 17521/2026 datado de 20/10/2026, exonerar a servidora listada abaixo do cargo comissionado, conforme Lei Municipal n° 3696:

NOME	CARGO COMISSIONADO	SECRETARIA
FLÁVIA EMANUELLE PINTO	ASSESSORA ESPECIAL DE DIRETORIA DA EDUCAÇÃO	SEMED

Art. 2º - Fica o DRH, autorizado ao levantamento e pagamento de verbas rescisórias se houver.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir de 21/10/2026.

Itajubá, 20 de setembro de 2026, 207° ano da fundação e 178° da elevação à Município.

ANDRE CARLOS ALVES DA SILVA:[redacted] Assinado de forma digital por ANDRE CARLOS ALVES DA SILVA:[redacted] Dados: 2026.10.20 17:58:05 -03'00'

ANDRÉ CARLOS ALVES DA SILVA
Secretário Municipal de Administração

SERGIO THIAGO[redacted] Assinado de forma digital por SERGIO THIAGO RIBEIRO:[redacted] Dados: 2026.10.20 17:58:15 -03'00'

SÉRGIO THIAGO RIBEIRO
Secretário Municipal de Governo

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE,

MONIQUE GREGORIO DA SILVA:[redacted] Assinado de forma digital por MONIQUE GREGORIO DA SILVA:[redacted] Dados: 2026.10.20 17:58:24 -03'00'

MONIQUE GREGÓRIO DA SILVA
Diretora do Departamento de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 1620/2026

Dispõe sobre a anulação de atos administrativos decorrentes para provimento de cargo público e determina providências para regularização da situação funcional e classificatória da candidata.

ANDRÉ CARLOS ALVES DA SILVA, Secretário Municipal de Administração de Itajubá, estado de Minas Gerais, usando das atribuições delegadas por Lei, **RESOLVE:**

CONSIDERANDO os princípios da legalidade, da impessoalidade e da eficiência que regem a Administração Pública, nos termos do art. 37 da Constituição Federal;

CONSIDERANDO a necessidade de observância dos requisitos legais para o provimento de cargos públicos, inclusive quanto à existência de cargo vago e à disponibilidade de vaga para nomeação;

CONSIDERANDO o fato descrito em Documento de Esclarecimento nº 0065121 – SEI, Processo nº 26.1.000028600-8, encaminhado pela Coordenadora de Admissão e Exoneração do Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura de Itajubá.

CONSIDERANDO a necessidade de correção dos atos praticados, bem como de regularização dos registros administrativos e de preservação da situação classificatória originalmente obtida pela candidata;

RESOLVE:

Art. 1º Ficam anulados, em razão do vício de legalidade constatado, os atos administrativos relativos à convocação e ao provimento do cargo de Psicóloga em favor da **Sra. CAROLINE MELLO VIANA,** decorrentes do Concurso Público regido pelo Edital nº 001/2024, especificamente:

I – o ato de convocação publicado no diário oficial do município;

II – o ato de nomeação, formalizado por meio da Portaria nº 1573/2026, publicado no diário oficial do município;

III – o ato de posse, bem como os registros administrativos dele decorrentes;

IV – o termo de encaminhamento e o registro de entrada em exercício, observadas providências previstas nessa Portaria.

Art. 2º Determina-se o restabelecimento da situação classificatória original da candidata no Concurso Público regido pelo Edital nº 001/2024, para o cargo de Psicólogo(a), com preservação da classificação obtida, sem que a convocação ora anulada seja considerada desistência, renúncia à classificação ou motivo de exclusão do certame.

Av. Jerson Dias, 500 - Bairro Estiva
CEP: 37500-279
CNPJ: 18.025.940/0001-09
www.itajuba.mg.gov.br
Instagram: @itajubanasredes

Art. 3º A Coordenadoria de Admissão e Exoneração competente deverá adotar as providências necessárias à execução desta Portaria, incluindo:

I – a retificação dos registros relativos à convocação e à classificação da candidata;

II – a regularização dos assentamentos funcionais e dos cadastros administrativos decorrentes dos atos anulados;

III – a adoção das providências cabíveis quanto aos registros de frequência, e aos demais efeitos funcionais, financeiros e do período de efetivo exercício, observada a legislação.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, sem prejuízo da análise individualizada dos efeitos dos atos anulados.

Itajubá, 20 de outubro de 2026, 207° ano da fundação e 178° da elevação à Município.

ANDRE CARLOS ALVES DA SILVA:02230157760 Assinado de forma digital por ANDRE CARLOS ALVES DA SILVA:02230157760 Dados: 2026.10.20 18:47:10 -03'00'

ANDRÉ CARLOS ALVES DA SILVA

Secretário Municipal de Administração

SERGIO THIAGO RIBEIRO:07389709642 Assinado de forma digital por SERGIO THIAGO RIBEIRO:07389709642 Dados: 2026.10.20 18:47:25 -03'00'

SÉRGIO THIAGO RIBEIRO

Secretário Municipal de Governo

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE,

MONIQUE GREGORIO DA SILVA:10021182639 Assinado de forma digital por MONIQUE GREGORIO DA SILVA:10021182639 Dados: 2026.10.20 18:47:45 -03'00'

MONIQUE GREGÓRIO DA SILVA

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

Outros atos oficiais

TERMO DE PERMISSÃO DE USO QUE ENTRE SI CELEBRAM O **MUNICÍPIO DE ITAJUBÁ,** PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO INTERNO, INSCRITO NO CNPJ DO MF SOB O N.º 18.025.940/0001-09 E A **COMPANHIA DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS - COPASA MG**, COM SEDE EM BELO HORIZONTE/MG, NA RUA MAR DE ESPANHA, 525 - 3º ANDAR, INSCRITA NO CNPJ DO MF SOB O N.º 17.281.106/0001-03, POR SEUS REPRESENTANTES LEGAIS INFRA-ASSINADOS E, DENOMINANDO-SE AS PARTES, NESTE INSTRUMENTO, RESPECTIVAMENTE, POR **MUNICÍPIO** E **COPASA**, MEDIANTE AS CLÁUSULAS E CONDIÇÕES SEGUINTES:

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

É objeto deste instrumento, a utilização de forma gratuita, pela **COPASA**, dos imóveis a seguir descritos, de propriedade do **MUNICÍPIO**, na forma de Permissão de Uso, conforme regramento contido no § 3º do art. 109 da Lei Orgânica Municipal:

I - IMÓVEL 1: **Um terreno urbano denominado Equipamento Urbano 1**, do Loteamento Lagos da Serra, com área total de **151,56 m²** (cento e cinquenta e um metros quadrados e cinquenta e seis decímetros quadrados), localizado na Avenida Projetada 01, bairro Novo Horizonte, município de Itajubá (MG), registrado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Itajubá (MG), sob a **matrícula nº 51800**, livro nº dois (2), folha 1 do Registro Geral, datada de 20/06/2024, tendo como finalidade a **implantação de elevatória de água tratada tipo Booster** para atendimento do Loteamento Lagos da Serra, e contendo as seguintes medidas e confrontações: “Inicia-se no ponto 12, situado na interseção do alinhamento da Avenida Projetada 01 com a divisa da Gleba Remanescente I. Daí segue em trajetória curvilínea com raio externo à esquerda de 26,57 metros por uma distância de 13,51 metros, confrontando com a Avenida Projetada 01, até encontrar o ponto 11, deste segue com azimute de 337°13'55" por uma distância de 16,21 metros, confrontando com a Viela Sanitária I, até encontrar o ponto 202. Deste segue com azimute de 67°13'14" por uma distância de 12,00 metros, até encontrar o ponto 206, deste segue com azimute de 157°13'55" por uma distância de 10,32 metros, até encontrar o ponto 12, confrontando desde o ponto 202 até o ponto 12 com a Gleba Remanescente I. No ponto 12, onde tem início e fim essa descrição”.

II - IMÓVEL 2: **Um terreno urbano denominado Equipamento Urbano 2**, do Loteamento Lagos da Serra, com área total de **168,85 m²** (cento e sessenta e oito metros quadrados e oitenta e cinco decímetros quadrados), localizado na rua Projetada 11, bairro Novo Horizonte, município de Itajubá (MG), registrado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Itajubá (MG), sob a **matrícula nº 51801**, livro nº dois (2), folha 1 do Registro Geral, datada de 20/06/2024, tendo como finalidade a **implantação de reservatório**

Aspectos jurídicos analisados – Instrumento jurídico aprovado por Augusto Dantas Borges – DRJU – MAX nº 139595

elevado metálico de água tratada para atendimento do Loteamento Lagos da Serra, e contendo as seguintes medidas e confrontações: “Inicia-se no ponto 175, situado na interseção do alinhamento da Rua Projetada 11 com a divisa da Área Verde II. Daí segue em trajetória curvilínea com raio externo à esquerda de 12,00 metros por uma distância de 15,97 metros, confrontando com a Rua Projetada 11, até encontrar o ponto 174. Deste segue com azimute de 324°29'29" por uma distância de 1,00 metro até encontrar o ponto 214, deste segue com azimute de 54°29'29" por uma distância de 24,78 metros, até encontrar o ponto 189, confrontando desde o ponto 174 até o ponto 189 com a Gleba – 03 remanescente (matrícula n° 46.987). Do ponto 189 segue com azimute de 144°29'29" por uma distância de 10,00 metros até encontrar o ponto 188, deste segue com azimute de 234°29'29" por uma distância de 13,00 metros, até encontrar o ponto 175, confrontando desde o ponto 189 até o ponto 175 com a Área Verde II. No ponto 175, onde tem início e fim essa descrição”.

III - IMÓVEL 3: **Uma área urbana denominada Viela Sanitária I,** do Loteamento Lagos da Serra, com área de **874,37m²** (oitocentos e setenta e quatro metros quadrados e trinta e sete decímetros quadrados), situada entre a Rua Projetada 10 e a Avenida Projetada 01, bairro Novo Horizonte, município de Itajubá (MG), registrada no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Itajubá (MG), sob a **matrícula nº 51805**, livro nº dois (2), folha 1 do Registro Geral, datada de 20/06/2024, tendo como finalidade a **implantação de viela sanitária** para atendimento do Loteamento Lagos da Serra, e contendo as seguintes medidas e confrontações: “Inicia-se no ponto 108, situado na interseção do alinhamento da Rua Projetada 10 com a divisa da Gleba - 03 Remanescente (matrícula n° 46.987). Daí segue em trajetória curvilínea com raio externo à esquerda de 12,00 metros por uma distância de 18,88 metros, confrontando com a Rua Projetada 10, até encontrar o ponto 107, deste segue com azimute de 228º29'16" por uma distância de 16,83 metros, confrontando com a Gleba Remanescente I, até encontrar o ponto 201. Deste segue com azimute de 157°13'55" por uma distância de 65,83 metros, confrontando por uma extensão de 49,62 metros com a Gleba Remanescente I e por uma extensão de 16,21 metros com o Equipamento Urbano 1, até encontrar o ponto 11. Deste segue em trajetória curvilínea com raio externo à esquerda de 26,57 metros por uma distância de 9,27 metros, confrontando com a Avenida Projetada 01, até encontrar o ponto 10, deste segue com azimute de 276º30'49" por uma distância de 4,77 metros, confrontando com a Área Institucional I, até encontrar o ponto 200. Deste segue com azimute de 337°13'55" por uma distância de 79,79 metros, confrontando com a Gleba - 01 (matrícula n° 44.484), até encontrar o ponto 203. Deste segue com azimute de 48°29'16" por uma distância de 11,36 metros, confrontando com a Gleba - 03 Remanescente (matrícula n° 46.987), até encontrar o ponto 108, onde tem início e fim essa descrição”.

Aspectos jurídicos analisados – Instrumento jurídico aprovado por Augusto Dantas Borges – DRJU – MAX nº 139595

CLÁUSULA SEGUNDA - UTILIZAÇÃO

Os imóveis, objeto do presente Termo de Permissão de Uso gratuito, destinam-se à utilização exclusiva pela **COPASA**, para implantação de elevatória de água tratada tipo Booster, reservatório elevado metálico de água tratada e viela sanitária, na área do Loteamento Lagos da Serra, município de Itajubá (MG), sendo absolutamente vedada à **COPASA**, ceder, transferir, arrendar ou emprestar a terceiros, no todo ou em parte, a qualquer título, a posse dos imóveis, objeto deste Termo, ou os direitos e obrigações deles decorrentes, salvo com expressa e prévia concordância do **MUNICÍPIO**.
A COPASA se obriga pela perfeita conservação (limpeza) dos imóveis de permitido uso, protegendo-os de invasões e outras ações danosas.

O **MUNICÍPIO** não se responsabilizará por quaisquer compromissos ou obrigações assumidas pela **COPASA** com terceiros, ainda que vinculados ou decorrentes do permitido uso dos imóveis objeto deste Termo e, também, não se responsabilizará por quaisquer danos ou indenizações a terceiros, em decorrência de atos da COPASA ou de seus servidores, empregados, subordinados, prepostos ou contratantes.

CLÁUSULA TERCEIRA - PRAZO

O presente Termo de Permissão de Uso vigorará enquanto perdurar a Concessão para Execução e Exploração dos Serviços Públicos de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário, firmada entre o **MUNICÍPIO** e a **COPASA**.

Não obstante se constitua de Permissão de Uso (§ 3º do art. 109, LOM), o MUNICÍPIO somente poderá retomar os imóveis de permitido uso nos casos excepcionais que a justifiquem (retomada), assim consideradas:

I - interesse público relevante e imprevisto, que exija a utilização dos imóveis para outro fim público de caráter urgente e inadiável e cujo uso não possa, em nenhuma hipótese, ser exercido conjuntamente com a finalidade descrita em “2.1”;

II - descumprimento, por parte da **COPASA**, das obrigações assumidas neste termo, após notificação formal e prazo razoável para regularização;

III - sentença judicial que determine a devolução dos imóveis ao **MUNICÍPIO**.

Em caso de necessidade de retomada dos imóveis nas condições descritas nas hipóteses I e III do item “3.2”, deverá ser realizada comunicação formal à COPASA, com antecedência mínima de 180 (cento e oitenta) dias.

Na hipótese de retomada motivada por descumprimento contratual da COPASA (inciso II do item “3.2”), a comunicação formal à COPASA observará antecedência mínima de 30 (trinta) dias, podendo o MUNICÍPIO, nos casos de infração grave que coloque em risco a segurança de pessoas, o meio ambiente ou a continuidade do abastecimento de água à população, promover a retomada imediata dos imóveis, independentemente de prazo, mediante decisão fundamentada.

Aspectos jurídicos analisados – Instrumento jurídico aprovado por Augusto Dantas Borges – DRJU – MAX nº 139595

A retomada motivada pela condição descrita em I do item “3.2” deverá, ainda, levar em consideração, a existência de ações e medidas que não prejudiquem, suspendam, ou interrompam o abastecimento de água tratada para a área do Loteamento Lagos da Serra, município de Itajubá.

Durante o período de vigência da Permissão de Uso, a **COPASA** compromete-se a não interromper ou modificar unilateralmente as condições de uso dos imóveis, salvo em situações excepcionais, devidamente justificadas, ou por motivo de força maior que impossibilite a continuidade do uso.

Este Termo de Permissão de Uso será submetido a revisão conjunta pelas Partes a cada 5 (cinco) anos, contados da assinatura, ou sempre que houver renovação/aditamento do contrato de Concessão referido no item “3.1”, oportunidade em que poderão ser reavaliadas as condições de uso, conservação e destinação dos imóveis, sem prejuízo da vigência do presente instrumento até eventual retomada nos termos da Cláusula Terceira.

CLÁUSULA QUARTA - DAS BENFEITORIAS

Os bens e os equipamentos instalados nos imóveis, ora de permitido uso, farão parte integrante do sistema de abastecimento de água local, para todos os efeitos de direito, inclusive aqueles previstos no contrato de concessão celebrado entre a COPASA e o MUNICÍPIO e, sem que caiba à COPASA qualquer direito à indenização ou retenção quando do encerramento do contrato de Concessão para Execução e Exploração dos Serviços Públicos de Abastecimento de Água. A mesma regra de reversão sem indenização ou retenção aplica-se, no que couber, em qualquer hipótese de extinção antecipada deste Termo, inclusive nos casos de retomada previstos na Cláusula Terceira, devendo a COPASA desocupar os imóveis e entregá-los ao MUNICÍPIO no prazo máximo de 90 (noventa) dias, contado da extinção, ressalvados os equipamentos que, por sua natureza, integrem o sistema público de abastecimento.

CLÁUSULA QUINTA - DA PUBLICAÇÃO

O MUNICÍPIO procederá à publicação do extrato deste Termo, na forma disciplinada em regramento local, observando, sobretudo, o art. 94 da Lei Federal 14.133, de 1º de abril de 2021.

CLÁUSULA SEXTA - DAS TAXAS, IMPOSTOS E OUTROS ENCARGOS

A COPASA pagará as taxas relativas à água, energia elétrica, impostos e outras taxas que incidam ou venham a incidir sobre a área de permitido uso, correndo às suas expensas, as despesas decorrentes de conservação e limpeza do(s) imóvel(eis) enquanto estiver no uso e gozo do(s) mesmo(s). Não haverá, em nenhuma hipótese, isenção tributária automática decorrente deste Termo, sendo certo que eventual isenção somente poderá ser concedida

Aspectos jurídicos analisados – Instrumento jurídico aprovado por Augusto Dantas Borges – DRJU – MAX nº 139595

por lei municipal específica, nos termos do art. 150, § 6º, da Constituição Federal, não se presumindo pela simples celebração deste instrumento.

CLÁUSULA SÉTIMA - DOS CASOS OMISSOS E LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

Os casos omissos ou excepcionais, não previstos neste instrumento, deverão ser submetidos, com brevidade e por escrito, à apreciação das partes, devendo ser resolvidos observando-se a legislação e as normas regulamentares afetas ao objeto do ajuste ora celebrado.

CLÁUSULA OITAVA – DA FISCALIZAÇÃO

O MUNICÍPIO poderá, a qualquer tempo e mediante comunicação prévia de, no mínimo, 5 (cinco) dias úteis, realizar vistorias nos imóveis objeto deste Termo, a fim de verificar o cumprimento da finalidade exclusiva prevista na Cláusula Segunda, o estado de conservação dos bens e o fiel cumprimento das demais obrigações aqui assumidas pela COPASA.

A COPASA obriga-se a prestar, sempre que solicitado pelo MUNICÍPIO, informações e relatórios sobre o uso, a conservação e a situação dos imóveis, no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, contado do recebimento da solicitação.

Em caso de risco iminente à segurança de pessoas ou ao meio ambiente, o MUNICÍPIO poderá realizar vistoria imediata, independentemente de comunicação prévia.

CLÁUSULA NONA – DAS PENALIDADES E GARANTIAS

O descumprimento de qualquer obrigação prevista neste Termo sujeitará a COPASA, após notificação formal e prazo de 30 (trinta) dias para regularização não atendido, à aplicação de multa equivalente a 1% (um por cento) do valor venal atualizado dos imóveis objeto deste Termo, por infração, sem prejuízo da retomada prevista na Cláusula Terceira e da responsabilização civil e administrativa cabíveis.

A COPASA obriga-se a manter, às suas expensas, seguro de responsabilidade civil compatível com os riscos inerentes à operação da elevatória, do reservatório e da viela sanitária instalados nos imóveis, respondendo integralmente por danos ambientais, materiais ou pessoais causados a terceiros ou ao MUNICÍPIO em decorrência da utilização dos imóveis.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA ASSINATURA ELETRÔNICA

As Partes declaram e concordam que a assinatura poderá ser efetuada em formato digital e, para tanto, reconhecem a veracidade, autenticidade, integridade, validade e eficácia deste contrato e seus termos, incluindo seus anexos, firmados pelas Partes por meio de certificados eletrônicos, ainda que sejam certificados eletrônicos não emitidos pela ICP-Brasil, nos termos do art. 10, § 2º, da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de

Aspectos jurídicos analisados – Instrumento jurídico aprovado por Augusto Dantas Borges – DRJU – MAX nº 139595

2001. Nessa hipótese, para todos os efeitos, considera-se como data de assinatura do instrumento aquela da assinatura digital mais recente.

PARÁGRAFO ÚNICO

É de inteira responsabilidade do MUNICÍPIO informar os dados dos signatários (nome completo, CPF, e-mail e número de telefone celular) como representantes neste contrato. Os signatários indicados devem possuir poderes legais específicos para a assinatura do instrumento contratual, ficando a COPASA isenta de qualquer responsabilidade relativa a erros decorrentes desta informação. Da mesma forma, é de inteira responsabilidade da COPASA informar os dados de seus próprios signatários, ficando o MUNICÍPIO isento de qualquer responsabilidade por erros decorrentes dessa informação, observada a reciprocidade entre as Partes.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO

Para dirimir quaisquer questões, porventura decorrentes deste instrumento, fica eleito o foro da Comarca de **Itajubá/MG**, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justas e combinadas, assinam o presente instrumento juntamente com as testemunhas abaixo.

RODRIGO IMAR MARTINEZ RIERA:90681460687
Assinado de forma digital por RODRIGO IMAR MARTINEZ RIERA:90681460687
Dados: 2026.10.08 14:43:09 -03'00'

RODRIGO IMAR MARTINEZ RIERA
PREFEITO MUNICIPAL DE ITAJUBÁ/MG

LUIZ EDUARDO CARVALHO GOMES -
LUIZ EDUARDO CARVALHO GOMES - (15 de outubro de 2026 15:24:01 ADT)

LUIZ EDUARDO CARVALHO GOMES
SUPERINTENDENTE DE OPERAÇÕES SUL

Vinicius Campos de Almeida -
Vinicius Campos de Almeida (15 de outubro de 2026 09:46:54 ADT)

VINÍCIUS CAMPOS DE ALMEIDA
GERENTE REGIONAL POUSO ALEGRE

ESTEMUNHAS:

I - MARINA GOMES VIEIRA
Assinado de forma digital por MARINA GOMES VIEIRA
Dados: 2026.10.01 11:19:03 -03'00'

II - EDSON VERIATO RAMOS DE OLIVEIRA:67064701634
Assinado de forma digital por EDSON VERIATO RAMOS DE OLIVEIRA:67064701634
Dados: 2026.10.01 17:23:38 -03'00'

Aspectos jurídicos analisados – Instrumento jurídico aprovado por Augusto Dantas Borges – DRJU – MAX nº 139595

Licitações e Contratos

Outros atos

AVISO CHAMADA DE INTENÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DO ALTO DO SAPUCAÍ – CIMASP, torna público para conhecimento de todos os interessados, que na condição de Órgão Gerenciador, realizará procedimento público de intenções de registro de preços, para **LICITAÇÃO COMPARTILHADA – REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE SOLUÇÃO PEDAGÓGICA INTEGRADA DE LÍNGUA PORTUGUESA E MATEMÁTICA E, NOS ANOS EM QUE OFERTADAS, DE CIÊNCIAS DA NATUREZA E CIÊNCIAS HUMANAS, PARA O ENSINO FUNDAMENTAL, DESTINADOS A SUPRIR AS DEMANDAS DOS ÓRGÃOS E ENTIDADES INTEGRANTES DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DA MICRORREGIÃO DO ALTO DO SAPUCAÍ – CIMASP.**

1. DO PRAZO

Os órgãos interessados em participar do referido processo deverão encaminhar suas intenções expressas e por escrito, assinada pelo Prefeito, ao Consórcio Público CIMASP até o dia 03/09/2026, conforme o prazo disposto no artigo 86 da Lei 14.133, direcionado ao Agente de Contratação do Consórcio Público CIMASP, através do e-mail **licitacimasp@gmail.com**, devendo ainda fazer constar o quantitativo estimado a que se pretende, meramente para efeitos legais, pois no registro de preços inexiste a obrigatoriedade da contratação.

Dúvidas ou esclarecimentos poderão ser solicitadas por meio eletrônico, de segunda a sexta-feira, pelo endereço de e-mail **licitacimasp@gmail.com**.

Itajubá, 20 de outubro de 2026.

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA MICR: [redacted]131

Assinado digitalmente por CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA MICR[redacted]131
ND: C=BR, O=ICP-Brasil, S=MG, L=Itajuba, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, OU=RFB e-CNPJ A1, OU=21545437000180, OU=presencial, CN=CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA MICR[redacted]131
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização:
Data: 2026.10.20 10:57:20-03'00'
Foxit PDF Reader Versão: 2025.2.0

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DA MICRORREGIÃO DO ALTO DO SAPUCAÍ – CIMASP

CNPJ.: 21.512.443/0001-31
Avenida: Henriqueto Cardinali, 931 – Varginha – Cep.: 37.501-150 - Telefone: (35) 3622-4211
e-mail: licitacimasp@gmail.com

Inexigibilidade

AUTORIZAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 305/2026

INEXIGIBILIDADE Nº 130/2026

Nos termos do inciso VII, artigo 72, AUTORIZO a Inexigibilidade de licitação recomendada com base inciso V, art. 74 da Lei 14.133/2021, conforme solicitação feita pela Secretaria Municipal para **CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS DE CAPACITAÇÃO, SUPERVISÃO, ASSESSORIA E ACOMPANHAMENTO CONTINUADO EM ATENDIMENTO AS NECESSIDADES DO CONSELHO MUNICIPAL DA CRIANÇA E ADOLESCENTE DE ITAJUBÁ – CMDCAI, POR INEXIGIBILIDADE, EM ATENDIMENTO À SECRETARIA MUNICIPAL – SEMDES,**, nos termos constantes do processo em referência.

ISTO POSTO, fica a empresa **ANECI MARILIA LANDIM**, inscrito no **CNPJ Nº 33.679.439/0001-41**, pessoa jurídica, apto a contratar com a Administração, no valor global anual no importe de R**$ 138.995,00 (cento e trinta e oito mil e novecentos e noventa e cinco reais)** em conformidade com o que prevê a Lei 14.133/2021.

Itajubá, 20 de outubro de 2026

Cláudia Rezende Soares

Secretária Municipal de Desenvolvimento Social

Documento assinado eletronicamente por **Claudia Rezende Soares**, **Secretária Municipal**, em 20/10/2026, às 17:25, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://itajuba.sei.mg.gov.br/verificarautenticidade informando o código verificador **0064890** e o código CRC **B26FEB85**.

Av. Jerson Dias, 500 - Bairro Estiva
CEP: 37500-279 CNPJ: 18.025.940/0001-09
www.itajuba.mg.gov.br - Instagram: @itajubanasredes

TERMO DE ADITAMENTO
PRORROGAÇÃO DE PRAZO

QUARTO TERMO DE ADITAMENTO AO CONTRATO Nº 152/2022, FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO DE ITAJUBÁ E O PROPRIETÁRIO SR. MOACYR FERREIRA DA CUNHA, PARA LOCAÇÃO DE IMÓVEL SITUADO À RUA OLIVEIRA MARQUES, Nº 189, BAIRRO ORIENTE, PARA A INSTALAÇÃO DA DELEGACIA DA MULHER – DEAM. COM BASE NA DISPENSA Nº 144/2022. (PROCESSO LICITATÓRIO 434/2022)

Pelo presente Termo de Aditamento celebrado entre o **MUNICÍPIO DE ITAJUBÁ**, pessoa jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 18.025.940/0001-09, com sede localizada na Avenida Doutor Jerson Dias, n.º 500, Bairro Estiva, Município de Itajubá, Estado de Minas Gerais, CEP 37.500-279, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Governo, Sr. **SÉRGIO THIAGO RIBEIRO**, CPF/MF sob o n°. 073.XXX.XXX-42, doravante simplesmente denominada de **LOCATÁRIO** e o Sr. **MOACYR FERREIRA DA CUNHA**, representado pelo seu **CURADOR** o Sr. **EDVALDO RODRIGUES FERREIRA DA CUNHA**, devidamente qualificada nos autos do processo, doravante simplesmente denominada de **LOCADOR**, resolvem aditar o contrato acima referido mediante as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação da vigência contratual pelo período de 02 (dois) meses, ou até a conclusão do novo processo, o que ocorrer primeiro.
1.2. Fica prorrogado o prazo de vigência do contrato em referência de 20/10/2026 a 19/12/2026.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR

2.1. Para o período de prorrogação objeto do presente Termo Aditivo, de 20/10/2026 a 19/12/2026, o valor mensal da locação fica estabelecido em **R$ 4.100,00 (quatro mil e cem reais)**, perfazendo o montante de **R$ 8.200,00 (oito mil e duzentos reais)** para os 02 (dois) meses de vigência.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3.1. Para atender às despesas inerentes a este Termo Aditivo no presente exercício foi emitida a reserva orçamentária na dotação orçamentária abaixo consignada:

02.01.01.06.181.0003.2012.3.3.90.36.00

3.2 A despesa para o exercício subsequente correrá à conta da Dotação Orçamentária consignada para essa atividade no respectivo exercício, ficando condicionado à previsão na

LOA e à disponibilidade suficiente de caixa, de acordo com o artigo 42 da Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000.

CLÁUSULA QUARTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

4.1. A **LOCATÁRIO** e a **LOCADOR** ratificam todas as demais cláusulas do Contrato, não modificadas expressamente e que não colidam com o presente Termo de Aditamento.
4.2. Passa a fazer parte integrante dos autos deste procedimento a justificativa e o pedido apresentado pela Secretaria Municipal de Governo através do **Memorando nº 040/SEMUG/2026**.
4.3. O presente instrumento fundamenta-se no disposto no **art. 62, § 3º, inciso I, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, c/c a Lei Federal nº 8.245, de 18 de outubro de 1991, e o art. 190 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021**.

E por estarem às partes de pleno acordo em tudo que se encontra disposto neste instrumento, firmam-no em três – 03 – vias de igual teor e forma, para que produza seus efeitos legais.

Itajubá-MG, 20 de outubro de 2026

SERGIO THIAGO [redacted] Assinado de forma digital por SERGIO THIAGO RIBEIRO:[redacted] Dados: 2026.10.20 13:22:45 -03'00'

MUNICÍPIO DE ITAJUBÁ
SÉRGIO THIAGO RIBEIRO
Secretário Municipal de Governo

gov.br Documento assinado digitalmente
EDVALDO RODRIGUES FERREIRA DA CUNHA
Data: 20/10/2026 14:31:04-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

EDVALDO RODRIGUES FERREIRA DA CUNHA
Curador do Sr. MOACYR FERREIRA DA CUNHA
LOCADOR

Errata

ERRATA 03 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 051/2026

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE INCUBADORAS E DE INDICADORES BIOLÓGICOS PARA AUTOCLAVE EM ATENDIMENTO AOS SERVIÇOS DE ODONTOLOGIA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, conforme TR, ETP e RELATÓRIO DE ESPECIFICAÇÃO, partes integrantes do edital, condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

O Município de Itajubá, por intermédio de seu Pregoeiro/Agente de Contratação, torna público, para conhecimento dos interessados, a presente **ERRATA** ao Edital do Pregão Eletrônico nº 051/2026.

ONDE SE LÊ:

Critério de julgamento por **item**, conforme lançado na plataforma eletrônica de realização do certame.

LEIA-SE:

Critério de julgamento por **lote**, conforme estabelecido no Termo de Referência e nas demais disposições do Edital.

Considerando o equívoco ocorrido no cadastramento do processo na plataforma eletrônica, fica **alterada a data de abertura da sessão pública** para o dia **04 DE NOVEMBRO DE 2026**, mantendo-se **os mesmos horários previstos no edital originalmente publicado**.

Permanecem inalteradas as demais disposições constantes do Edital e seus anexos.

A presente errata está disponível no site: www.itajuba.mg.gov.br. Informações através do email: licitacao@itajuba.mg.gov.br ou através dos telefones (35)9 9898-6949 e (35)9 9899-3852.

Itajubá, 20 de outubro de 2026.

OLIVIA DA SILVA SIMPLICIO [redacted]
Assinado de forma digital por OLIVIA DA SILVA SIMPLICIO DONIZETI [redacted]
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=17861584000192, ou=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, ou=RFB e-CPF A1, ou=(EM BRANCO), ou=presencial, cn=OLIVIA DA SILVA SIMPLICIO DONIZETI [redacted]
Dados: 2026.10.20 13:37:48 -03'00'

Olívia da Silva Simplício Donizeti
Agente de Contratação – Portaria 039/2025

Homologação / Adjudicação

Prefeitura Municipal de Itajubá
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

Processo Licitatório: **328/2026**
Modalidade: **PREGÃO**
Número da Licitação: **089/2026**
Aquisição de: **Materiais**
Página: 1

O(A) Sr. ou Srª, no uso de suas atribuições legais, com base na Lei N. 14.133/2021, homologa o Processo Licitatório Nº 328/2026 na modalidade PREGÃO Nº 089/2026, objeto:RESGATE DE ONIBUS 45 LUGARES ESCOLAR DA ATA COMPARTILHADA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 007/2026, REFERENTE AO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 011/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 009/2026, GERENCIADA PELO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DO ALTO DO SAPUCAÍ – CIMASP, PARA ATENDER A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.
CONVENIO DE SAIDA Nº 1261003210/2026/SEE, e o adjudica para as empresas:

ITALBUS CARROCERIAS DE ONIBUS LTDA **CPF/CNPJ:** 16.557.958/0001-18

Item	Unidade	Qtde	V. Unit.	V. Total	Marca
1,00	UN	2,00	567000,0000000	1134000,0000000	

DESCRIÇÃO: Onibus
Ônibus 45 Lugares Escolar: ônibus com comprimento total mínimo de 9.000 mm e carroceria com largura mínima de 2.350 mm, capacidade de carga útil líquida de no mínimo 3.000 kg, com capacidade mínima de 44 (quarenta e quatro) estudantes sentados, mais o condutor, e deve ser equipado com dispositivo para transposição de fronteira, do tipo poltrona móvel (DPM), para embarque e desembarque de estudante com deficiência, ou com mobilidade reduzida, que permita realizar o deslocamento de uma, ou mais poltronas, do salão de passageiros, do exterior do veículo, ao nível do piso interno. Complemento especificação: o veículo deverá ser entregue com faixas escolares adesivado e com a arte fornecida pelo município, aplicação do insulfilm nos vidros do veículo de acordo com a legislação vigente, ar condicionado do tipo central e de teto com duto por toda e extensão do salão e saídas para os passageiros e motorista, sistema de TV visível para todos com kit multimídia, com câmara de ré instalada, poltrona para motorista com deslocamento lateral com cinto de segurança de três pontas retrateis, poltronas dos passageiros com cintos individuais, tomada de ar no teto com saída de emergência acoplada; bagageiro lateral posicionado no entre eixos para pertences do motorista, iluminação interna; motor diesel com no mínimo de 163cv de potência e torque mínimo de 600 NM (KGF.M), controle de emissão de poluentes conforme PROCONVE P8; carga mínima no eixo traseiro motriz de 6.700 kg; injeção eletrônica; dotado de freio motor; mínimo 6 marchas a frente e 01 a ré; direção hidráulica ou elétrica; tacógrafo original de fábrica; freio a ar ou hidráulico, em ambos os casos com sistema ABS, Suspensão dianteira tipo molas parabólicas e a traseira sendo do tipo Parabólica e ou Molas Semielípticas, tanque de combustível com capacidade mínima de 150 litros e tanque de Arla de no mínimo 20 litros O veículo deverá conter estepe, macaco, triangulo de sinalização, chaves de roda e todos os demais itens obrigatórios por lei, equipado com uma porta de serviço do tipo pantográfica, com todas as vedações para poeira e com uma porta tipo sedan para o DPM, sendo que uma não atrapalhe a operação da outra quando utilizadas simultaneamente.

Desconto Ofertado 0,00%

Total para Este Fornecedor: 1.134.000,00

Determina-se, então, que o Setor de Compras e Licitações do Prefeitura Municipal de Itajubá convide o(s) vencedor(es) do referido processo para formalizar a contratação objetivada pelo presente certame.

Itajubá, em 20 de outubro de 2026

WANDER WILSON [redacted]
Assinado de forma digital por WANDER WILSON CHAVES [redacted]
Dados: 2026.10.20 16:45:01 -03'00'

Contratos

Processo Licitatório nº 084/2026 **Modalidade: Pregão Eletrônico - SRP nº 021/2026**

CONTRATO Nº 214/2026
CONTRATO ADMINISTRATIVO QUE FAZEM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE ITAJUBÁ, POR INTERMÉDIO DO(A) SECRETÁRIO(A) MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E A EMPRESA VEROCHEQUE REFEIÇÕES LTDA.

O **MUNICÍPIO DE ITAJUBÁ**, com sede no (a) Avenida Doutor Jerson Dias, nº. 500, Bairro Estiva, Município de Itajubá, Estado de Minas Gerais, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 18.025.940/0001-09, neste ato representado pelo(a) Secretário(o) Municipal de Administração Sr. **André Carlos Alves da Silva**, portador do CPF nº 022.XXX.XXX - 60, doravante denominado CONTRATANTE, a empresa **VEROCHEQUE REFEIÇÕES LTDA,** inscrita sob o CNPJ nº **06.344.497/0001-41**, sediado(a) na Av. Presidente Vargas, nº 2001- Conj 174. Jardim Sta. Ângela, Cidade Ribeirão Preto, Estado de São Paulo, CEP 14.020-525, doravante designado CONTRATADO, neste ato representada pelo(a) Sr(a). **Nicolas Teixeira Veronezi,** tendo em vista o que consta Processo Licitatório nº 084/2026 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 2021 e do Decreto Municipal 10.577/2023, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº 021/2026, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO
1.1. O procedimento em epígrafe tem como objeto a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE GERENCIAMENTO E EMISSÃO DE CARTÃO ALIMENTAÇÃO COM CHIP ELETRÔNICO PARA OS SERVIDORES MUNICIPAIS EM ATENDIMENTO À SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMAD, conforme TR e ETP integrantes do edital**.

ITEM	QUANT	UND	DESCRIÇÃO	VALOR UNIT %	VALOR TOTAL%
01	01	UN	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA DISTRIBUIÇÃO DE VALE ALIMENTAÇÃO AOS SERVIDORES MUNICIPAIS ATRAVÉS DE CARTÃO MAGNÉTICO, SENDO A MÉDIA DE BENEFICIÁRIOS EM NÚMERO DE 2.500. - O VALOR DO BENEFICIO SERÁ DE R$ 500,00 (QUINHENTOS REAIS) - AO BENEFICIARIO DEVERÁ SER DISTRIBUIDO ATRAVÉS DE CARTÃO COM CHIP ELETRÔNICO, NOMINATIVO À PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAJUBÁ - MANTER UMA CENTRAL DE ATENDIMENTO TELEFÔNICO E (OU) VIA WEB PARA PRESTAR INFORMAÇÕES AOS USUÁRIOS; - MANTER UM REDE DE ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS CREDENCIADOS PARA REALIZAÇÃO DAS TRANSAÇÕES DOS USUÁRIOS EM VÁRIOS PONTOS DO MUNICÍPIO; - DISPONIBILIZAR NA DATA FIXADA PELA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAJUBÁ, OS VALORES DOS CRÉDITOS NOS CARTÕES DOS USUÁRIOS	**-9,80%**	**-9,80 %**
TOTAL					**- 9,80%**

CLÁUSULA SEGUNDA – DOCUMENTOS INTEGRANTES DO CONTRATO E LEGISLAÇÃO APLICÁVEL
Para todos os efeitos de direito, para melhor caracterização da contratação, bem como para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram este CONTRATO os documentos do **EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N.º 021/2026,** constantes do **Processo Licitatório nº 084/2026** e em especial, a Proposta de Preços e os Documentos de Habilitação da CONTRATADA.

Parágrafo único – A execução deste CONTRATO será disciplinada pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis às obrigações ora contraídas, especialmente a Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021.

CLÁUSULA TERCEIRA - RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS
A contratação será custeada com o recurso decorrente da seguinte dotação orçamentária:

Secretaria Municipal de Planejamento
Departamento de Licitações
• Tel (35) 99898 6949 (35) 99899 3852 • licitacao@itajuba.mg.gov.br

02.07.01.04.122.0003.2041.3.3.90.46.00

CLÁUSULA QUARTA – PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

Pelo fornecimento do objeto deste CONTRATO, A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA mensalmente o preço total referente número de beneficiários multiplicado pelo valor do benefício, aplicando-se, ao final, o valor da porcentagem de taxa de administração ofertada.

O valor global máximo a ser pago será de R$ 15.600.000,00 (quinze milhões e seiscentos mil reais), referindo-se ao valor máximo estimado anual a ser gerido e repassado no âmbito do contrato celebrado com a empresa contratada.

A sua composição orçamentária estrutura-se na previsão de 13 (treze) parcelas de desembolso ao longo do período de 12 (doze) meses de vigência, discriminadas da seguinte forma: 12 (doze) parcelas mensais ordinárias relativas aos repasses dos meses do exercício financeiro e 1 (uma) parcela adicional correspondente à concessão do benefício no mês de percepção da gratificação natalina / 13º (décimo terceiro) salário dos servidores públicos municipais.

O valor a ser efetivamente desembolsado pelo Município de Itajubá em cada parcela mensal corresponderá ao valor nominal fixado para o cartão alimentação — atualmente estabelecido em R$ 500,00 (quinhentos reais) por servidor beneficiário — deduzido o percentual de -9,80% (menos nove vírgula oitenta por cento) decorrente da aplicação da taxa de administração negativa (desconto financeiro institucional) formalmente pactuada no certame licitatório.

Ressalta-se, ainda, que o valor nominal do benefício individual de R$ 500,00 (quinhentos reais) não é fixo e imutável para todo o prazo de vigência contratual. Tal valor será objeto de atualização anual mediante edição de decreto municipal específico, expedido pelo Poder Executivo Municipal, que estabelecerá o novo valor unitário do cartão alimentação a vigorar no ano exercício. A empresa adjudicada deverá adequar-se, automaticamente e sem necessidade de termo aditivo, ao novo valor estabelecido por decreto, mantendo a aplicação da taxa administrativa negativa pactuada (-9,80%) sobre o valor atualizado.

Ressalva Orçamentária: O montante global de R$ 15.600.000,00 constitui o teto orçamentário anual da contratação, possuindo natureza estritamente estimatória. O faturamento e pagamento dar-se-ão exclusivamente em função do quantitativo real de servidores cadastrados e aptos a receber o benefício em cada competência mensal.

§ 1º. Os valores devidos pela Prefeitura, pelos serviços contratados, serão pagos mediante ordem de compras, apresentação de nota fiscal e liquidação da despesa, de forma parcelada, conforme a necessidade da Contratante, mediante apresentação dos comprovantes de regularidades perante o INSS e FGTS, podendo essas regularidades serem confirmadas por via eletrônica pela contratante.

§2º Em caso de irregularidade(s) no item do objeto entregue e/ou na documentação fiscal, o prazo de pagamento será contado a partir da correspondente regularização.

CLÁUSULA QUINTA – PRAZO E LOCAL DE ENTREGA

Conforme Termo de Referência

Todas as despesas e custos diretos e indiretos, tais como transporte, fretes, tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, bem como quaisquer outros necessários à disposição ou fornecimento dos produtos/equipamentos, correrão inteira e exclusivamente por conta do CONTRATADO.

1) Caso ocorram irregularidades no fornecimento, serão adotados os seguintes procedimentos:

1.1) Será emitido na Ordem de Serviço o motivo da irregularidade apresentada pelo fornecedor.

Secretaria Municipal de Planejamento
Departamento de Licitações
• Tel (35) 99898 6949 (35) 99899 3852 • licitacao@itajuba.mg.gov.br

Diário Oficial assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2, de 2001, e Lei 14.063, de 2020, garantindo autenticidade, validade jurídica e integridade.

1.2) Caso ocorram 5 (cinco) irregularidades durante a vigência do Contrato, a Prefeitura Municipal junto com as secretarias solicitantes, notificará o fornecedor sobre os fatos decorrentes e apontados pelas Secretarias.

1.3) Tendo sido notificado e o fornecedor incorrer novamente no descumprimento das cláusulas listadas, imediatamente será cancelado o contrato, sendo adotadas as medidas listadas nos itens descritos na cláusula décima deste contrato Edital.

CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA CONTRATUAL

O período de vigência da contratação será de 12 meses contados de sua assinatura, prorrogável por até 10 anos, conforme artigo 107 da Lei 14.133/2021.

CLÁUSULA SÉTIMA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

a) atender a todas as solicitações de contratação efetuadas durante a vigência do Contrato, limitada ao quantitativo de cada item;

b) ao fornecimento do objeto, de acordo com as especificações constantes no Edital de Con- tratação Direta, em consonância com a proposta apresentada e com a qualidade e especi- ficações determinadas pela legislação em vigor;

c) responsabilizar-se pela boa execução e eficiência no fornecimento do produto objeto do Edital de Contratação Direta;

d) reparar, corrigir, remover as suas expensas, no todo ou em parte o(s) objeto(s) em que se verifiquem danos em decorrência do transporte, bem como, providenciar a imediata subs- tituição dos mesmos;

e) providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pelo contratante quando da entrega do produto;

f) apresentar, sempre que solicitado documentos que comprovem a procedência do produto fornecido, assim como amostra para análise pela Administração, sem qualquer ônus adici- onal;

g) não subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto da contratação;

h) manter, durante a vigência do contrato, todas as condições de habilitação e qualificações exigidas na licitação;

i) responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos físicos ou materiais causados à Ad- ministração ou a terceiros, pelos seus prepostos, advindos de imperícia, negligência, im- prudência ou desrespeito às normas de segurança, quando da execução do fornecimento;

j) responsabilizar-se por todas e quaisquer despesas, inclusive, despesa de natureza previ- denciária, fiscal, trabalhista ou civil, bem como emolumentos, ônus ou encargos de qual- quer espécie e origem, pertinentes à execução do objeto contratado;

k) mesmo não sendo a fabricante da matéria prima empregada na fabricação de seus produ- tos, a empresa vencedora, responderá inteira e solidariamente pela qualidade e autentici- dade destes, obrigando-se a substituir, as suas expensas, no todo ou em parte, o objeto desta licitação, em que se verificarem vícios, defeitos, incorreções, resultantes da fabrica- ção ou transporte, constatado visualmente ou em laboratório, correndo estes custos por sua conta;

l) manter endereço eletrônico (e-mail) válido para fins de comunicação com a contratante por todo o período de contratação; comunicando, imediatamente, o Contratante em caso de alteração;

m) Demais obrigações descritas no Termo de Referência que baseou a contratação.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

a) comunicar a Contratada toda e quaisquer ocorrências relacionadas aos objetos entregues;

b) efetuar o pagamento da Contratada de acordo com a forma de pagamento estipulada na Dispensa de Licitação e no Contrato;

c) promover o acompanhamento e a fiscalização do fornecimento/prestação dos serviços, sob os aspectos qualitativo e quantitativo, anotando em registro próprio as falhas e solicitando as

Secretaria Municipal de Planejamento
Departamento de Licitações
• Tel (35) 99898 6949 (35) 99899 3852 • licitacao@itajuba.mg.gov.br

medidas corretivas;

d) rejeitar, no todo ou em parte, o objeto entregue pela Contratada fora das especificações do contrato;

e) observar para que durante a vigência do Contrato sejam cumpridas as obrigações assumi- das pela Contratada, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qua- lificação exigidas na licitação

f) aplicar as sanções administrativas, quando se fizerem necessárias;

g) prestar à CONTRATADA informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados;

n) Demais obrigações descritas no Termo de Referência que baseou a contratação.

CLÁUSULA NONA – REVISÃO DOS PREÇOS

Este contrato poderá ser alterado nos termos da Lei 14.133, de 1º de abril de 2021, mediante a formalização do correspondente Termo de Aditamento.

Parágrafo único - A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem no objeto deste CONTRATO, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) de seu valor inicial atualizado, salvo as supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes que ultrapassar o limite indicado.

CLÁUSULA DÉCIMA - PENALIDADES PELAS INFRAÇÕES CONTRATUAIS E INADIMPLÊNCIA DAS OBRIGAÇÕES ASSUMIDAS

O descumprimento do prazo de entrega sujeitará a contratada às seguintes sanções, sem prejuízo das previstas no Edital de PREGÃO ELETRÔNICO do qual se originou o contrato, a qual faz parte integrante do presente Contrato:

a) Multa de 0,33% (zero vírgula trinta e três por cento) do valor de cada pedido, a cada dia de atraso, contados do estabelecido no Edital de Pregão, até o limite de 10% (dez por cento) de cada fornecimento.

b) Multa de 10% (dez por cento) do valor do fornecimento e rescisão do presente contrato, sem prejuízo do cancelamento do contrato;

c) Impedimento de contrato com a Prefeitura Municipal de Itajubá pelo período de até 5 (cinco) anos, caso a rescisão decorra de qualquer das situações previstas no Edital e no contrato.

Parágrafo único: A CONTRATADA também é responsável pelos danos causados diretamente à CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do presente termo, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou acompanhamento pelo órgão interessado nos termos da Lei 14.133, de 1º de abril de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - RESCISÃO CONTRATUAL

A inexecução total ou parcial deste contrato ensejará a sua rescisão nos termos da Lei 14.133, de 1º de abril de 2021.

Parágrafo único – Na hipótese de rescisão, a CONTRATANTE poderá reter créditos e promover a cobrança judicial ou extrajudicial de perdas e danos, a fim de ser ressarcida de prejuízos que advierem do rompimento.

Secretaria Municipal de Planejamento
Departamento de Licitações
• Tel (35) 99898 6949 (35) 99899 3852 • licitacao@itajuba.mg.gov.br

Processo Licitatório nº 084/2026 **Modalidade: Pregão Eletrônico - SRP nº 021/2026**

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - FORO

Será competente o foro da Comarca de Itajubá-MG, Estado de Minas Gerais, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para solução de questões oriundas deste CONTRATO.

E por estarem assim justas e contratadas, as partes assinam este CONTRATO em 02 (Duas) vias de igual teor e forma, obrigando-se por si e por seus sucessores, para que surtam todos os efeitos de direito, dando-se publicidade ao ato mediante publicação de seu resumo na Imprensa Oficial.

Itajubá, 16 de outubro de 2026.

ANDRE CARLOS ALVES DA SILVA:[redacted] Assinado de forma digital por ANDRE CARLOS ALVES DA SILVA:[redacted] Dados: 2026.10.19 17:00:12 -03'00'

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAJUBÁ

André Carlos Alves da Silva

Representante legal do CONTRATANTE

NICOLAS TEIXEIRA[redacted] Assinado de forma digital por NICOLAS TEIXEIRA VERONEZI:[redacted] Dados: 2026.10.16 17:36:42 -03'00'

VEROCHEQUE REFEIÇÕES LTDA

Nicolas Teixeira Veronezi

Representante legal do CONTRATADO

VISTO DA PGM REGIS WILLYAN DA SILVA ANDRADE Assinado de forma digital por REGIS WILLYAN DA SILVA ANDRADE Dados: 2026.10.16 14:42:28 -03'00'

Secretaria Municipal de Planejamento
Departamento de Licitações
• Tel (35) 99898 6949 (35) 99899 3852 • licitacao@itajuba.mg.gov.br

CONTRATO Nº 216/2026

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAJUBÁ** por intermédio do SECRETÁRIO MUNICIPAL DE GOVERNO - SEGOV, com sede no(a) Avenida Dr. Jerson Dias, nº 500, na cidade de Itajubá do Estado de Minas Gerais, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 18.025.940/0001-09, neste ato representado(a) pelo **Sr. Sérgio Thiago Ribeiro**, inscrito no CPF nº 073.XXX.XXX-42, doravante denominada **CONTRATANTE**, e a empresa **S.M.L. TRANSPORTES E TURISMO LTDA**, inscrito no CNPJ sob o nº 03.824.931/0001-00, doravante simplesmente denominado de **CONTRATADA**, neste ato representada por seu representante legal a **sra. Ligia Maria Magalhães Viola Martins Riera**, inscrita no CPF/MF sob o n° 014.XXX.XXX-58, tendo em vista o que consta no Termo de referência e em observância às disposições da Lei nº 14.133/2021, da Lei nº 123/2006 e Decreto Municipal 10.577/2023, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Processo Licitatório N° 248/2026, **CREDENCIAMENTO nº 004/2026**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto o **CREDENCIAMENTO DE EMPRESAS ESPECIALIZADAS NO FORNECIMENTO DE PASSAGENS AÉREAS NACIONAIS E INTERNACIONAIS, PARA ATENDER A PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAJUBÁ**, conforme especificações descritas no ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR e TERMO DE REFERÊNCIA (anexos I e II) do presente edital.

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas correrão por conta da dotação orçamentária e financeira:

02.01.01.04.122.0002.2008.3.3.90.33.00

CLAUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Constituem obrigações da **CONTRATADA**, além das demais previstas no EDITAL DE CREDENCIAMENTO N.º 004/2026, as descritas no **ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR E TERMO DE REFERÊNCIA**:

- Responsabilizar-se por todos e quaisquer prejuízos causados à CONTRATANTE durante a vigência do presente contrato, inclusive os relativos à omissão pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e quaisquer outras exigências legais inerentes a este instrumento;
- Responsabilizar-se por quaisquer compromissos assumidos com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente contrato;
- Responder, nos termos do art. 18 e seguintes da Lei nº. 8.078/90 – Código de Defesa do Consumidor, pelos vícios de qualidade ou quantidade do objeto;
- Prestar serviços com observância aos padrões estabelecidos ou recomendados pelos órgãos de classe e instituições de fiscalização profissional em geral, não praticando qualquer tipo de discriminação no atendimento ou nas técnicas empregadas as pessoas;
- Prestar esclarecimentos, a qualquer tempo, quanto à prestação de serviços, à CONTRATANTE;
- Desenvolver suas atividades profissionais de acordo com as normas estabelecidas pela CONTRATANTE;
- Emitir laudos, pareceres e atestados sobre assuntos de sua competência;
- Atender as pessoas de forma ética e resolutiva;
- Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela Administração Municipal, durantea execução do contrato;
- Permitir ao Gestor e fiscal do Contrato, pelo Município, a fiscalização da sua execução;
- Participar de reuniões quando convocado;
- Responsabilizar-se por todos os encargos e obrigações concernentes às legislações social, trabalhista, tributária, fiscal, comercial, securitária e previdenciária, que resultem ou venham a resultar da execução do contrato a ser firmado entre as partes;
- Atender todas às exigências estabelecidas no contrato e seus anexos, assumindo inteiraresponsabilidade pela quantidade e qualidade dos serviços executados;
- Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros,decorrentes de sua culpa ou dolo dos serviços executados;
- Cumprir as normas internas e diretrizes estabelecidas pela Secretaria Municipal de Administração;

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

Constituem obrigações da CONTRATANTE, além das demais previstas no EDITAL DECREDENCIAMENTO N.º 004/2026, as descritas no **ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR E TERMO DE REFERÊNCIA**:

Cumprir todos os compromissos financeiros assumidos com a CONTRATADA, efetuando os pagamentos de acordo com a cláusula de pagamento.

Av. Jerson Dias, 500 - Bairro Estiva
CEP: 37500-279
CNPJ: 18.025.940/0001-09
www.itajuba.mg.gov.br
Instagram: @itajubanasredes

- Fornecer e colocar à disposição da CONTRATADA todos os elementos e informações que se fizerem necessários à execução da contratação;
- Notificar, formal e tempestivamente, a CONTRATADA sobre as irregularidades observadas no cumprimento da contratação;
- Notificar a CONTRATADA, por escrito e com antecedência, sobre multas, penalidades e quaisquer débitos de sua responsabilidade;
- Fiscalizar a execução da presente contratação por um representante da CONTRATANTE, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso do fornecimento e de tudo dará ciência à Administração, conforme previsões constantes na lei nº 14.133/21;
- A fiscalização de que trata o subitem acima não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA pelos danos causados diretamente ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentesde sua culpa ou dolo na execução da contratação em conformidade com as previsões constantes na Lei nº 14.133/21.

CLÁUSULA QUINTA - DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

As condições para a execução do objeto do presente contrato encontram-se descritas em consonância com a documentação apresentada pela CONTRATADA no edital de **CREDENCIAMENTO Nº 004/2026**, referente ao PROCESSO LICITATÓRIO N.º 248/2026, que fazem parte integrante deste instrumento, independentemente de transcrição.

CLÁUSULA SEXTA - DA FISCALIZAÇÃO

Para a fiscalização do objeto desta licitação, o Município designará a servidora Sra. **Marielle Madrilene Ribeiro**, em conformidade as disposições constantes na Lei nº 14.133/21, que deverá promover todas as ações necessárias ao fiel cumprimento das condições estipuladas no Contrato, e ainda:

Propor ao órgão competente pela instrução, a aplicação das penalidades previstas neste contratoe na legislação, no caso de constatar irregularidade cometida pela CONTRATADA;

encaminhar o fato à deliberação superior para a adoção das medidas corretivas e punitivas aplicáveis, no caso de haver indícios de apropriação indébita e de prejuízo ao erário.

§ 1º A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, pelos danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, resultantes de ação ouomissão culposa ou dolosa de quaisquer de seus empregados ou prepostos;

§ 2º A ação ou omissão, total ou parcial, da fiscalização da CONTRATANTE, não elide nem diminuia responsabilidade da empresa CONTRATADA quanto ao cumprimento das obrigações pactuadasentre as partes.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO VALOR E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

Considerando o disposto no art. 79, inciso III da Lei nº 14.133/2021, que trata de contratações em mercados caracterizados por flutuações constantes de preços, como o de passagens aéreas, o valor estimado da contratação não será fixado previamente no edital.

Os credenciados deverão praticar os valores efetivamente disponíveis no mercado, observando as condições estabelecidas no Termo de Referência, de modo a garantir igualdade de tratamento entre todos os fornecedores.

CLÁUSULA OITAVA - DA VIGÊNCIA

Os prazos de vigência do Contrato será de 12 (doze) meses contados a partir da assinatura, prorrogavel nos termos do Artigo 106 e 107 da lei 14.133/2021.

CLÁUSULA NONA - DAS PENALIDADES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

O descumprimento das obrigações assumidas ensejará na aplicação, garantido o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, das sanções constantes na lei nº 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA SUBCONTRATAÇÃO

É vedado à CONTRATADA a subcontratação do objeto deste Contrato, ou a cessão ou transferência do Contrato, ainda que parcial, para outra empresa, sendo nulo de pleno direito qualquer ato nesse sentido, além de constituir infração passível das cominações legais e contratuais.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RESCISÃO

O presente contrato poderá ser rescindido em conformidade as previsões constantes na lei n° 14.133/21.

§ 1º A rescisão acarretará, independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial por parte do CONTRATANTE, a retenção dos créditos decorrentes deste contrato, limitada ao valordos prejuízos causados, além das sanções previstas neste ajuste, até a completa indenização dos danos.

§ 2º Fica expressamente acordado que, em caso de rescisão, nenhuma remuneração será cabível,a não ser o ressarcimento de

Av. Jerson Dias, 500 - Bairro Estiva
CEP: 37500-279
CNPJ: 18.025.940/0001-09
www.itajuba.mg.gov.br
Instagram: @itajubanasredes

despesas autorizadas pela CONTRATANTE e, comprovadamente realizadas pela CONTRATADA, previstas no presente contrato.
§3º Constitui motivo para rescisão contratual o não atendimento da proibição de contratação de mão-de- obra infantil para a execução do objeto deste contrato, bem como a utilização de mão-de-obra de adolescentes para execução de atividades proibidas para a idade.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

1. Toda e qualquer modificação, alteração ou aditamento deste Termo deverá ser realizado mediante Termo Aditivo, assinado pela CREDENCIANTE e pela CREDENCIADA.
2. A proibição, invalidade ou inexequibilidade de qualquer disposição deste Termo não invalidará ou afetará o mesmo como um todo, devendo permanecer em vigor todas as demais disposições do presente que não tenham sido afetadas pela proibição, invalidade ou inexequibilidade da cláusula inoperante.
3. Nenhuma das partes poderá ceder ou transferir a terceiros, total ou parcialmente, seus direitos e obrigações decorrentes deste Termo.
4. O presente Termo constitui o único e integral acordo entre a CONTRATADA e o MUNICÍPIO, substituindo todos os outros documentos, cartas, memorandos ou propostas entre as partes, bem como os entendimentos orais mantidos entre as mesmas, anteriores a presente data referente ao objeto do presente Termo.
5. O presente Termo obriga as partes e seus sucessores, a cumprirem e a fazerem cumprir, a qualquer tempo, as cláusulas ora pactuadas.
Parágrafo Único: O presente contrato não gera vínculo empregatício entre as partes, tendo em vista o caráter autônomo da prestação de serviço.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Itajubá, Estado de Minas Gerais, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja para a resolução de questões eventualmente levantadas em decorrência deste Contrato.
E por estarem as partes de pleno acordo em tudo que se encontra disposto neste Contrato, ciente das obrigações contraídas e das conseqüências de sua inobservância, firmam-no em duas – 02 – vias de igual teor e forma.

Itajubá, MG 19 de outubro de 2026.

SERGIO THIAGO [redacted] Assinado de forma digital por SERGIO THIAGO RIBEIRO:[redacted] Dados: 2026.10.19 15:39:49 -03'00'

Sérgio Thiago Ribeiro
Secretário Municipal de Governo
MUNICIPIO DE ITAJUBÁ

gov.br Documento assinado digitalmente
LIGIA MARIA MAGALHAES VIOLA MARTINS RIERA
Data: 19/10/2026 10:39:13-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

S.M.L. TRANSPORTES E TURISMO LTDA
Ligia Maria Magalhães Viola Martins Riera
Representante da CONTRATADA

Visto PROJU: REGIS WILLYAN DA SILVA ANDRADE Assinado de forma digital por REGIS WILLYAN DA SILVA ANDRADE Dados: 2026.10.19 17:31:16 -03'00'

Av. Jerson Dias, 500 - Bairro Estiva
CEP: 37500-279
CNPJ: 18.025.940/0001-09
www.itajuba.mg.gov.br
Instagram: @itajubanasredes

PREFEITURA ITAJUBÁ
GOVERNO SÉRIO E BOM DE SERVIÇO

CONTRATO Nº 191/2026

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAJUBÁ**, com sede na Avenida Dr. Jerson Dias, nº 500, bairro Estiva na cidade de Itajubá do Estado de Minas Gerais, CEP 37500-279, inscrita no CNPJ sob o nº 18.025.940/0001-09, neste ato representado pela Secretária Municipal de Finanças, **Sra. Ana Heloisa Cesarino Pereira,** inscrita no CPF nº 100.XXX.XXX-43, doravante denominada **CONTRATANTE**, e a Empresa **ITAÚ UNIBANCO S.A,** inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 60.701.190/0001-04, sediado(a) na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, N° 100, Parque Jabaquara, Municipio de São Paulo/SP, CEP.: 04.344-902 doravante designada **CONTRATADA**, neste ato representado pelo **Sr. Luiz Antonio dos Santos**, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o n° 383.XXX.XXX-62, e pela **Sra. Maria Amélia Gomes da Silva**, brasileira, divorciada, inscrita no CPF sob o n° 088.XXX.XXX-33, tendo em vista o que consta no Processo Licitatório nº 161/2025, **CREDENCIAMENTO nº 004/2025**, e em observância às disposições da Lei nº 14.133/2021, da Lei nº 123/2006 e Decreto Municipal 10.577/2023, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto o **CREDENCIAMENTO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS BANCÁRIOS DE ARRECADAÇÃO DE TRIBUTOS, TAXAS, DIVIDA ATIVA, CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIAS E DEMAIS RECEITAS MUNICIPAIS ATRAVÉS DE DOCUMENTAÇÃO COM CÓDIGO DE BARRAS, PADRÃO FEBRABAN, PARA ATENDER À SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS – SEMFI** e especificações e quantidades descritas no TERMO DE REFERÊNCIA e ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR (anexos I e II) do presente edital, conforme quadro abaixo:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
02	Recebimento no auto atendimento e prestação de contas por meio eletrônico	R$ 3,12 (Três reais e doze centavos)
04	Recebimento internet bank e prestação de contas por meio eletrônico	R$ 2,52 (Dois reais e cinquenta e dois centavos)
05	Recebimento via QR CODE PIX e prestação de contas por meio eletrônico	R$ 2,49 (Dois reais e quarenta e nove centavos)

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas correrão por conta da dotação orçamentária e financeira:

02.10.01.04.312.0018.2083.3.3.90.39.00

CLAUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Constituem obrigações da **CONTRATADA**, além das demais previstas no EDITAL DE CREDENCIAMENTO N.º 004/2025, **Termo de Referência e Estudo Técnico Preliminar**:

- Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei n. 8.078/1990);
- Comunicar ao CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n. 14.133/2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado a Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos, o valor correspondente aos danos sofridos;
- O CONTRATADO deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do CONTRATADO; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato;
- Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
- Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

Este documento foi assinado eletronicamente por Luiz Antonio dos Santos e Maria Amelia Gomes.
Para verificar as assinaturas vá ao site http://itau-unibanco.portaldeassinaturas.com.br e utilize o código FD6C-4D99-582A-6203.

- Prestar serviços com observância aos padrões estabelecidos ou recomendados pelos órgãos de classe e instituições de fiscalização profissional em geral, não praticando qualquer tipo de discriminação no atendimento ou nas técnicas empregadas as pessoas;
- Prestar esclarecimentos, a qualquer tempo, quanto à prestação de serviços, à CONTRATANTE;
- Permitir ao Gestor e fiscal do Contrato, pelo Município, a fiscalização da sua execução;
- Participar de reuniões quando convocado;
- Responsabilizar-se por todos os encargos e obrigações concernentes às legislações social, trabalhista, tributária, fiscal, comercial, securitária e previdenciária, que resultem ou venham a resultar da execução do contrato a ser firmado entre as partes;
- Atender todas às exigências estabelecidas no contrato e seus anexos, assumindo inteira responsabilidade pela quantidade e qualidade dos serviços executados;
- Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros,decorrentes de sua culpa ou dolo dos serviços executados;

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

Constituem obrigações da CONTRATANTE, além das demais previstas no EDITAL DECREDENCIAMENTO N.º 004/2025, **Termo de Referência e Estudo Técnico Preliminar**:

- Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o contrato e seus anexos;
- Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Contrato;
- Aplicar ao CONTRATADO as sanções previstas na lei e no Contrato;
- Cientificar o órgão de representação judicial para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo CONTRATADO;
- Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;
- A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período;
- Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo CONTRATADO no prazo máximo de 30 (trinta) dias, admitida a prorrogação motivada, por igual período;
- A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados;
- Cumprir com todas as obrigações previstas no Termo de Referência.

CLÁUSULA QUINTA - DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

A execução do objeto será realizada por meio da disponibilização de canais de pagamento de multas aos quais os credenciados optaram, como internet banking, aplicativos de mobile banking, caixas eletrônicas e agências físicas. As instituições credenciadas deverão garantir que os pagadores possam acessar esses serviços de forma prática e rápida.

O Município de Itajubá é o único responsável pelas declarações, cálculo, valores, multas, juros, correção monetária e outros elementos consignados nos documentos de arrecadação, no entanto, a instituição financeira credenciada deverá recusar o recebimento quando ocorrer qualquer das seguintes hipóteses:
- O documento de arrecadação for impróprio;
- O documento de arrecadação contiver emendas e/ou rasuras;
- O documento de arrecadação estiver vencido (exceto em caso que o vencimento recair em dias que não houver expediente bancário, neste caso, poderá ser recebido no primeiro dia útil subsequente)

As agências e pontos de atendimento que vierem a ser inaugurados na área de abrangência do Município, após a assinatura do presente contrato, serão automaticamente incluídas na presente prestação de serviços.

CLÁUSULA SEXTA - DA FISCALIZAÇÃO

Para a fiscalização do objeto desta licitação, o Município designará a servidora **Sra.Luara Marcela Oliveira Angelo** representante da Seretaria Municipal de Finanças, em conformidade as disposições constantes na Lei nº 14.133/21, que deverá

Este documento foi assinado eletronicamente por Luiz Antonio Santos Maria Amelia Soares.
Para verificar as assinaturas vá ao site http://itau-unibanco.portaldeassinaturas.com.br e utilize o código FD6C-4D99-582A-6203.

promover todas as ações necessárias ao fiel cumprimento das condições estipuladas no Contrato, e ainda:
propor ao órgão competente pela instrução, a aplicação das penalidades previstas neste contratoe na legislação, no caso de constatar irregularidade cometida pela CONTRATADA;
encaminhar o fato à deliberação superior para a adoção das medidas corretivas e punitivas aplicáveis, no caso de haver indícios de apropriação indébita e de prejuízo ao erário.
§ 1º A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, pelos danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, resultantes de ação ouomissão culposa ou dolosa de quaisquer de seus empregados ou prepostos;
§ 2º A ação ou omissão, total ou parcial, da fiscalização da CONTRATANTE, não elide nem diminuia responsabilidade da empresa CONTRATADA quanto ao cumprimento das obrigações pactuadasentre as partes.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO VALOR E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO
- O repasse do produto arrecadado através de códigos de barras será efetuado por meio de crédito em conta de livre movimentação do Município de Itajubá, a favor de conta a ser informada pela Secretaria de Finanças.
- O repasse do produto arrecadado através de QR CODE PIX será efetuado por meio de crédito em conta do Município de Itajubá, n.º 4061-4, agência 0308-5, Banco do Brasil S/A.
- A instituição financeira credenciada repassará o produto da arrecadação até o 2º dia útil após a data do recebimento. - O detalhamento dos documentos arrecadados deverá ser colocado à disposição do Município até o 1º dia útil após a arrecadação, em meio eletrônico.
- Até 1 (um) ano após a data de arrecadação, a instituição financeira é obrigada a prestar qualquer informação a respeito dos recebimentos efetuados e de seus respectivos valores.

CLÁUSULA OITAVA - DA VIGÊNCIA

Os prazos de vigência do Contrato será de 60 (sessenta) meses a partir do 1° dia util a publicação no PNCP, prorrogavel nos termos do Artigo 107 da lei 14.133/2021.

CLÁUSULA NONA - DAS PENALIDADES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

O descumprimento das obrigações assumidas ensejará na aplicação, garantido o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, das sanções constantes na lei nº 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA SUBCONTRATAÇÃO

É vedado à CONTRATADA a subcontratação do objeto deste Contrato, ou a cessão ou transferência do Contrato, ainda que parcial, para outra empresa, sendo nulo de pleno direito qualquer ato nesse sentido, além de constituir infração passível das cominações legais e contratuais.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA ISENÇÃO

O credenciamento proposto não gera ônus ao município, pois não acarreta despesas ou compromissos financeiros adicionais para o poder público. Todos os custos relacionados ao processo, como taxas, manutenção de serviços e eventuais obrigações contratuais, serão integralmente assumidos pela parte interessada, o que isenta o município de qualquer tipo de desembolso ou responsabilidade financeira extra.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA RESCISÃO

O presente contrato poderá ser rescindido em conformidade as previsões constantes na lei n° 14.133/21.
§ 1º A rescisão acarretará, independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial por parte do CONTRATANTE, a retenção dos créditos decorrentes deste contrato, limitada ao valordos prejuízos causados, além das sanções previstas neste ajuste, até a completa indenização dos danos.
§ 2º Fica expressamente acordado que, em caso de rescisão, nenhuma remuneração será cabível,a não ser o ressarcimento de despesas autorizadas pela CONTRATANTE e, comprovadamente realizadas pela CONTRATADA, previstas no presente contrato.
§3º Constitui motivo para rescisão contratual o não atendimento da proibição de contratação de mão-de- obra infantil para a execução do objeto deste contrato, bem como a utilização de mão-de-obra de adolescentes para execução de atividades proibidas para a idade.

Este documento foi assinado digitalmente por Luiz Antonio Santos e Maria Amelia Gomes.
Para verificar as assinaturas vá ao site http://itau-unibanco.portaldeassinaturas.com.br e utilize o código FD6C-4D99-582A-6203.

PREFEITURA ITAJUBÁ
GOVERNO SÉRIO E BOM DE SERVIÇO

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

1. Toda e qualquer modificação, alteração ou aditamento deste Termo deverá ser realizado mediante Termo Aditivo, assinado pela CONTRATANTE e pela CONTRATADA.
2. A proibição, invalidade ou inexequibilidade de qualquer disposição deste Termo não invalidará ou afetará o mesmo como um todo, devendo permanecer em vigor todas as demais disposições do presente que não tenham sido afetadas pela proibição, invalidade ou inexequibilidade da cláusula inoperante.
3. Nenhuma das partes poderá ceder ou transferir a terceiros, total ou parcialmente, seus direitos e obrigações decorrentes deste Termo.
4. O presente Termo constitui o único e integral acordo entre a INSTITUIÇÃO FINANCEIRA e o MUNICÍPIO, substituindo todos os outros documentos, cartas, memorandos ou propostas entre as partes, bem como os entendimentos orais mantidos entre as mesmas, anteriores a presente data referente ao objeto do presente Termo.
5. O presente Termo obriga as partes e seus sucessores, a cumprirem e a fazerem cumprir, a qualquer tempo, as cláusulas ora pactuadas.
Parágrafo Único: O presente contrato não gera vínculo empregatício entre as partes, tendo em vista o caráter autônomo da prestação de serviço.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Itajubá, Estado de Minas Gerais, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja para a resolução de questões eventualmente levantadas em decorrência deste Contrato.
E por estarem as partes de pleno acordo em tudo que se encontra disposto neste Contrato, ciente das obrigações contraídas e das conseqüências de sua inobservância, firmam-no em duas – 02 – vias de igual teor e forma.

Itajubá, MG 02 de setembro de 2026.

ANA HELOISA CESARINO [redacted] Assinado de forma digital por ANA HELOISA CESARINO PEREIRA:[redacted] Dados: 2026.10.19 13:13:59 -03'00'

MUNICIPIO DE ITAJUBÁ
Ana Heloisa Cesarino Pereira
Secretária Municipal de Finanças

ITAÚ UNIBANCO S.A
Luiz Antonio dos Santos
Representante da CONTRATADA

ITAÚ UNIBANCO S.A
Maria Amélia Gomes da Silva
Representante da CONTRATADA

Visto PROJU: REGIS WILLYAN DA SILVA ANDRADE Assinado de forma digital por REGIS WILLYAN DA SILVA ANDRADE Dados: 2026.10.20 15:27:26 -03'00'

Este documento foi assinado eletronicamente por Luiz Antonio Santos e Maria Amelia Gomes.
Para verificar as assinaturas vá ao site http://itau-unibanco.portaldeassinaturas.com.br e utilize o código FD6C-4D99-582A-6203.

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal de Assinaturas Itaú Unibanco S.A.. Para verificar as assinaturas clique no link: http://itau-unibanco.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/FD6C-4D99-582A-6203 ou vá até o site http://itau-unibanco.portaldeassinaturas.com.br e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: FD6C-4D99-582A-6203

Hash do Documento

4FB35A1C58E0842F9C43304052F8916CF8DDBE8B4E4F14F247A5F6A77CCA55B6

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 09/09/2026 é(são) :

☑ Luiz Antonio Santos (REPRESENTANTE LEGAL ITAÚ UNIBANCO S.A) - [redacted] em 08/09/2026 17:28 UTC-03:00
Tipo: Assinatura Eletrônica

Evidências

Client Timestamp Tue Sep 08 2026 17:28:43 GMT-0300 (Horário Padrão de Brasília)
Geolocation Location not available.
IP 200.196.153.29
Identificação: Autenticação de conta
Hash Evidências:
E2C4CE0D49592C7C887EEAC0A9249B470284637B2472B29F0AD39C5CD4BA47D9

☑ Maria Amelia Gomes (REPRESENTANTE LEGAL ITAÚ UNIBANCO S.A) - [redacted] em 08/09/2026 17:03 UTC-03:00
Tipo: Assinatura Eletrônica

Evidências

Client Timestamp Tue Sep 08 2026 17:02:52 GMT-0300 (Horário Padrão de Brasília)
Geolocation Location not available.
IP 200.196.153.16
Identificação: Autenticação de conta
Hash Evidências:
E5EF70E5D700F86F7F23E6A10E2E69012CD46B4C6FAB3C7FC0EB7A9AAF3BB3B5



CONTRATO N.º 215 /2026

CONTRATO ADMINISTRATIVO QUE FAZEM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE ITAJUBÁ, POR INTERMÉDIO DO(A) SECRETÁRIO(A) MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO A EMPRESA ITALBUS CARROCERIAS DE ONIBUS LTDA.

O **MUNICÍPIO DE ITAJUBÁ**, com sede no (a) Avenida Doutor Jerson Dias, nº. 500, Bairro Estiva, Município de Itajubá, Estado de Minas Gerais, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 18.025.940/0001-09, neste ato representado pelo **SECRETÁRIO(A) MUNICIPAL EDUCAÇÃO**, Sr. **Wander Wilson Chaves**, CPF/MF sob o n°. 263. XXX.XXX.68, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa **ITALBUS CARROCERIAS DE ONIBUS LTDA,** inscrita sob o CNPJ nº 16.557.958/0001-18, sediado(a) na RUA JOSE MICHELON 233 / INDUSTRIAL / SAO MARCOS / RS / CEP 95190- 000, doravante designado CONTRATADO, neste ato representada pelo Sr. ANDREY MONTEIRO DE ANDRADE, tendo em vista o que consta no Processo Licitatório nº 011/2026, Pregão eletrônico nº 009/2026 do CIMASP, em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 2021 e do Decreto Municipal 10.577/2023, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente da (Licitação Compartilhada, processo interno nº 328/2026), mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO.

Constitui o objeto do presente instrumento o **LICITAÇÃO COMPARTILHADA - EDITAL DE REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO DE ÔNIBUS DE 31 E 45 LUGARES PARA ATENDER OS MUNICÍPIOS QUE COMPÕEM O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DA MICRORREGIÃO DO ALTO DO SAPUCAÍ –CIMASP,** conforme quantidades e especificações indicados na CLÁUSULA TERCEIRA deste instrumento e no Pregão Eletrônico nº. 009/2026.

PARÁGRAFO ÚNICO - Integra e completa o presente Instrumento de Contrato para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, as condições do Instrumento Convocatório, Pregão Eletrônico nº 009/2026, bem como a proposta da CONTRATADA, anexos e pareceres que formam o Processo Licitatório, independente de transcrição.

ESPECIFICAÇÕES DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTRATADO:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE	UNID	VALOR UNIT R$	VALOR TOTAL R$
01	Onibus - Ônibus 45 Lugares Escolar: ônibus com comprimento total mínimo de 9.000 mm e carroceria com largura mínima de 2.350 mm, capacidade de carga útil líquida de no mínimo 3.000 kg, com capacidade mínima de 44 (quarenta e quatro) estudantes sentados, mais o condutor, e deve ser equipado com dispositivo para transposição de fronteira, do tipo poltrona móvel (DPM), para embarque e desembarque de estudante com deficiência, ou com mobilidade reduzida, que permita realizar o deslocamento de uma, ou mais poltronas, do salão de passageiros, do exterior do veículo, ao nível do piso interno. Complemento especificação: o veículo deverá ser entregue com faixas escolares adesivado e com a arte fornecida pelo município, aplicação do insulfilm nos vidros do veículo de acordo com a legislação	02	UNID	567.000,00	1.134.000,00

	vigente, ar condicionado do tipo central e de teto com duto por toda e extensão do salão e saídas para os passageiros e motorista, sistema de TV visível para todos com kit multimídia, com câmara de ré instalada, poltrona para motorista com deslocamento lateral com cinto de segurança de três pontas retrateis, poltronas dos passageiros com cintos individuais, tomada de ar no teto com saída de emergência acoplada; bagageiro lateral posicionado no entre eixos para pertences do motorista, iluminação interna; motor diesel com no mínimo de 163cv de potência e torque mínimo de 600 NM (KGF.M), controle de emissão de poluentes conforme PROCONVE P8; carga mínima no eixo traseiro motriz de 6.700 kg; injeção eletrônica; dotado de freio motor; mínimo 6 marchas a frente e 01 a ré; direção hidráulica ou elétrica; tacógrafo original de fábrica; freio a ar ou hidráulico, em ambos os casos com sistema ABS, Suspensão dianteira tipo molas parabólicas e a traseira sendo do tipo Parabólica e ou Molas Semielípticas, tanque de combustível com capacidade mínima de 150 litros e tanque de Arla de no mínimo 20 litros O veículo deverá conter estepe, macaco, triangulo de sinalização, chaves de roda e todos os demais itens obrigatórios por lei, equipado com uma porta de serviço do tipo pantográfica, com todas as vedações para poeira e com uma porta tipo sedan para o DPM, sendo que uma não atrapalhe a operação da outra quando utilizadas simultaneamente.				

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR DO CONTRATO

2.1 - O valor estimado deste contrato é de R$ 1.134.000,00 (Um milhão, cento e trinta e quatro mil reais), correspondente à proposta ofertada pela CONTRATADA.

2.2 - O CONTRATANTE poderá acrescer ou suprimir os quantitativos, respeitando os limites legais.

2.3 - Serão incorporados ao contrato, mediante Termo Aditivo todas e quaisquer modificações, que venham ser necessárias durante sua vigência decorrente de alterações unilaterais do CONTRATANTE ou por acordo entre as partes.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA

3.1 - O presente instrumento terá vigência até 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado na forma do art. 105 da Lei nº 14.133/21.

CLÁUSULA QUARTA - DO PAGAMENTO

4.1 - O pagamento pela efetiva entrega do objeto deste instrumento será efetuado até o 15º (décimo quinto) dia, à CONTRATADA, através da Tesouraria, mediante apresentação da Nota Fiscal de Serviço correspondente, com a aceitação e atesto do responsável pelo recebimento do mesmo, observando-se o art. 141, da Lei 14.133/21.

4.1.1 - A Nota Fiscal de Serviço correspondente deverá ser entregue pela CONTRATADA diretamente ao responsável pela fiscalização que somente atestará a realização dos serviços e liberará a Nota Fiscal para pagamento quando cumpridas, pela CONTRATADA, todas as condições pactuadas.

4.1.2 - A contagem para o 15º (décimo quinto) dia, previsto no caput, só iniciar-se-á após a aceitação dos serviços prestados pela fiscalização do Município de Itajubá e cumprimento pela empresa de todas as condições pactuadas.

4.1.3 - Para execução do pagamento, CONTRATADA deverá fazer constar na Nota Fiscal de Serviço

correspondente, emitida sem rasura, em letra bem legível, em nome do Município, informando o número de sua conta corrente e agência Bancária, bem como o número da Ordem de Compra.

4.1.4 - Havendo erro na Nota Fiscal ou circunstâncias que impeçam a liquidação da despesa, aquela será devolvida à CONTRATADA e o pagamento ficará pendente até que o mesmo providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal, não acarretando quaisquer ônus ao Município de Itajubá.

4.2 - A critério da Administração poderão ser descontados dos pagamentos devidos, os valores para cobrir despesas com multas, indenizações a terceiros ou outras de responsabilidade da CONTRATADA.

4.3 – O Município de Itajubá poderá sustar todo e qualquer pagamento do preço ou suas parcelas de qualquer fatura apresentada pela CONTRATADA caso verificadas uma ou mais das hipóteses abaixo e enquanto perdurar o ato ou fato sem direito a qualquer reajustamento complementar ou acréscimo, conforme enunciado:

a) A CONTRATADA deixe de acatar quaisquer determinações exaradas pelo órgão fiscalizador do Município de Itajubá.

b) Não cumprimento de obrigação assumida, hipótese em que o pagamento ficará retido até que a CONTRATADA atenda à cláusula infringida.

c) A CONTRATADA retarde indevidamente a execução do serviço ou paralise os mesmos por prazo que venha a prejudicar as atividades do Município de Itajubá.

d) Débito da CONTRATADA para com o Município de Itajubá quer proveniente da execução deste instrumento, quer de obrigações de outros contratos.

e) Em qualquer das hipóteses previstas nos parágrafos acima, ou de infração as demais cláusulas e obrigações estabelecidas neste instrumento.

4.4 - Respeitadas as condições previstas neste instrumento, no caso de eventual atraso no pagamento por culpa do Município de Itajubá os valores devidos serão acrescidos de encargos financeiros de acordo com o índice de variação da inflação do mês anterior ao do pagamento “pro rata tempore”, ou por outro índice que venha lhe substituir, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para o atraso.

CLÁUSULA QUINTA - DO REAJUSTAMENTO E DA MANUTENÇÃO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

5.1 - Os preços serão fixos e irreajustáveis.

5.1.1 - Após os primeiros 12 (doze) meses contados da orçamentação, os preços poderão ser reajustados, em conformidade com a legislação vigente, com a aplicação da variação do Índice INPC.

5.2 - Ocorrendo desequilíbrio econômico-financeiro do futuro contrato, em face dos aumentos de custo que não possam, por vedação legal, serem refletidos através de reajuste ou revisão de preços básicos, as partes, de comum acordo, com base no artigo 124, II, “d”, da Lei Federal n° 14.133/21, buscarão uma solução para a questão.

CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1 - As despesas decorrentes do presente instrumento correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias:

02.12.03.12.361.0007.2103.4.4.90.52.00

CLÁUSULA SÉTIMA– DA FISCALIZAÇÃO

9.1 - A entrega do produto e o cumprimento do disposto neste instrumento serão fiscalizados pelo Município de Itajubá, por intermédio da secretaria requisitante, que acompanhará a entrega do produto/prestação do serviço, de acordo com o determinado, controlando os prazos estabelecidos para entrega do mesmo e apresentação de fatura, notificando à empresa vencedora a respeito de quaisquer reclamações ou solicitações havidas.

9.2 - Resguardada a disposição do subitem precedente, a fiscalização representará o Município de Itajubá e terá as seguintes atribuições:

a) Definir o objeto desta licitação, caracterizado por especificações e referências necessárias ao perfeito entendimento pelos licitantes.

b) Receber o produto, verificando a sua conformidade com as especificações estabelecidas e da proposta, principalmente quanto ao modelo ofertado, quantidade, marca (se for o caso), etc.

c) Assegurar à CONTRATADA acesso as suas dependências, por ocasião da entrega da mercadoria.

d) Agir e decidir em nome do Município de Itajubá inclusive, para rejeitar a(s) mercadoria(s) fornecida(s) em desacordo com as especificações exigidas.

e) Comunicar oficialmente à CONTRATADA quanto à rejeição do(s) produto(s).

f) Certificar a Nota Fiscal correspondente somente após a verificação da perfeita compatibilidade entre o(s) produto(s) entregue(s) ao que foi solicitado.

g) Exigir da CONTRATADA o cumprimento rigoroso das obrigações assumidas.

h) Sustar o pagamento de faturas no caso de inobservância, pela CONTRATADA, de condições previstas neste instrumento.

i) Transmitir ordens e instruções, verbais ou escritas, à CONTRATADA, no tocante ao fiel cumprimento do disposto neste instrumento.

j) Solicitar a aplicação, nos termos deste instrumento, de multa(s) à CONTRATADA.

k) Instruir o(s) recurso(s) da CONTRATADA no tocante ao pedido de cancelamento de multa(s), quando essa discordar do Município de Itajubá.

l) No exercício de suas atribuições fica assegurado à **FISCALIZAÇÃO pelo Sr. Israel Gustavo Guimarães dos Santos, representante da Secretaria Municipal de Educação,** sem restrições de qualquer natureza, o direito de acesso a todos os elementos de informações relacionados com o objeto deste instrumento, pelos mesmos julgados necessários.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1. Além das obrigações legais, regulamentares e das demais constantes deste instrumento e seus anexos, obriga se, ainda, a empresa vencedora a:

7.1.1. E-MAIL INSTITUCIONAL: É dever da empresa vencedora/contratada manter durante o período de vigência do contrato/serviço, e-mail institucional, oficial, atualizado, vigente e operacional, para executar os contatos oficiais com a PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAJUBÁ para realização de contratos, adendos, renovações, notificações, ofícios e todos demais atos administrativos.

7.3.1. Efetuar a entrega do objeto licitado no prazo e local informado, juntamente com a emissão da ordem de compra, mediante agendamento prévio junto ao Almoxarifado do Município de Itajubá.

7.3.2. Carregar e disponibilizar o(s) produto(s) no(s) local(is) indicado(s) também constituem obrigações exclusivas da empresa vencedora, a serem cumpridas com força de trabalho própria e as suas expensas.

§ 1º - O recebimento dos materiais será provisório para posterior verificação de sua conformidade com as especificações do Pregão e da proposta.

§ 2º - O pedido de prorrogação de prazo para entrega dos objetos somente será conhecido pelo Município de Itajubá, caso o mesmo seja devidamente fundamentado e entregue no Setor de Licitações do Município Itajubá, antes de expirar o prazo contratual inicialmente estabelecido.

7.4. Garantir os materiais contra defeitos de fabricação e também, contra vícios, defeitos ou incorreções, resultantes da entrega.

7.4.1. Fornecer materiais de primeira qualidade, considerando-se como tais àqueles que atendam satisfatoriamente os fins aos quais se destinam, apresentando ótimo rendimento, durabilidade e praticidade.

7.5. Arcar com todos os ônus necessários à completa entrega, considerando-se como tal a disponibilização, nos locais indicados pelo Município de Itajubá, conforme quantitativos dos produtos adjudicados, tais como transporte, encargos sociais, tributos e outras incidências, se ocorrerem.

7.6. Substituir, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, os produtos que, no ato da entrega, estiverem com suas embalagens violadas e/ou com identificação ilegível e em desacordo com as condições necessárias estabelecidas neste instrumento.

7.7. Substituir, ainda, por outro de qualidade, todo produto com defeito de fabricação.

7.8. Assumir inteira responsabilidade pela efetiva entrega do objeto licitado e efetuá-la de acordo com as especificações e instruções deste Instrumento e seus anexos, sendo que o transporte até o(s) local(is) de entrega correrá exclusivamente por conta do fornecedor, bem como pelo que o método de embalagem deverá ser adequado à proteção efetiva de toda mercadoria contrachoques e intempéries durante o transporte.

7.9. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto deste instrumento, em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, resultantes da entrega do(s) produto(s), num prazo máximo de 10 (dez) dias consecutivos, salvo quando o defeito for, comprovadamente, provocado por uso indevido, sendo que o tempo extra despendido poderá ser computado para aplicação das penalidades previstas neste instrumento.

7.10. Cumprir rigorosamente com o disposto no Edital e demais anexos.

7.11. Manter durante a execução deste contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

7.12. Responsabilizar-se pelos ônus resultantes de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos, ocorridos por culpa sua ou de qualquer de seus empregados e prepostos, obrigando-se outrossim por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais movidas por terceiros, que lhe venham a ser exigidas por força da Lei, ligadas ao cumprimento do presente Instrumento.

7.13. Responder por danos materiais ou físicos, causados por seus empregados, diretamente ao Município de Itajubá ou a terceiros, decorrente de sua culpa ou dolo.

7.14. Em tudo agir segundo as diretrizes da Administração.

CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. O regime jurídico desta contratação confere ao contratante as prerrogativas do Art. 104 da Lei n° 14.133/21.

8.2. Constituem obrigações do CONTRATANTE, além da constante do Art. 115 da Lei n.º 14.133/21, as especificadas no Edital.

8.3. Acompanhar, fiscalizar e avaliar os serviços do objeto deste Contrato.

8.4. Emitir as ordens de serviços à empresa vencedora, de acordo com as necessidades, respeitando os prazos para atendimentos;

8.5. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo licitante vencedor;

8.6. Efetuar o pagamento na forma ajustada no Edital e no Instrumento Contratual;

8.7. Cumprir com as demais obrigações constantes no Edital e outras previstas no Contrato/ ata de registro de preço.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA RESCISÃO

9.1. - O contrato celebrado poderá ser rescindido a qualquer momento, nos termos dos Art. 137 a 139 da Lei 14.133/21 e suas sucessivas alterações posteriores, sem direito a qualquer indenização.

9.2 - Formalizada a rescisão, que vigorará a partir da data de sua comunicação à contratada, esta entregará a documentação correspondente aos serviços executados que, se aceitos pela Fiscalização, serão pagos pelo CONTRATANTE, deduzidos os débitos existentes.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES

10.1 - O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela CONTRATADA ou não veracidade das informações prestadas, poderá acarretar, resguardados os preceitos legais pertinentes, sendo-lhe garantida a prévia defesa, nas seguintes sanções:

a) Advertência pelo atraso de até 10 (dez) dias corridos e sem prejuízo para o Município de Itajubá, na entrega da mercadoria/prestação do serviço/execução da obra, ainda que inicial, intermediário ou de substituição/reposição.

b) Multa de até 10% do total do contrato/ordem de compra/serviço para o caso de atraso superior a 10 (dez) dias corridos ou em situações que acarretem prejuízo a Administração, na entrega da mercadoria/prestação do serviço/execução da obra, ainda que inicial, intermediário ou de substituição/reposição.

c) Multa de até 10% do total do contrato/ordem de compra/serviço para o caso de execução imperfeita do objeto.

d) Multa de até 20% sobre o valor total do contrato/ordem de compra/serviço se deixar de entregar a mercadoria/prestar o serviço/executar a obra, no prazo determinado, ainda que inicial, intermediário ou de substituição/reposição.

e d) Multa de até 20% sobre o valor total do contrato/ordem de compra/serviço se deixar de entregar a mercadoria/prestar o serviço/executar a obra, no prazo determinado, ainda que inicial, intermediário ou de substituição/reposição.

e) Impedimento de licitar e contratar, nos termos do art. 156, §4º, da Lei 14.133/21;

f) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, nos termos do art. 156, §5º, da Lei 14.133/21;

10.2 - As penalidades acima relacionadas não são exaustivas, mas sim exemplificativas, podendo outras ocorrências

ser analisadas e ter aplicação por analogia e de acordo com a Lei nº 14.133/21, em especial aos artigos 155 a 163.

10.3 - As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA CESSÃO

11.1 - A Contratada não poderá ceder ou transferir o contrato sem a autorização expressa da Contratante, exceto nos casos previstos em lei.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA –DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E DOS CASOS OMISSOS

15.1 - O presente instrumento contratual rege-se pelas disposições expressas regida pela Lei nº 14.133/21 e com aplicação subsidiária do Decreto Federal nº 10.024/19, ainda, aplicando-lhe supletivamente os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

15.2 - Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei Federal nº. 14.133/21, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais de direito.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO

13.1 - As questões decorrentes da execução deste Instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no Foro da Comarca de Itajubá, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E, para firmeza e validade do que foi pactuado, lavrou-se o presente Contrato, para que surtam um só efeito, às quais, depois de lidas, são assinadas pelas representantes das partes, CONTRATANTE e CONTRATADA, e pelas testemunhas abaixo.

Itajubá, 16 de outubro de 2026.

WANDER WILSON [redacted] Assinado de forma digital por WANDER WILSON [redacted] Dados: 2026.10.20 14:31:26 -03'00'

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAJUBÁ
Wander Wilson Chaves
SECRETÁRIO(A) MUNICIPAL EDUCAÇÃO

ASSINADO DIGITALMENTE
ANDREY MONTEIRO DE ANDRADE
A conformidade com a assinatura pode ser verificada em: http://serpro.gov.br/assinador-digital
SERPRO

ITALBUS CARROCERIAS DE ONIBUS LTDA
ANDREY MONTEIRO DE ANDRADE
Representante legal do CONTRATADO

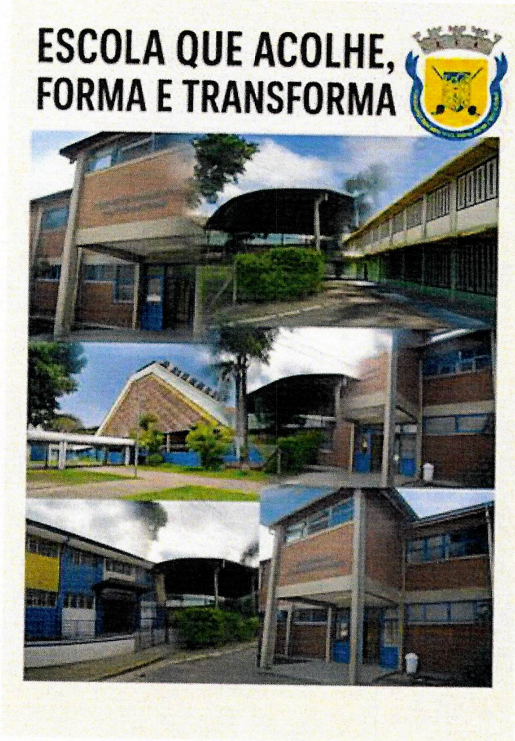
VISTO DA PGM

REGIS WILLYAN DA SILVA ANDRADE Assinado de forma digital por REGIS WILLYAN DA SILVA ANDRADE Dados: 2026.10.19 15:32:47 -03'00'

Outros Atos

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAJUBÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

POLÍTICA DE EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL



Plano de Ação
Rede Municipal de Ensino – Itajubá/MG
Educação Infantil e Ensino Fundamental – Anos Iniciais

Documento elaborado com base Resolução CNE/CEB Nº 7, de 1º de agosto de 2025

Itajubá – Minas Gerais

2026

PREFEITURA ITAJUBÁ
GOVERNO SÉRIO E BOM DE SERVIÇO

SUMÁRIO

1 - INTRODUÇÃO

2 - BASES LEGAIS DA EDUCAÇÃO INTEGRAL E DO TEMPO INTEGRAL

3 - BREVE HISTÓRICO DO ENSINO INTEGRAL NO MUNICÍPIO

4 - IMPLEMENTAÇÃO DA EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL

5 - OBJETIVOS DA EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL

6- CARGA HORÁRIA DE FUNCIONAMENTO DA EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL

7 - ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

8 - MATRÍCULA

9 - AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

10 - GESTÃO DA ESCOLA E RECURSOS HUMANOS

11 - PARCERIAS INTERSETORIAIS

12 - RECURSOS FINANCEIROS/FÍSICOS E GESTÃO DE INSUMOS

13 - ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DA EXPANSÃO DAS MATRÍCULAS DE TEMPO INTEGRAL

14 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

PREFEITURA ITAJUBÁ
GOVERNO SÉRIO E BOM DE SERVIÇO

1. Introdução:

A Secretaria Municipal de Educação, por meio da Política de Educação Integral em Tempo Integral, visa à formação humana e social dos estudantes em suas múltiplas funções, tendo como base elevar a qualidade de ensino na rede. E sendo a ampliação de permanência do estudante na escola um dos caminhos para efetivar a educação integral e eficiente, busca-se atribuir novos sentidos à prática pedagógica, ampliando oportunidade de aprendizagem, resignificando saberes, através do acesso e permanência na ampliação de jornada escolar.

Como forma de garantir a melhoria na qualidade de educação, o município aderiu ao Programa Escola em Tempo Integral (Programa ETI) foi instituído pela Lei 14.640, de 31 de julho de 2023, com a finalidade de fomentar a criação de matrículas na educação básica em tempo integral por meio de apoio financeiro e técnico aos Estados e Municípios, priorizando as escolas que atendam estudantes em situação de maior vulnerabilidade socioeconômica.

Além da assistência financeira para ampliação das matrículas em tempo integral, o programa prevê estratégias de assistência técnica para induzir a criação de matrículas na educação básica em tempo integral em todas as redes e sistemas de ensino, por meio de ações que visem, entre outros fins: ao aprimoramento da eficiência alocativa das redes; à reorientação curricular para a educação integral; à diversificação de materiais pedagógicos; e à criação de indicadores de avaliação contínua.

A finalidade deste programa é elevar a criação de matrículas em tempo integral na educação básica, como estratégia para viabilizar o alcance da meta 06 do Plano Nacional de Educação 2026-2031 (Lei nº 15.388/2026).

Considerando a ampla variedade de condições e culturas presentes na rede de ensino, apresentamos a Política Municipal de Educação Integral em Tempo Integral do Município de Itajubá MG que busca também através da adesão do Programa Escola em Tempo Integral garantir o alcance da meta 06 do Plano Nacional de Educação referente ao Ensino Integral e contribuir para a melhoria e avanço na qualidade da educação.

Com este projeto pretende-se estruturar e organizar uma ação que perpassa agentes políticos municipais, buscando atender e efetivar ações que melhore a qualidade da educação pública, elevando os resultados de aprendizagem e desenvolvimento integral do estudante.

A educação integral em sua concepção deve garantir o desenvolvimento do sujeito nas dimensões: intelectual, física, emocional, social e cultural, como parte indissociável do processo de aprendizagem e de uma formação comprometida com o exercício da cidadania, com o objetivo de melhoria da aprendizagem de crianças e adolescentes por meio da mobilização e integração em diferentes espaços, tempos educativos, interações sociais e diversificação de oportunidades educativas e experiências.

A concepção de Educação Integral pressupõe o pleno desenvolvimento das pessoas nas diferentes etapas da vida, a centralidade do sujeito nas propostas educativas e a convicção de que a aprendizagem é fruto das relações do sujeito com tudo que o cerca: o meio, o outro, os objetos de seu conhecimento.

A Educação Integral é, desta forma, uma concepção de educação comprometida com a construção de conhecimentos com sentido e significado por meio de aprendizagens que sejam relevantes, acessíveis, pertinentes e transformadoras para os estudantes.

Faz-se necessário distinguir o conceito de Educação Integral e de Tempo Integral:

Por EDUCAÇÃO INTEGRAL compreende-se o processo de ensino, aprendizagem e participação abarcando as diferentes dimensões constitutivas do ser humano, a saber, física, intelectual, social, emocional, simbólica, política, cultural entre outras, articuladas entre si e em desenvolvimento contínuo ao longo da vida. Ademais, a Educação Integral concebe os processos educativos vinculados aos saberes de diferentes matrizes étnico-culturais, aos diferentes espaços na escola, aos territórios e seus agentes e setores tal como esportes, cultura, meio ambiente, saúde e assistência. A Educação Integral é também o fundamento integrador das dimensões do cuidar e educar e da relação entre a educação escolar e as práticas sociais em toda a Educação Básica.

O TEMPO INTEGRAL é uma das estratégias que possibilita a materialização da proposta de um currículo de Educação Integral, mas não a única. É essencial que a ampliação e organização do tempo integral seja consequência do Projeto Político-Pedagógico e do Currículo escolar, associado aos espaços dentro e fora da escola, considerando a diversidade de materiais que são ofertados nas experiências educativas, atento às interações e organizações de agrupamentos entre os estudantes, promotora de saberes de diferentes matrizes étnico-raciais no currículo escolar, assim como asseguradora da escuta e participação dos estudantes e comunidades escolares nos processos educativos e na gestão escolar.

Para análise e construção do conceito de Educação em Tempo Integral, no presente projeto, observam-se as regras adotadas pelo INEP – Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – para consideração de um aluno como "aluno de tempo integral". Importante ressaltar que o presente projeto se refere a Educação Infantil e Ensino Fundamental, portanto, a lógica organizacional e os conceitos de tempo integral são aqueles aplicados pelo Inep.

Ocorre que, para distribuição do FUNDEB, o Ministério da Educação considera as matrículas informadas no Educacenso. Para alunos que atendam aos requisitos de classificação como Tempo Integral, observa-se o fator de ponderação. Como um projeto de tempo integral requer custos para manutenção, é fundamental que as regras do Inep sejam observadas.

Para o Inep, será contabilizado como Aluno de Tempo Integral, aquele cuja soma das cargas horárias das turmas em que é matriculado e frequente (turma regular e turmas complementares), represente a carga horária diária mínima de 7h, ou 35h semanais. Esses são os parâmetros utilizados no projeto para composição da carga horária de tempo integral.

A educação pública brasileira é caracterizada por possuir uma carga horária obrigatória menor que a média horária dos países desenvolvidos. De acordo com estudos da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE (2023) o tempo total de instrução obrigatório ao longo do Ensino Fundamental varia muito de país para país. Em toda a OCDE, ao longo das etapas equivalentes ao Ensino Fundamental, o tempo de ensino obrigatório totaliza uma média de 7.634 horas. No Brasil, a carga horária total obrigatória é menor, de 7.200 horas.
(https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/notas_estatisticas_education_at_a_glance_2023.pdf?utm_source=chatgpt.com)

Os arts. 23 (Ensino Fundamental e Ensino Médio) e 31 da lei 9394/1996 definem, para o ensino regular, a obrigatoriedade de cumprimento mínimo de 800h em 200 dias para validação de um ano letivo.

Normalmente, as redes de ensino organizam o ano letivo em 800h divididas em 4h diárias.

No entanto, a ampliação do tempo escolar não deve ser compreendida como fator isolado ou suficiente para assegurar melhores resultados educacionais. Sua efetividade depende da qualidade das experiências oferecidas, da intencionalidade pedagógica, da organização curricular, da formação e atuação dos profissionais, da infraestrutura, da alimentação, da equidade e do acompanhamento sistemático da aprendizagem.

Nesse sentido, a Política Municipal de Educação Integral em Tempo Integral de Itajubá busca ampliar não apenas o tempo de permanência dos estudantes, mas, sobretudo, as oportunidades educativas, articulando aprendizagem, desenvolvimento integral, proteção, convivência, cultura, esporte, ciência, tecnologia e participação social.

Vale destacar que a reestruturação da Política Municipal de Educação Integral em Tempo Integral de Itajubá constitui medida necessária para adequar a organização e a expansão dessa oferta educacional às atuais diretrizes nacionais, fortalecendo uma política pública permanente, planejada, equitativa e articulada às necessidades do território municipal.

O processo fundamenta-se na Resolução CNE/CEB nº 7, de 1º de agosto de 2025, que institui as Diretrizes Operacionais Nacionais para a Educação Integral em Tempo Integral na Educação Básica e orienta os sistemas de ensino quanto à implementação, gestão, monitoramento e avaliação dessa política, tendo como princípio o desenvolvimento integral dos estudantes em suas dimensões cognitiva, física, emocional, social, ética, cultural e ambiental.

Integra também esse processo a Resolução CIF nº 23, de 17 de março de 2026, que estabelece diretrizes para a destinação de recursos do Fundeb à criação de matrículas em tempo integral e institui o Plano de Expansão da Educação Integral em Tempo Integral como instrumento de planejamento da ampliação da oferta. O Guia de Apoio Técnico do Ministério da Educação reforça a necessidade de que a expansão esteja sustentada por diagnóstico, definição de metas, ações, recursos, monitoramento e articulação com os demais instrumentos de planejamento educacional.

Nesse contexto, a Política Municipal deverá estabelecer princípios, objetivos, diretrizes, critérios de expansão, organização curricular, gestão, acompanhamento e avaliação, considerando as especificidades das diferentes etapas e modalidades da Educação Básica. A proposta deverá, ainda, dialogar com o Plano Municipal de Educação de Itajubá, o planejamento da rede municipal e os instrumentos de financiamento e planejamento educacional.

A revisão representa, portanto, não apenas uma adequação normativa, mas uma oportunidade de consolidar a Educação Integral em Tempo Integral como política educacional estruturante do Município de Itajubá, assegurando que a ampliação da jornada esteja vinculada à garantia do direito à aprendizagem, à formação integral, à inclusão, à equidade e à melhoria da qualidade da educação pública.

Assim, a reestruturação da Política Municipal de Educação Integral em Tempo Integral deverá orientar a expansão da oferta de forma gradual, planejada e sustentável, articulando o aumento das matrículas à capacidade física, pedagógica, financeira e administrativa da rede municipal, com mecanismos permanentes de acompanhamento, participação social e avaliação dos resultados.

2. Bases Legais para Educação Integral e Tempo Integral

A Educação Integral encontra apoio na legislação brasileira, já que o direito ao pleno desenvolvimento das pessoas está pressuposto nos principais marcos legais do país.

A Constituição Federal de 1988 mesmo sem ter mencionado o termo Educação Integral em seu texto legal, já pronunciava uma formação integralizada, intersetorial e globalizante como um direito. No artigo 205º , a educação é apresentada como um direito humano promovido e incentivado pela sociedade. No artigo 206º é citada a gestão democrática do ensino público, o que também dialoga diretamente com a educação integral, que preconiza a intersetorialidade como eixo fundamental das ações educativas. O artigo 227º é o que mais responde ao conceito de educação integral, pois afirma que é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar, entre outros, o direito à educação.

A Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação (LDB), faz referências diversas ao desenvolvimento integral dos estudantes e à jornada em tempo integral. A preocupação com a carga horária escolar está presente no artigo 24 da LDB, ao estabelecer regras comuns para a organização da educação básica, dentre elas:

> I - a carga horária mínima anual será de oitocentas horas para o ensino fundamental e para o ensino médio, distribuídas por um mínimo de duzentos dias de efetivo trabalho escolar, excluído o tempo reservado aos exames finais, quando houver; (BRASIL, 1996, redação dada pela Lei nº 13.415, de 2017).

O artigo 31 da LDB, faz referência quanto a organização da educação infantil de acordo com as seguintes regras comuns:

> III – atendimento à criança de, no mínimo, 4 (quatro) horas diárias para o turno parcial e de 7 (sete) horas para a jornada integral;

No artigo 34, a jornada escolar no ensino fundamental incluirá pelo menos quatro horas de trabalho efetivo em sala de aula, sendo progressivamente ampliado o período de permanência na escola.

> § 2º O ensino fundamental será ministrado progressivamente em tempo integral, a critério dos sistemas de ensino.

O artigo 87, também se refere ao ensino integral:

> §5º Serão conjugados todos os esforços objetivando a progressão das redes escolares públicas urbanas de ensino fundamental para o regime de escolas de tempo integral.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA – Lei 8.069/1990) em seu Capítulo V, artigo 53, diz que toda criança e adolescente tem direito à educação, com a proposição de obrigatoriedade do acesso e da permanência na escola, reconhecendo que o desenvolvimento integral da criança e do adolescente requer uma forma específica de proteção e, por isso, propõe um sistema articulado e integrado de atenção a esse público, do qual a escola faz parte.

Em 2026, o Plano Nacional de Educação (PNE) traz um avanço para a Educação Integral, tornando essa modalidade da educação uma meta a ser atingida em todo o país. O PNE prevê na meta de número 6.a, a oferta de educação em tempo integral para no mínimo 65% das escolas públicas e o atendimento de ao

menos 50% dos estudantes de educação básica do Brasil em até 10 anos. Além dessa meta, o PNE também prevê na meta de número I sobre a educação infantil o estímulo a uma educação infantil em tempo integral para todas as crianças de até cinco anos, como já é estabelecido nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil.

O Plano Estadual de Educação e o Plano Municipal de Educação também preveem na meta 6 a oferta da educação em tempo integral até o final da vigência deste Plano.

O governo criou o Programa Escola em Tempo Integral, para que o índice de matrículas de estudantes em tempo integral seja elevado, também objetivando a melhoria nos resultados dos indicadores de aprendizagem e desenvolvimento integral dos estudantes de toda a educação básica, avançar na qualidade social da educação brasileira e possibilitar maior proteção e inclusão social aos estudantes mais vulnerabilizados.

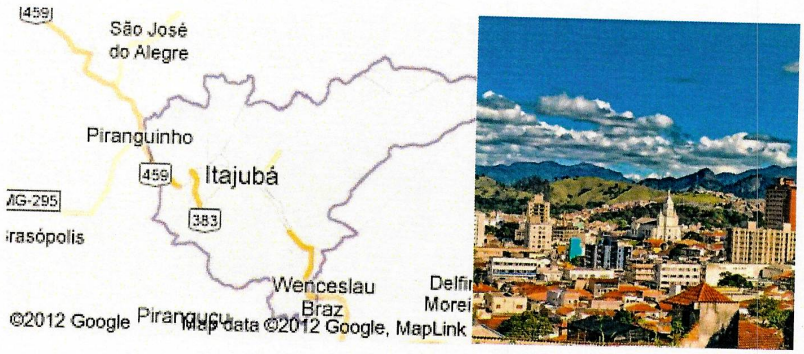
O Programa Escola em Tempo Integral, foi instituído pela Lei nº 14 640, de 31 de Julho de 2023, com a finalidade de fomentar a criação de matrículas na educação básica em tempo integral, com regulamentação nas portarias e resoluções citadas abaixo:

- **Portaria nº 1.495/2023, de 2 de Agosto de 2023:** dispõe sobre a adesão e a pactuação de metas para a ampliação de matrículas em tempo integral no âmbito do Programa Escola em Tempo Integral e dá outras providências
- **Resolução nº 18, de 27 de setembro de 2023:** estabelece os critérios e procedimentos operacionais de distribuição, de repasse, de execução e de prestação de contas do apoio financeiro do Programa Escola em Tempo Integral
- **Resolução nº 25, de 24 de novembro de 2023**: institui os critérios de seleção de projetos da ação PAR-Portfólio no âmbito do Programa Escola em Tempo Integral.
- **Resolução nº 26, de 24 de novembro de 2023:** institui os procedimentos de priorização e critérios de seleção de propostas de reforma e ampliação de unidades escolares e aquisição de mobiliário para atendimento de demandas do Programa Escola em Tempo Integral.
- **Portaria nº 2.036, de 23 de novembro de 2023:** define as diretrizes para a ampliação da jornada escolar em tempo integral na perspectiva da educação integral e estabelece ações estratégicas no âmbito do Programa Escola em Tempo Integral.
- **Portaria Nº 64, de 26 de dezembro de 2023:** Altera o Anexo II da Portaria nº 1.495, de 2 de agosto de 2023, que dispõe sobre a adesão e a pactuação de metas para a ampliação de matrículas em tempo integral no âmbito do Programa Escola em Tempo Integral, e dá outras providências.
- **RESOLUÇÃO CNE/CEB Nº 7, DE 1º DE AGOSTO DE 2025**: Institui as Diretrizes Operacionais Nacionais para a Educação Integral em Tempo Integral na Educação Básica

Em 2026, a **Resolução CIF nº 23, de 17 de março de 2026**, regulamentou as diretrizes para aplicação dos recursos. Ela estabelece, no item 1.1, que, a partir de 2026, cada Estado, Município e o Distrito Federal devem aplicar **anualmente no mínimo 4% dos recursos recebidos à conta do FUNDEB** para a **criação de matrículas em tempo integral**, até o atingimento das metas do PNE.

PREFEITURA ITAJUBÁ
GOVERNO SÉRIO E BOM DE SERVIÇO

3. Breve Histórico do Ensino Integral no Município de Itajubá



A educação em tempo integral representa uma das mais significativas estratégias para a promoção da equidade social e do desenvolvimento pleno de crianças e adolescentes, especialmente em contextos marcados por desigualdades e vulnerabilidades.

No município de Itajubá/MG, a proposta de implantação da Educação em Tempo Integral vem ao encontro dos anseios da comunidade por uma escola pública que vá além da instrução formal, oferecendo um espaço de aprendizagem ampliado, que favoreça o desenvolvimento cognitivo, emocional, cultural, social e físico dos estudantes.
Conforme afirma Anísio Teixeira, um dos grandes defensores da educação integral no Brasil: "A educação é, em essência, a obra de formação do homem integral." A escola de tempo integral, nesse sentido, não deve se limitar a uma simples ampliação da jornada escolar, mas sim se constituir como um território formativo, onde múltiplas linguagens, saberes e experiências possam ser vivenciadas em diálogo com as especificidades locais e com as potencialidades de cada estudante.

Neste plano, estão delineadas as diretrizes pedagógicas, administrativas e financeiras para a implementação da Educação em Tempo Integral em Itajubá, sempre com o compromisso de assegurar uma escola pública democrática, inclusiva e transformadora, capaz de contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e solidária.

Em Itajubá, a presença de desigualdade de renda, fragilidades no IDH-E e diversidade étnica exigem uma política pública voltada à equidade — garantindo que todos os estudantes tenham suporte para superar barreiras históricas e socioeconômicas. A educação, conforme ressaltado pela UNESCO (2023), é um instrumento central para a promoção da equidade social, que não se traduz em igual distribuição de recursos, mas na alocação diferenciada capaz de corrigir desigualdades históricas e estruturais existentes.

A jornada ampliada possibilita a consolidação das aprendizagens, o fortalecimento de vínculos, o desenvolvimento integral e a ampliação de repertórios culturais e sociais. Essa concepção é respaldada no Objetivo 6, a Meta 6.a. Que estabelece a ampliação progressiva da educação em tempo integral na rede pública, 2026 a 2036.

No âmbito local, a Meta 6 do Plano Municipal de Educação (PME) de Itajubá reitera esse compromisso, alinhando-se à diretriz nacional com os mesmos percentuais de atendimento. A inserção do tempo

integral deve- se ao fato não apenas de atingir a meta supracitada, mas a idealização na oferta de educação de qualidade e excelência para os alunos da rede municipal.

3.1 Visão Geral e Territorial: "Escola que Acolhe, Forma e Transforma"

O presente Plano de Ação visa apresentar o plano de ampliação da ETI no município de Itajubá/MG, detalhando os aspectos pedagógicos, administrativos e financeiros que fundamentam sua execução. Será orientada pelos seguintes eixos:

a) Planejamento de distribuição e alocação das matrículas em Tempo Integral;
b) Planejamento financeiro do uso do recurso conforme art.70 da lei 9394/1996 e Resolução CIF nº 23, de 17 de março de 2026;
c) Diagnóstico das escolas onde ocorrerá a expansão de matrículas;
d) Orientação curricular para a Educação de Tempo Integral;
e) Organização dos quadros dos profissionais que atuarão na Educação de Tempo Integral;
f) Gestão dos insumos (recursos financeiros) para oferta da Educação de Tempo Integral;
g) Indicação da equipe técnica responsável pelo programa;
h) Acompanhamento e avaliação das metas do programa da Educação de Tempo Integral.

Com base nessas diretrizes, o município de Itajubá reafirma seu compromisso com a oferta de uma educação pública de excelência, promotora de direitos e transformadora de realidades.

3.2 Infraestrutura da Rede Municipal de Ensino

A rede municipal de Itajubá é composta por:

- 16 escolas urbanas
- 6 escolas rurais
- 17 creches (incluindo conveniadas)

Total de alunos matriculados (dados de 2026): **6.744**

Distribuição por etapa de ensino:

- Educação Infantil – Creche (incluindo as creches conveniadas): **1.373**
- Educação Infantil – Pré-escola (incluindo conveniada –APAE): **1.423**
- Ensino Fundamental – Anos Iniciais:
  - **3.898** (incluindo conveniadas -APAE)
  - EJA: **50** (incluindo conveniadas- APAE)
  - **TOTAL: 3.948**

Número de alunos que utilizam o transporte escolar: aproximadamente **873 alunos.**

PREFEITURA ITAJUBÁ
GOVERNO SÉRIO E BOM DE SERVIÇO

3.4 Educação em Tempo Integral no Município

- **Alunos em tempo integral (2026):**
  - Creches: **1.373** (incluindo as creches conveniadas)
  - Pré-escola: **0**
  - Ensino Fundamental – Anos Iniciais: **443**
  - **TOTAL: 1.816**

- Percentual de matrículas em tempo integral no ano de 2026**: 26,93 %**
- Instituições em Tempo Integral**: 29**
- Percentual de instituições escolares em tempo integral no ano de 2026: **74,4%**

De acordo com a Meta 6.a do PNE, que estabelece o atendimento de 35% dos alunos da Rede Municipal em Educação em Tempo Integral durante o primeiro quinquênio de vigência do Plano, estima-se uma ampliação média de 1,61 ponto percentual no número de alunos atendidos a cada ano, com o objetivo de alcançar essa meta até 2031.
Segue o quadro detalhado abaixo, considerando apenas para efeito de planejamento, que o total permaneça em 6.744 alunos da Rede Municipal.

Ano	Meta projetada	Nº aproximado de alunos em Tempo Integral
2026	26,93%	1.816
2027	28,54%	1.925
2028	30,15%	2.034
2029	31,76%	2.143
2030	33,38%	2.252
2031	35,0%	2.359

- **Escolas que oferecem tempo integral atualmente:** todos os CMEIs (creches 0 a 03 anos), incluindo a creches conveniadas e 12 escolas, totalizando **29 instituições escolares (74,4%).**

3.5 Potencialidades e Desafios Locais

Potencialidades:

- Forte adesão de pais e responsáveis ao modelo integral;
- Profissionais qualificados na cidade de Itajubá-MG e na Rede Municipal;
- OSCs qualificadas para prestação de serviço com termos de parcerias firmados de acordo com a Lei 13.019/2014;
- Comprometimento da equipe gestora e técnica da Secretaria Municipal de Educação.

Desafios:

- Limitações na infraestrutura física para acolher o modelo integral;

- Sustentabilidade orçamentária;
- Eliminação das desigualdades de aprendizagem;
- Manter a frequência escolar dos estudantes;
- Mitigação das desigualdades sociais e territoriais.

3.6 Propostas para Superação dos Desafios

Para enfrentar as limitações atuais e garantir a expansão sustentável da Educação em Tempo Integral, propõem-se as seguintes ações estratégicas:

- **Ampliação e readequação dos espaços escolares**, incluindo construção de novos espaços ou de novos prédios e salas multifuncionais;
- **Capacitação continuada de professores e equipes gestoras**, com foco na atuação em jornada ampliada;
- **Engajamento da comunidade escolar**, por meio de campanhas informativas e rodas de diálogo;
- **Criação de sistema de avaliação contínua**, com instrumentos que permitam o monitoramento dos avanços e correções de rota;
- **Currículo inovador e interdisciplinar**, com ênfase em competências socioemocionais, cidadania, cultura digital, esporte e sustentabilidade;
- **Política de assistência estudantil**, com garantia de alimentação, transporte escolar e materiais didáticos.

Com essas medidas, Itajubá se fortalece no caminho para uma educação pública mais equitativa, inclusiva e alinhada às necessidades contemporâneas de seus estudantes.

4. Implementação da educação em tempo integral

Elevar o tempo de permanência dos alunos na escola é uma posição definida pela maioria dos estudiosos, como condição para elevação dos índices de proficiência da Educação Brasileira.

O Plano Nacional de Educação – PNE, determina em sua meta 6.a:

> Garantir a oferta de matrículas em tempo integral, na perspectiva da educação integral, com jornada mínima de 7 (sete) horas diárias ou 35 (trinta e cinco) horas semanais, preferencialmente em turno único, em, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 35% (trinta e cinco por cento) dos estudantes da educação básica até o quinto ano de vigência deste PNE, e em, no mínimo, 65% (sessenta e cinco por cento) das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 50% (cinquenta por cento) dos estudantes da educação básica até o final da vigência deste PNE.

O novo Plano Municipal de Educação (PME) estabelecerá, em consonância com as metas do Plano Nacional de Educação (PNE) em vigência, a ampliação gradual das matrículas na Educação em Tempo Integral. Para o **1º quinquênio, até 2031**, prevê-se um acréscimo de **1,61 ponto percentual ao ano** no percentual de estudantes atendidos pela Rede Municipal, com o objetivo de alcançar **35% das matrículas**

em Tempo Integral. Para o **2º quinquênio, de 2032 a 2036**, estabelece-se um acréscimo de **3,0 pontos percentuais ao ano**, visando alcançar **50% das matrículas da Rede Municipal em Educação em Tempo Integral até 2036**.

A inserção do Tempo Integral deve- se ao fato não apenas de atingir a meta supracitada, mas a idealização na oferta de educação de qualidade e excelência para os alunos da rede municipal.

Por Tempo Integral, compreende-se a soma da carga horária regular (4h/dia), mais três horas das atividades complementares totalizando 7 horas por dia ou 35 horas semanais.

As atividades complementares não precisam, necessariamente, acontecer de forma ininterrupta em relação à carga horária regular. Outros espaços, além da escola, também podem ser utilizados.

Partindo desses pressupostos, a realização de um diagnóstico situacional é fundamental. Esse diagnóstico deve considerar:

- **Aspectos legais:**
  a) Adequação do PPP e do Regimento da Escola, com o registro da oferta da modalidade Educação de Tempo Integral;
  b) Aprovação do PPP e do Regimento pela comunidade escolar, conselhos escolares e Conselho Municipal de Educação (e SRE/MG, caso o município pertença ao Sistema Estadual de Ensino);
  c) A Resolução CNE/CEB nº 7/2025, de 1º de agosto de 2025, institui as Diretrizes Operacionais Nacionais para a Educação Integral em Tempo Integral na Educação Básica;
  d) Revisão ou elaboração da Política de Educação Integral em Tempo Integral local 2026 COGEITI/DPDI/ SEB/MEC;
  e) O Guia de Apoio Técnico ao Plano de Expansão da Educação Integral em Tempo Integral do Ministério da Educação foi baseado principalmente na Resolução CIF nº 23/2026 da Comissão Intergovernamental de Financiamento para Educação Básica de Qualidade, além de alinhar-se à Resolução CNE/CEB nº 7/2025, à Emenda Constitucional nº 135/2024 e à Meta 6 do Plano Nacional de Educação (PNE).

- **Aspectos infraestruturais:**
  a) Verificação de condições das escolas em relação a espaços disponíveis para desenvolvimento de atividades complementares, assim como verificação de espaços alternativos (quadras escolares, campos de futebol, Centro Integrado de Educação e Lazer Esportivo, Bibliotecas, Laboratório de Informática); que possam ser utilizados para o desenvolvimento das Atividades Complementares.

- **Aspectos pedagógicos**
  a) Elaborar um planejamento conforme a avaliação diagnóstica dos alunos que hoje necessitam de acompanhamento pedagógico de ensino de aprendizagem;
  b) Fazer uma pesquisa para entender quais as demandas dos alunos e comunidade escolar em relação às atividades complementares;

c) Fazer uma pesquisa sobre o quantitativo de alunos e familiares que pretendam participar do projeto. Organizar esse quantitativo.

O projeto de Educação em Tempo Integral terá como fundamento uma educação de qualidade e a garantia de uma base comum curricular obrigatória e a inserção das atividades complementares, possibilitando aos alunos um momento prazeroso, lúdico e de novas aprendizagens.

O projeto de Educação em Tempo Integral terá por base a garantia de uma base comum, obrigatória e a possibilidade de escolha para matrículas das Atividades Complementares – Educação em Tempo Integral, assim organizados conforme as Matrizes Curriculares aprovadas e assinadas por um Inspetor Escolar da Superintendência Regional de Ensino de Itajubá –SER e Secretário de Educação:

Matriz Curricular da Educação Infantil - 04 e 5 anos:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
SEMED/ITAJUBÁ – MG
Avenida Jerson Dias, nº 500, Bairro: Estiva
CEP: 37.500-279 – Itajubá – MG
E-mail. semed@itajuba.mg.gov.br
Tel. 55(35) 9 9748 3121

REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE ITAJUBÁ - EDUCAÇÃO INFANTIL – PRÉ I E PRÉ II
MATRIZ CURRICULAR – ANO 2026

	ÁREA DO CONHECIMENTO	CAMPOS DE EXPERIÊNCIA	COMPONENTE CURRICULAR	PRÉ I A/S	PRÉ I CHA	PRÉ II A/S	PRÉ II CHA
BASE NACIONAL COMUM	LINGUAGENS E CÓDIGOS	Escuta, fala, pensamento e imaginação	Língua Portuguesa (oralidade e pré-leitura)	5	166h40	5	166h40
		Traços, sons, cores e formas	Arte – Artes Visuais, Plásticas e Música	2	66h40	3	100h00
		Traços, sons, cores e formas	Arte – Expressões artísticas e Criatividade	5	166h40	4	133h20
		Corpo, gestos e movimentos	Educação Física	2	66h40	2	66h40
			Movimento e Ludicidade	2	66h40	2	66h40
	MATEMÁTICA E CIÊNCIAS DA NATUREZA	Espaços, tempos, quantidades	Matemática	3	100h00	3	100h00
		Relações, transformações e Preservação da Natureza	Ciências Naturais	2	66h40	2	66h40
	CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS	O eu, o outro e o nós.	Natureza e Sociedade (cultura, história e convivência)	3	100h00	3	100h00
	TOTAL			24	800h00	24	800h00
	DIREITOS DE APRENDIZAGEM	Conviver, Brincar, Participar, Explorar, Expressar e Conhecer-se					

INDICADORES FIXOS DA MATRIZ CURRICULAR – EDUCAÇÃO INFANTIL (PRÉ I E PRÉ II)

Ano Base: 2026
Nº de dias letivos: 200
Nº de semanas letivas: 40
Nº de dias letivos semanais: 5
Duração do módulo/aula: 50 min
Carga horária anual: 800h

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Lei Federal nº 9.394/96 – LDB (Art. 26 e Art. 31)
Resolução CNE/CEB nº 5/2009 – Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil
BNCC – Base Nacional Comum Curricular (2017), campos de experiência e direitos de aprendizagem
Resolução CEE/MG nº 470/2019 – Normas complementares para a Educação Infantil
Lei Federal nº 14.533/2023 – Política Nacional de Educação Digital (aplicada transversalmente)
O componente curricular Arte (visuais, plásticas e música). 2 Módulos semanal de 50 minutos, será ministrado pelo professor especializado com base na BNCC.

Wagner Alexandre de Oliveira
Analista Educacional
Inspetor Escolar
MASP-646054-7
Inspetor Escolar

Itajubá, 21 de Janeiro de 2026.
Secretário Municipal de Educação

PREFEITURA ITAJUBÁ
GOVERNO SÉRIO E BOM DE SERVIÇO

Matriz Curricular do Ensino Fundamental I:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
SEMED/ITAJUBÁ – MG
Avenida Jerson Dias, nº 500, Bairro: Estiva
CEP: 37.500-279 – Itajubá – MG
E-mail: semed@itajuba.mg.gov.br
Tel. 55(35) 9 9748 3121

REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE ITAJUBÁ

ENSINO FUNDAMENTAL – SÉRIES INICIAIS – 1º ao 5º ANO

MATRIZ CURRICULAR – ANO 2026

	ÁREAS DO CONHECIMENTO	COMPONENTE CURRICULAR	CICLO DE ALFABETIZAÇÃO				CICLO COMPLEMENTAR					
			1º ANO		2º ANO		3º ANO		4º ANO		5º ANO	
			AS	CHA	AS	CHA	AS	CHA	AS	CHA	AS	CHA
BASE NACIONAL COMUM (BNCC)	LINGUAGENS	LÍNGUA PORTUGUESA	6	200h00	6	200h00	6	200h00	6	200h00	6	200h00
		ARTE	2	66h40	2	66h40	2	66h40	2	66h40	2	66h40
		INGLÊS	1	33h20	1	33h20	1	33h20	1	33h20	1	33h20
		ED. FÍSICA	2	66h40	2	66h40	2	66h40	2	66h40	2	66h40
	MATEMÁTICA	MATEMÁTICA	6	200h00	6	200h00	6	200h00	6	200h00	6	200h00
	CIÊNCIAS DA NATUREZA	CIÊNCIAS	2	66h40	2	66h40	2	66h40	2	66h40	2	66h40
	CIÊNCIAS HUMANAS	HISTÓRIA	2	66h40	2	66h40	2	66h40	2	66h40	2	66h40
		GEOGRAFIA	2	66h40	2	66h40	2	66h40	2	66h40	2	66h40
	ENSINO RELIGIOSO	ENSINO RELIGIOSO	1	33h20	1	33h20	1	33h20	1	33h20	1	33h20
	TOTAL		24	800h00	24	800h00	24	800h00	24	800h00	24	800h00

INDICADORES FIXOS DA MATRIZ CURRICULAR

Indicador	Descrição
Ano Base	2026
Nº de dias letivos	200
Nº de semanas letivas	40
Nº de dias letivo semanal	5
Duração do Módulo/aula	50 min
Duração do recreio	15 min
Carga horária anual	800 h

Fundamentação legal: Lei Federal nº 9394/96 de 23/12/1996, Res. CNE/CEE nº 07/10 de 14/12/2010 e Resolução CEE/MG nº470/2019 de 27/06/2019.

PREFEITURA ITAJUBÁ
GOVERNO SÉRIO E BOM DE SERVIÇO

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
SEMED/ITAJUBÁ – MG
Avenida Jerson Dias, nº 500, Bairro: Estiva
CEP: 37.500-279 – Itajubá – MG
E-mail: semed@itajuba.mg.gov.br
Tel. 55(35) 9 9748 3121

FUNDAMENTAÇÃO:

1. **O Ensino Fundamental** - Anos Iniciais, com duração de 5 (cinco) anos, possui carga horária anual de 800h (oitocentas horas), distribuídas em 40 (quarenta) semanas letivas.
2. O componente curricular **Ensino Religioso** é de oferta obrigatória, porém a inscrição para as aulas é facultativa, cabendo aos responsáveis legais dos estudantes optarem por sua inclusão no ato da matrícula.
3. O componente curricular **Arte – Expressões Artísticas (Artes Visuais, Dança e Teatro)**. Módulo semanal de 50 minutos, será ministrado pelo professor regente. Nos Anos Iniciais, conforme orienta a BNCC, o ensino de Arte caracteriza-se por sua **natureza transversal, integrada e interdisciplinar**, não se configurando como prática pedagógica isolada ou fragmentada, mas articulada às demais áreas do conhecimento, de modo a favorecer a formação integral do estudante.
4. Na área do conhecimento Linguagens, no componente curricular **Língua Portuguesa**, uma aula semanal, dentre as 6 (seis) previstas na matriz curricular, em todos os anos de escolaridade e em todas as modalidades dos anos iniciais do Ensino Fundamental, será dedicada, obrigatoriamente, à formação de leitores, por meio do exercício de **leitura literária e de redação.**
5. **Preparação Básica para o Trabalho, Aspectos da Vida Cidadã:** serão oferecidos articulados a todas as áreas de conhecimento.
6. O componente curricular **Educação Física**, com 2 módulos semanal de 50 minutos cada será ministrado por professor especializado.
7. O componente curricular **Inglês**, com módulo semanal de 50 minutos será ministrado por professor especializado.
8. Duração do turno, excluído o tempo destinado ao recreio **conforme** estabelece inciso I, artigo 24 da Lei 9393/96.
9. **Educação Para o Consumo**: Lei Estadual nº 12.909/96 de 24/06/96, integrada a História e Geografia.
10. **Educação Ambiental:** Lei Federal nº 9.795/99 de 27/04/99, integrada ao conteúdo de Ciências.
11. **Higiene Bucal:** Lei estadual nº 13.802/00, de 27/12/00, integrado ao conteúdo de Ciências.
12. **Prevenção ao Uso de Drogas e Dependência Química**: Lei Estadual nº 13.411/99, de 22/12/99, Decreto Estadual nº 41.168 de 06/07/00, Resolução SEESES nº 01/01, de 23/02/01, integrado ao conteúdo de Ciências.
13. **História e Cultura Afro-Brasileira e dos Povos Indígenas**: Lei Federal nº 11.645/08, Resolução SEE nº 1.159/08, de 16/07/08, integrada ao conteúdo de Artes e História.
14. **Direito das Crianças e dos Adolescentes:** Lei Federal nº 11.525/07, de 25/09/2007 e Resolução o SEE nº 1.307/09, de 27/03/09, integrado aos conteúdos de Língua Portuguesa, História e Ensino Religioso.
15. **Ensino da Música:** Lei Federal nº 11.769/08, de 18/08/08, integrado ao conteúdo de Arte, com módulo semanal de 50 minutos será ministrado por professor especializado.
16. **Educação Alimentar e Nutricional da Escola**: Lei Federal nº 11.947, de 16/06/09, Lei Estadual nº 15.072 de 05/04/94 e nº 16.372 de 04/09/09.
17. **Educação para o Trânsito e Estudo sobre os Símbolos Nacionais:** conforme Lei nº 12.472 de 01/09/11.
18. **Execução Semanal do Hino Nacional:** Lei nº 12.031 de 21/09/09.
19. **Semana de Educação para Vida:** instituída pela Lei Federal nº 11.988/09.
20. **Empreendedorismo**: será ministrado no âmbito de todo currículo escolar.
21. **A BNCC da Computação:** complemento à BNCC, estabelecido pela Lei nº 14.533/2023 (Política Nacional de Educação Digital), regulamentado pelos Pareceres CNE/CEB nº 2/2022 e Resolução CNE/CEB nº 1/2022, que introduz os conteúdos e as competências de Cultura Digital, Mundo Digital e Pensamento Computacional para a Educação Básica será ministrado no âmbito de todo currículo escolar.
22. **Os Temas Transversais** fundamentam-se na Constituição Federal de 1988 (arts. 205 e 206), na Lei nº 9.394/1996 – LDB (arts. 2º, 3º, 22, 26 e 27) e na Base Nacional Comum Curricular – BNCC, que orientam a formação integral do estudante, o exercício da cidadania, o respeito à diversidade e a articulação entre educação, trabalho e práticas sociais. Sua inserção no currículo ocorre de forma integrada e interdisciplinar.
23. **Educação Especial Inclusiva** compreendida como modalidade transversal, devendo orientar práticas pedagógicas equitativas, acessíveis e articuladas ao Atendimento Educacional Especializado, quando necessário. **Lei nº 3.670/2025:** Foca na instalação e inclusão do programa de combate à intimidação sistemática (bullying) e violência escolar.

Itajubá, MG, 06 de fevereiro de 2026.

Inspetor (a) Escolar

Wagner Alexandre de Oliveira
Analista Educacional
Inspetor Escolar
MASP: 646054-7

Secretário Municipal de Educação

PREFEITURA ITAJUBÁ
GOVERNO SÉRIO E BOM DE SERVIÇO

Matriz Curricular da Educação Infantil – segmento creche - 0 a 03 anos (Tempo Integral Integrado)

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
SEMED/ITAJUBÁ – MG
Avenida Jerson Dias, nº 500, Bairro: Estiva
CEP: 37.500-279 – Itajubá – MG
E-mail. semed@itajuba.mg.gov.br
Tel. 55(35) 9 9748 3121

MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE ITAJUBÁ - EDUCAÇÃO INFANTIL – CRECHE (0 a 3 Anos e 11 meses)
MATRIZ CURRICULAR – ANO 2026

CURRÍCULO REFÊNCIA DE MIG E Base Nacional Comum Curricular ((BNCC)	EIXOS ESTRUTURANTES	DIREITOS DE APRENDIZAGEM	CAMPOS DE EXPERIÊNCIA	CRECHE EDUCAÇÃO INFANTIL 0 A 3 ANOS E 11 MESES
	EDUCAR E CUIDAR	BRINCAR CONHECER CONVIVER EXPRESSAR EXPLORAR PARTICIPAR	➢ O EU, O OUTRO E O NÓS. ➢ CORPO, GESTOS E MOVIMENTOS. ➢ ESCUTA, FALA, PENAMENTO E IMAGINAÇÃO. ➢ TRAÇOS, SONS, CORES E FORMAS. ➢ ESPAÇOS, TEMPOS, QUANTIDADES, RELAÇÕES E TRANSFORMAÇÕES.	1600 HORAS
		CHA: INCLUINDO DESCANSO E REFEIÇÕES		CHA: 1600 HORAS

INDICADORES FIXOS DA MATRIZ CURRICULAR – EDUCAÇÃO INFANTIL (CRECHE)

Ano Base: 2026
Nº de dias letivos: 200
Nº de semanas letivas: 40
Nº de dias letivos semanais: 5
Duração da 1ª refeição: 1 horas
Duraçao do Descanso: 30 minutos
Carga horária anual: 1600 HORAS

PREFEITURA ITAJUBÁ
GOVERNO SÉRIO E BOM DE SERVIÇO

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
SEMED/ITAJUBÁ – MG
Avenida Jerson Dias, nº 500, Bairro: Estiva
CEP: 37.500-279 – Itajubá – MG
E-mail. semed@itajuba.mg.gov.br
Tel. 55(35) 9 9748 3121

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Lei Federal nº 9.394/96 – LDBN (Art. 26 e Art. 31)

Resolução CNE/CEB nº 5/2009 – Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil

BNCC – Base Nacional Comum Curricular (2017), campos de experiência e direitos de aprendizagem

Resolução CEE/MG nº 470/2019 – Normas complementares para a Educação Infantil

Lei Federal nº 14.533/2023 – Política Nacional de Educação Digital (aplicada transversalmente)

O currículo é centrado no **binômio Educar e Cuidar**. As experiências priorizam a sensório motricidade, o vínculo afetivo, o reconhecimento do próprio corpo, a conquista da autonomia (desmame, desfralde, comer sozinho) e a exploração sensorial do ambiente.

No campo **O Eu, o Outro e o Nós**, a abordagem foca na **Identidade e Autonomia**. A área do conhecimento aqui é a **Socioemocional**.

Em **Corpo, Gestos e Movimentos**, o foco é a **Psicomotricidade e a Expressão Corporal**.

No campo **Traços, Sons, Cores e Formas**, as áreas de **Artes Visuais e Música** são trabalhadas de forma exploratória: A criança é imersa em um banho cultural de sons e cores, desenvolvendo a sensibilidade auditiva e a percepção visual através do brincar com a luz, a sombra e os elementos da natureza.

Em **Escuta, Fala, Pensamento e Imaginação**, as áreas de Língua Portuguesa e Literatura são abordadas através da oralidade e do afeto. É o momento de despertar o prazer de ouvir e de começar a manusear livros como objetos de curiosidade, estimulando a imaginação e a capacidade de expressão.

o campo **Espaços, Tempos, Quantidades, Relações e Transformações** traduz as bases da **Matemática, Ciências e Geografia**. Significa explorar o mundo físico, a curiosidade científica, baseada na observação direta e na manipulação constante.

Itajubá, MG, 21 de janeiro de 2026

Inspetor (a) Escolar

Wagner Alexandre de Oliveira
Analista Educacional
Inspetor Escolar
MASP: 646054-7

Secretário Municipal de Educação

PREFEITURA ITAJUBÁ
GOVERNO SÉRIO E BOM DE SERVIÇO

Matriz Curricular do Tempo Integral no Ensino Fundamental:

PREFEITURA ITAJUBÁ

REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE ITAJUBÁ
EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL - ATIVIDADES COMPLEMENTARES
MATRIZ CURRICULAR - ANO 2026

FUNDAMENTAÇÃO:

1. Fundamentada nos princípios da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996) e do Plano Nacional de Educação (Lei nº 15.388/2026) e Educação em Tempo Integral no Brasil. Lei nº 14.640/2023.
2. Decreto Municipal Nº 11.367/2025 que institui a Política de Educação em Tempo Integral no âmbito do Município de Itajubá-MG.
3. Política De Educação Em Tempo Integral da Rede Municipal de Ensino de Itajubá/MG. Educação Infantil e Ensino Fundamental – Anos Iniciais: "Escola que Acolhe, Forma e Transforma".
4. Higiene Bucal: Lei estadual nº 13.802/00, de 27/12/00, integrado ao Eixo Formativo Autonomia no Cotidiano.
5. Ensino da Música: Lei Federal nº 11.769/08, de 18/08/08, integrado ao Eixo Formativo Artes/Movimento.
6. Educação Alimentar e Nutricional da Escola: Lei Federal nº 11.947, de 16/06/09. Lei Estadual nº 15.072 de 05/04/94 e nº 18.372 de 04/09/09, integrado ao Eixo Formativo Autonomia no Cotidiano.
7. Semana de Educação para Vida: instituída pela Lei Federal nº 11.988/09, integrado em todos os Eixos Formativos.
8. Os Temas Transversais fundamentam-se na Constituição Federal de 1988 (arts. 205 e 206), na Lei nº 9.394/1996 – LDB (arts. 2º, 3º, 22, 26 e 27) e na Base Nacional Comum Curricular – BNCC, que orientam a formação integral do estudante, o exercício da cidadania, o respeito à diversidade e a articulação entre educação, trabalho e práticas sociais. Sua inserção no currículo ocorre de forma integrada e interdisciplinar.
9. Educação Especial Inclusiva compreendida como modalidade transversal, devendo orientar práticas pedagógicas equitativas, acessíveis e articuladas ao Atendimento Educacional Especializado, quando necessário.
10. Lei nº 3.670/2025: Foca na instituição e inclusão do programa de combate à intimidação sistemática (bullying) e violência escolar, integrado em todos os Eixos Formativos.

Escolas: E. M. DR. Xavier Lisboa; E. M. Francisco Júlio dos Santos
Eixo: Atividades Integradoras e Complementares
Carga Horária Diária: 4h15 (Ensino Regular) 3h (Atividades Complementar- Tempo Integral).
Carga Horária Semanal: 15h (Atividade Complementar- Tempo Integral).
Nº de semanas letivas: 30 semanas (abril a dezembro).
Total Anual: 450h (Atividade Complementar- Tempo Integral).
Alunos atendidos: 3º, 4º e 5ºanos do Ensino Fundamental- Anos Iniciais

Cidimara Ribeiro da Luz Lorena
INSPETORA ESCOLAR
MASP: 1247021-7

PREFEITURA ITAJUBÁ

Matriz Integrada – Áreas Temáticas e Distribuição

Eixos formativos	A/S	H/A (60 min)	Descrição
1- Autonomia no Cotidiano (Transição / organização / higiene)	5 (10 min.)	25h	Direcionado ao desenvolvimento da autorregulação, responsabilidade, higiene pessoal, alimentação, organização pessoal e da vida diária, promovendo competências socioemocionais e fortalecimento da convivência.
2- Arte/Movimento	5 (50 min)	125h	Direcionado a música, teatro, artes visuais e manifestações culturais locais, com o objetivo de estimular criatividade, expressão oral e corporal.
3- Oficina de Estimulação Cognitiva	10 (60 min)	300h	Estruturada com base nos princípios da ginástica cerebral e das neurociências, envolvendo os pilares da novidade, da variedade e do grau de desafio progressivo. Suas atividades têm como foco o desenvolvimento das Múltiplas Inteligências, promovendo o fortalecimento das funções cognitivas, das habilidades socioemocionais, da atenção, da memória, da criatividade e da autonomia dos estudantes, de forma lúdica, intencional e adequada à faixa etária.
Total	30	450h	

Observações Técnicas

- A/S = Aulas semanais
- H/A = Horas Anuais

Itajubá, 22 de abril de 2026.

Inspetor Escolar
Cidimara Ribeiro da Luz Lorer
INSPETORA ESCOLAR
MASP: 1247021-7

Secretário de Educação

REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE ITAJUBÁ
EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL - ATIVIDADES COMPLEMENTARES
MATRIZ CURRICULAR - ANO 2026

FUNDAMENTAÇÃO:

1. Fundamentada nos princípios da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996) e do Plano Nacional de Educação (Lei nº 15.388/2026) e Educação em Tempo Integral no Brasil, Lei nº 14.640/2023.
2. **Decreto Municipal** Nº 11.367/2025 que institui a Política de Educação em Tempo Integral no âmbito do Município de Itajubá-MG.
3. Política De Educação Em Tempo Integral da Rede Municipal de Ensino de Itajubá/MG, Educação Infantil e Ensino Fundamental – Anos Iniciais: **"Escola que Acolhe, Forma e Transforma".**
4. **Preparação Básica para o Trabalho, Aspectos da Vida Cidadã:** serão oferecidos articulados a todas as áreas de conhecimento.
5. O Eixo Formativo **Corporal e Emocional**, com 05 módulos semanais de 60 minutos cada será ministrado por professor especializado.
6. O Eixo Formativo **Linguagens**, com 02 módulos semanais de 60 minutos será ministrado por professor especializado.
7. **Educação Para o Consumo:** Lei Estadual nº 12.909/96 de 24/06/96, integrado ao Eixo Formativo Cidadania, Sustentabilidade e Educação Empreendedora/financeira.
8. **Educação Ambiental:** Lei Federal nº 9.795/99 de 27/04/99, integrado ao Eixo Formativo Cidadania, Sustentabilidade e Educação Empreendedora/financeira.
9. **Higiene Bucal:** Lei estadual nº 13.802/00, de 27/12/00, integrado ao Eixo Formativo Autonomia no Cotidiano.
10. **História e Cultura Afro-Brasileira e dos Povos Indígenas:** Lei Federal nº 11.645/08; Resolução SEE nº 1.159/08, de 16/07/08, integrada ao Eixo Formativo Artístico e Cultural.
11. **Direito das Crianças e dos Adolescentes:** Lei Federal nº 11.525/07, de 25/09/2007 e Resolusão o SEE nº 1.307/09, de 27/03/09, integrado ao Eixo Formativo Cidadania, Sustentabilidade e Educação Empreendedora/financeira.
12. **Ensino da Música:** Lei Federal nº 11.769/08, de 18/08/08, integrado ao Eixo Formativo Artístico e Cultural.
13. **Educação Alimentar e Nutricional da Escola**: Lei Federal nº 11.947, de 16/06/09, Lei Estadual nº 15.072 de 05/04/94 e nº 18.372 de 04/09/09, integrado ao Eixo Formativo Autonomia no Cotidiano.
14. **Educação para o Trânsito e Estudo sobre os Símbolos Nacionais:** conforme Lei nº 12.472 de 01/09/11. , integrado ao Eixo Formativo Cidadania, Sustentabilidade e Educação Empreendedora/financeira.
15. **Semana de Educação para Vida:** instituída pela Lei Federal nº 11.988/09, integrado ao Eixo Formativo Cidadania, Sustentabilidade e Educação Empreendedora/financeira.
16. **Empreendedorismo**: , integrado ao Eixo Formativo Cidadania, Sustentabilidade e Educação Empreendedora/financeira.
17. **A BNCC da Computação:** complemento à BNCC, estabelecido pela Lei nº 14.533/2023 (Política Nacional de Educação Digital), regulamentado pelos Pareceres CNE/CEB nº 2/2022 e Resolução CNE/CEB nº 1/2022, que introduz os conteúdos e as competências de Cultura Digital, Mundo Digital e Pensamento Computacional para a Educação Básica será integrado ao Eixo Formativo Digital e tecnológico.
18. Os **Temas Transversais** fundamentam-se na Constituição Federal de 1988 (arts. 205 e 206), na Lei nº 9.394/1996 – LDB (arts. 2º, 3º, 22, 26 e 27) e na Base Nacional Comum Curricular – BNCC, que orientam a formação integral do estudante, o exercício da cidadania, o respeito à diversidade e a articulação entre educação, trabalho e práticas sociais. Sua inserção no currículo ocorre de forma integrada e interdisciplinar.
19. **Educação Especial Inclusiva** compreendida como modalidade transversal, devendo orientar práticas pedagógicas equitativas, acessíveis e articuladas ao Atendimento Educacional Especializado, quando necessário.
20. **Lei nº 3.670/2025:** Foca na instituição e inclusão do programa de combate à intimidação sistemática (bullying) e violência escolar, integrado ao Eixo Formativo Cidadania, Sustentabilidade e Educação Empreendedora/financeira e Autonomia no Cotidiano.

Cidimara Ribeiro da Luz Loren...
INSPETORA ESCOLAR
MASP: 1247021-7

Escolas: E. M. Profª Isaura Pereira; E. M. Francisco Pereira Coutinho – CAIC; CIEM Desembargador Pereira Rosa; CIEM Profª Geralda Cerávolo; E. M. Padre Donato; E. M. Santo Agostinho.
Eixo: Atividades Integradoras e Complementares.
Carga Horária diária: 4h15 (Ensino Regular) 5h50 (Atividade Complementar – Tempo Integral).
Carga Horária Semanal: 20 aulas de 60 min e 10 aulas de 55 min, totalizando 30 aulas semanais.
Nº de semanas letivas: 37 (fevereiro a junho e agosto a novembro).
Total Anual: 1.079h10min.
Alunos atendidos: 3º, 4º e 5ºanos do Ensino Fundamental- Anos Iniciais

Matriz Integrada – Áreas Temáticas e Distribuição

Eixos formativos	A/S	H/A (60 min)	Descrição
1- Autonomia no Cotidiano/ Tarefa Escolar	*10	339h10m	Direcionado ao desenvolvimento da autorregulação, responsabilidade, higiene pessoal, organização pessoal e autonomia nas atividades escolares e da vida diária, promovendo competências socioemocionais e fortalecimento da convivência.
2- Corporal e Emocional	5	185h	Direcionado a práticas corporais, iniciação esportiva, dança, jogos cooperativos e estratégias de regulação emocional, promovendo saúde, trabalho em equipe, empatia e comunicação não violenta.
3- Artístico e Cultural	3	111h	Direcionado a música, teatro, artes visuais e manifestações culturais locais e regionais, com o objetivo de estimular criatividade, expressão oral, corporal e cooperação através de improvisações e dramatizações, protagonismo estudantil, sensibilidade estética e ampliação de repertório cultural, sempre estimulando a criatividade.
4- Cidadania, Sustentabilidade e Educação Empreendedora/financeira	3	111h	Direcionado a compreensão da ética, da educação ambiental e noções de empreendedorismo responsável, voltado ao desenvolvimento de consciência social, responsabilidade ambiental, valores democráticos, protagonismo comunitário, sensibilização ecológica, sustentabilidade e ações práticas sobre meio ambiente.

Cidimara Ribeiro da Luz Loren...
INSPETORA ESCOLAR
MASP: 1247021-7

5- Digital e Tecnológico	2	74h	Estruturado em torno de robótica educacional, pensamento computacional e uso responsável das mídias digitais, promovendo competências digitais, resolução de problemas e letramento tecnológico em consonância com a BNCC. Uso ético, seguro e criativo das tecnologias da informação e comunicação.
6- Cognitivo e Criativo	5	185	Voltado à estimulação cognitiva, jogos lógicos, leitura ativa e resolução de problemas, com foco no desenvolvimento de atenção, memória, raciocínio lógico, linguagem e pensamento estratégico, por meio de metodologias lúdicas e aprendizagem ativa. Raciocínio lógico e resolução de problemas por meio de jogos.
7- Linguagens (Língua Portuguesa e Inglês)	2	74h	Destinado ao fortalecimento da competência leitora, ampliação do repertório literário e desenvolvimento comunicativo em Língua Portuguesa e Inglês básico, contemplando as quatro habilidades linguísticas: ouvir, falar, ler e escrever.
Total	30	1.079h10m	

Observações Técnicas

- A/S = Aulas semanais
- H/A = Horas Anuais com duração de 60 minutos
- * Aulas de 55 min.

Itajubá, 05 de fevereiro de 2026.

Inspetor Escolar
Cidimara Ribeiro da Luz Loren
INSPETORA ESCOLAR
MASP: 1247021-7

Secretário de Educação
Wander Wilson Chaves
Secretário Municipal de Educação
Itajubá - MG

REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE ITAJUBÁ
EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL - ATIVIDADES COMPLEMENTARES
MATRIZ CURRICULAR - ANO 2026

FUNDAMENTAÇÃO:

11- Fundamentada nos princípios da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996) e do Plano Nacional de Educação (Lei nº 15.388/2026) e Educação em Tempo Integral no Brasil, Lei nº 14.640/2023.
12- **Decreto Municipal Nº** 11.367/2025 que institui a Política de Educação em Tempo Integral no âmbito do Município de Itajubá-MG.
13- **Política De Educação Em Tempo Integral** da Rede Municipal de Ensino de Itajubá/MG, Educação Infantil e Ensino Fundamental – Anos Iniciais: **"Escola que Acolhe, Forma e Transforma".**
14- **Higiene Bucal:** Lei estadual nº 13.802/00, de 27/12/00, integrado ao Eixo Formativo Autonomia no Cotidiano.
15- **Ensino da Música:** Lei Federal nº 11.769/08, de 18/08/08, integrado ao Eixo Formativo Artes/Movimento.
16- **Educação Alimentar e Nutricional da Escola**: Lei Federal nº 11.947, de 16/06/09, Lei Estadual nº 15.072 de 05/04/94 e nº 18.372 de 04/09/09, integrado ao Eixo Formativo Autonomia no Cotidiano.
17- **Semana de Educação para Vida:** instituída pela Lei Federal nº 11.988/09, integrado em todos os Eixos Formativos.
18- Os **Temas Transversais** fundamentam-se na Constituição Federal de 1988 (arts. 205 e 206), na Lei nº 9.394/1996 – LDB (arts. 2º, 3º, 22, 26 e 27) e na Base Nacional Comum Curricular – BNCC, que orientam a formação integral do estudante, o exercício da cidadania, o respeito à diversidade e a articulação entre educação, trabalho e práticas sociais. Sua inserção no currículo ocorre de forma integrada e interdisciplinar.
19- **Educação Especial Inclusiva** compreendida como modalidade transversal, devendo orientar práticas pedagógicas equitativas, acessíveis e articuladas ao Atendimento Educacional Especializado, quando necessário.
20- **Lei nº 3.670/2025:** Foca na instituição e inclusão do programa de combate à intimidação sistemática (bullying) e violência escolar, integrado em todos os Eixos Formativos.

Escolas: E. M. Dr. Antônio Salomon
Eixo: Atividades Integradoras e Complementares
Carga Horária Diária: 4h15 (Ensino Regular) 3h (Atividades Complementar- Tempo Integral).
Carga Horária Semanal: 15h (Atividade Complementar- Tempo Integral).
Nº de semanas letivas: 30 semanas (abril a dezembro).
Total Anual: 450h (Atividade Complementar- Tempo Integral).
Alunos atendidos: 3º, 4º e 5ºanos do Ensino Fundamental- Anos Iniciais

Cidimara Ribeiro da Luz Loren
INSPETORA ESCOLAR
MASP: 1247021-7

PREFEITURA ITAJUBÁ
GOVERNO SÉRIO E BOM DE SERVIÇO

PREFEITURA ITAJUBÁ
GOVERNO SÉRIO E BOM DE SERVIÇO

Matriz Integrada – Áreas Temáticas e Distribuição

Eixos formativos	A/S	H/A (60 min)	Descrição
1-Autonomia no Cotidiano (Transição / organização / higiene)	5 (10 min.)	25h	Direcionado ao desenvolvimento da autorregulação, responsabilidade, higiene pessoal, alimentação, organização pessoal e da vida diária, promovendo competências socioemocionais e fortalecimento da convivência.
2-Arte/Movimento	4 (50 min)	100h	Direcionado a música, teatro, artes visuais e manifestações culturais locais, com o objetivo de estimular criatividade, expressão oral e corporal.
3-Oficina de Estimulação Cognitiva	10 (60 min)	300h	Estruturada com base nos princípios da ginástica cerebral e das neurociências, envolvendo os pilares da novidade, da variedade e do grau de desafio progressivo. Suas atividades têm como foco o desenvolvimento das Múltiplas Inteligências, promovendo o fortalecimento das funções cognitivas, das habilidades socioemocionais, da atenção, da memória, da criatividade e da autonomia dos estudantes, de forma lúdica, intencional e adequada à faixa etária.
4- Robótica	1 (50 min)	25h	Direcionado para stimular habilidades importantes, como o raciocínio lógico; coordenação motora; criatividade; autonomia; trabalho em grupo. Além de preparar os alunos para o futuro, onde a tecnologia está cada vez mais presente.
Total	30	450h	

Observações Técnicas

- A/S = Aulas semanais
- H/A = Horas Anuais

Itajubá, 22 de abril de 2026.

Inspetor Escolar
Cidimara Ribeiro da Luz Lorenz
INSPETORA ESCOLAR
MASP: 1247021-7

Secretário de Educação

PREFEITURA ITAJUBÁ
GOVERNO SÉRIO E BOM DE SERVIÇO

REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE ITAJUBÁ
EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL - ATIVIDADES COMPLEMENTARES
MATRIZ CURRICULAR - ANO 2026

FUNDAMENTAÇÃO:

1. Fundamentada nos princípios da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996) e do Plano Nacional de Educação (Lei nº 15.388/2026) e Educação em Tempo Integral no Brasil, Lei nº 14.640/2023.
2. **Decreto Municipal** Nº 11.367/2025 que institui a Política de Educação em Tempo Integral no âmbito do Município de Itajubá-MG.
3. **Política De Educação Em Tempo Integral da Rede** Municipal de Ensino de Itajubá/MG, Educação Infantil e Ensino Fundamental – Anos Iniciais: **"Escola que Acolhe, Forma e Transforma".**
4. **Higiene Bucal:** Lei estadual nº 13.802/00, de 27/12/00, integrado ao Eixo Formativo Autonomia no Cotidiano.
5. **História e Cultura Afro-Brasileira e dos Povos Indígenas:** Lei Federal nº 11.645/08: Resolução SEE nº 1.159/08, de 16/07/08, integrada ao Eixo Formativo Capoeira.
6. **Ensino da Música:** Lei Federal nº 11.769/08, de 18/08/08, integrado ao Eixo Formativo Artes Integradas.
7. **Educação Alimentar e Nutricional da Escola:** Lei Federal nº 11.947, de 16/06/09, Lei Estadual nº 15.072 de 05/04/94 e nº 18.372 de 04/09/09, integrado ao Eixo Formativo Autonomia no Cotidiano.
8. Educação para o Trânsito e **Estudo sobre os Símbolos Nacionais:** conforme Lei nº 12.472 de 01/09/11. , integrado ao Eixo Formativo Educação Patrimonial.
9. **Semana de Educação para Vida:** instituída pela Lei Federal nº 11.988/09, integrado em todos os Eixos Formativos.
10. Os **Temas Transversais** fundamentam-se na Constituição Federal de 1988 (arts. 205 e 206), na Lei nº 9.394/1996 – LDB (arts. 2º, 3º, 22, 26 e 27) e na Base Nacional Comum Curricular – BNCC, que orientam a formação integral do estudante, o exercício da cidadania, o respeito à diversidade e a articulação entre educação, trabalho e práticas sociais. Sua inserção no currículo ocorre de forma integrada e interdisciplinar.
11. **Educação Especial Inclusiva** compreendida como modalidade transversal, devendo orientar práticas pedagógicas equitativas, acessíveis e articuladas ao Atendimento Educacional Especializado, quando necessário.
12. **Lei nº 3.670/2025:** Foca na instituição e inclusão do programa de combate à intimidação sistemática (bullying) e violência escolar, integrado em todos os Eixos Formativos.

Escolas: E. M. Francisco Júlio dos Santos (2ºano); E. M. Dr. Xavier Lisbôa (2ªano); E. M. Francisco Pereira Coutinho – CAIC (2ªano e 5ª ano); E. M. Ana Junqueira Ferraz (Ano Bom) Zona Rural (3º, 4º e 5º anos) ; E. M. Coronel Silvestre Ferraz (4º e 5ª ano) Zona Rural; E. M. Desembargador Francisco Pereira Rosa (3º, 4º e 5º ano); E. M Santo Agostinho.
Eixo: Atividades Integradoras e Complementares
Carga Horária Diária: 4h15 (Ensino Regular) 3h15 (Atividades Complementar- Tempo Integral).
Carga Horária Semanal: 16h15 (Atividade Complementar- Tempo Integral).
Nº de semanas letivas: 28 semanas (maio a dezembro).
Total Anual: 455h (Atividade Complementar- Tempo Integral).

Cidimara Ribeiro da Luz Lorenz
INSPETORA ESCOLAR
MASP: 1247021-7

PREFEITURA ITAJUBÁ
GOVERNO SÉRIO E BOM DE SERVIÇO

PREFEITURA ITAJUBÁ
GOVERNO SÉRIO E BOM DE SERVIÇO

Matriz Integrada – Áreas Temáticas e Distribuição

Eixos formativos	A/S	H/A (60 min)	Descrição
1- Autonomia no Cotidiano (Transição / organização / higiene)	5 *	35h	Direcionado ao desenvolvimento da autorregulação, responsabilidade, higiene pessoal, organização pessoal e da vida diária, promovendo competências socioemocionais e fortalecimento da convivência.
2- Basquete	2	56h	Desenvolvimento de atividades sistemáticas de basquete educacional, com foco na iniciação esportiva, aprimoramento motor, trabalho em equipe, disciplina, respeito às regras, cooperação e promoção da saúde.
3- Capoeira	1	28h	A capoeira será desenvolvida como prática educativa integradora, articulando movimento, cultura, expressão corporal e convivência, com ênfase na **Cultura Afrodescendente**. A proposta contempla atividades voltadas ao desenvolvimento da motricidade ampla, coordenação motora, equilíbrio, lateralidade, ritmo e percepção corporal, por meio de jogos, movimentos básicos, sequências corporais e dinâmicas em roda. Para além dos aspectos motores, a capoeira contribui para a ampliação do repertório cultural dos estudantes, promovendo o conhecimento de suas origens históricas, simbologia e musicalidade, bem como o fortalecimento de valores como respeito, cooperação, disciplina, pertencimento e identidade cultural, valorizando as contribuições da Cultura Afrodescendente para a formação da sociedade brasileira.
4- Educação Patrimonial	1	28h	Ações educativas voltadas à valorização do patrimônio histórico, cultural e artístico local e regional associadas a práticas de expressão artística, estimulando identidade cultural, criatividade, senso de pertencimento e preservação da memória coletiva.
5- Artes Marciais (Judô)	2	56h	Desenvolvimento da prática das artes marciais com abordagem educativa, priorizando disciplina, autocontrole, respeito, fortalecimento físico e emocional, além da formação ética dos estudantes.
6- Artes Integradas (Dança, Teatro, Musicalização)	3	84h	Desenvolvimento de atividades artísticas integradas, incluindo musicalização, criação de coreografias, jogos teatrais, expressão corporal e adaptações de clássicos da literatura infantil, promovendo criatividade, comunicação, sensibilidade artística e múltiplas formas de expressão.

Cidimara Ribeiro da Luz Loren
INSPETORA ESCOLAR
MASP: 1247021-7

PREFEITURA ITAJUBÁ

7- Cinema	1	28h	Utilização do cinema como ferramenta pedagógica para o desenvolvimento educacional integral, por meio da exibição mediada de filmes e curtas-metragens, rodas de conversa, leitura crítica de imagens e narrativas, ampliação do repertório cultural e estímulo ao pensamento crítico e à expressão oral e escrita.
Arte/ Movimento ou Reforço Escolar	5	140h	- Direcionado a música, teatro, artes visuais e manifestações culturais locais, com o objetivo de estimular criatividade, expressão oral e corporal. - Trabalho voltado a recomposição de aprendizagem.
Total	20	455h	

Observações Técnicas

- A/S = Aulas semanais
- H/A = Horas Anuais com duração de 60 minutos
- * 15min.

Itajubá, 22 de abril de 2026.

Inspetor Escolar
Cidimara Ribeiro da Luz Loren
INSPETORA ESCOLAR
MASP: 1247021-7

Secretário de Educação

PREFEITURA ITAJUBÁ
GOVERNO SÉRIO E BOM DE SERVIÇO

REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE ITAJUBÁ
EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL - ATIVIDADES COMPLEMENTARES
MATRIZ CURRICULAR - ANO 2026

FUNDAMENTAÇÃO:

1. Fundamentada nos princípios da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996) e do Plano Nacional de Educação (Lei nº 15.388/2026) e Educação em Tempo Integral no Brasil, Lei nº 14.640/2023.
2. **Decreto Municipal Nº** 11.367/2025 que institui a Política de Educação em Tempo Integral no âmbito do Município de Itajubá-MG.
3. **Política De Educação Em Tempo Integral** da Rede Municipal de Ensino de Itajubá/MG, Educação Infantil e Ensino Fundamental – Anos Iniciais: **"Escola que Acolhe, Forma e Transforma".**
4. **Higiene Bucal:** Lei estadual nº 13.802/00, de 27/12/00, integrado ao Eixo Formativo Autonomia no Cotidiano.
5. **Ensino da Música:** Lei Federal nº 11.769/08, de 18/08/08, integrado ao Eixo Formativo Artes/Movimento.
6. **Educação Alimentar e Nutricional da Escola:** Lei Federal nº 11.947, de 16/06/09, Lei Estadual nº 15.072 de 05/04/94 e nº 18.372 de 04/09/09, integrado ao Eixo Formativo Autonomia no Cotidiano.
7. **Semana de Educação para Vida:** instituída pela Lei Federal nº 11.988/09, integrado em todos os Eixos Formativos.
8. **Os Temas Transversais** fundamentam-se na Constituição Federal de 1988 (arts. 205 e 206), na Lei nº 9.394/1996 – LDB (arts. 2º, 3º, 22, 26 e 27) e na Base Nacional Comum Curricular – BNCC, que orientam a formação integral do estudante, o exercício da cidadania, o respeito à diversidade e a articulação entre educação, trabalho e práticas sociais. Sua inserção no currículo ocorre de forma integrada e interdisciplinar.
9. **Educação Especial Inclusiva** compreendida como modalidade transversal, devendo orientar práticas pedagógicas equitativas, acessíveis e articuladas ao Atendimento Educacional Especializado, quando necessário.
10. **Lei nº 3.670/2025:** Foca na instituição e inclusão do programa de combate à intimidação sistemática (bullying) e violência escolar, integrado em todos os Eixos Formativos.

Escolas: E. M. Alcides Faria (Zona Rural)
Eixo: Atividades Integradoras e Complementares
Carga Horária Diária: 4h15 (Ensino Regular) 3h (Atividades Complementar- Tempo Integral)
Carga Horária Semanal: 15h (Atividade Complementar- Tempo Integral)
Nº de semanas letivas: 38 semanas (março a dezembro)
Total Anual: 474h20 (Atividade Complementar- Tempo Integral)
Alunos atendidos: 1º, 2º, 3º, 4º e 5º anos

Cidimara Ribeiro da Luz Loren...
INSPETORA ESCOLAR
MASP: 1247021-7

PREFEITURA ITAJUBÁ
GOVERNO SÉRIO E BOM DE SERVIÇO

Matriz Integrada – Áreas Temáticas e Distribuição

Eixos formativos	A/S	H/A (60 min)	Descrição
1- Autonomia no Cotidiano (Transição / organização / higiene) e Tarefa Escolar	5	158h20m	Direcionado ao desenvolvimento da autorregulação, responsabilidade, higiene pessoal, alimentação, organização pessoal e da vida diária, promovendo competências socioemocionais e fortalecimento da convivência. E orientação pedagógica voltadas as tarefas escolares diárias.
2- Arte (Musicalização)	3	95h	Direcionado a música, artes visuais e manifestações culturais locais, com o objetivo de estimular criatividade, expressão oral e corporal.
3- Oficina Pedagógica de Português e Matemática	5	158h	Trabalho direcionado a jogos pedagógicos, oficina de leitura e interpretação de texto.
4- Iniciação Esportiva	2	63h	Trabalho com iniciação esportes de diferentes esportes como: Voleibol, Handebol, Basquetebol, Atletismos, entre outros.
Total	15	474h20m	

Observações Técnicas

- A/S = Aulas semanais
- H/A = Horas Anuais com duração de 50 minutos.

Itajubá, 04 de março de 2026.

Inspetor Escolar
Cidimara Ribeiro da Luz Loren...
INSPETORA ESCOLAR
MASP: 1247021-7

Secretário de Educação

PREFEITURA ITAJUBÁ
GOVERNO SÉRIO E BOM DE SERVIÇO

PREFEITURA ITAJUBÁ
GOVERNO SÉRIO E BOM DE SERVIÇO

REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE ITAJUBÁ
EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL - ATIVIDADES COMPLEMENTARES
MATRIZ CURRICULAR - ANO 2026

FUNDAMENTAÇÃO:

1. Fundamentada nos princípios da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996) e do Plano Nacional de Educação (Lei nº 15.388/2026) e Educação em Tempo Integral no Brasil, Lei nº 14.640/2023.
2. **Decreto Municipal** Nº 11.367/2025 que institui a Política de Educação em Tempo Integral no âmbito do Município de Itajubá-MG.
3. **Política De Educação Em Tempo Integral** da Rede Municipal de Ensino de Itajubá/MG, Educação Infantil e Ensino Fundamental – Anos Iniciais: **"Escola que Acolhe, Forma e Transforma".**
4. **Higiene Bucal:** Lei estadual nº 13.802/00, de 27/12/00, integrado ao Eixo Formativo Autonomia no Cotidiano.
5. **Educação Alimentar e Nutricional da Escola**: Lei Federal nº 11.947, de 16/06/09, Lei Estadual nº 15.072 de 05/04/94 e nº 18.372 de 04/09/09, integrado ao Eixo Formativo Autonomia no Cotidiano.
6. **Semana de Educação para Vida:** instituída pela Lei Federal nº 11.988/09, integrado em todos os Eixos Formativos.
7. **Educação Para o Consumo**: Lei Estadual nº 12.909/96 de 24/06/96, integrado ao Eixo Formativo Ciências e Natureza.
8. **Educação Ambiental:** Lei Federal nº 9.795/99 de 27/04/99, integrado ao Eixo Formativo Educação Ambiental.
9. **A BNCC da Computação:** complemento à BNCC, estabelecido pela Lei nº 14.533/2023 (Política Nacional de Educação Digital), regulamentado pelos Pareceres CNE/CEB nº 2/2022 e Resolução CNE/CEB nº 1/2022, que introduz os conteúdos e as competências de Cultura Digital, Mundo Digital e Pensamento Computacional para a Educação Básica será integrado ao Eixo Formativo Cultura Digital.
10. **Os Temas Transversais** fundamentam-se na Constituição Federal de 1988 (arts. 205 e 206), na Lei nº 9.394/1996 – LDB (arts. 2º, 3º, 22, 26 e 27) e na Base Nacional Comum Curricular – BNCC, que orientam a formação integral do estudante, o exercício da cidadania, o respeito à diversidade e a articulação entre educação, trabalho e práticas sociais. Sua inserção no currículo ocorre de forma integrada e interdisciplinar.
11. **Educação Especial Inclusiva** compreendida como modalidade transversal, devendo orientar práticas pedagógicas equitativas, acessíveis e articuladas ao Atendimento Educacional Especializado, quando necessário.
12. **Lei nº 3.670/2025:** Foca na instituição e inclusão do programa de combate à intimidação sistemática (bullying) e violência escolar, integrado em todos os Eixos Formativos.

Escolas: E. M. Coronel Silvestre Ferraz (Zona Rural).
Eixo: Atividades Integradoras e Complementares.
Carga Horária Diária: 4h15 (Ensino Regular) 3h30 (Atividades Complementar- Tempo Integral).
Carga Horária Semanal: 17h30 (Atividade Complementar- Tempo Integral).
Nº de semanas letivas: 28 semanas (maio a dezembro).
Total Anual: 490h (Atividade Complementar- Tempo Integral).
Alunos atendidos: 1º, 2º e 3º ano do Ensino Fundamental –Anos Iniciais

Cidimara Ribeiro da Luz Lorena
INSPETORA ESCOLAR
MASP: 1247021-7

PREFEITURA ITAJUBÁ
GOVERNO SÉRIO E BOM DE SERVIÇO

Matriz Integrada – Áreas Temáticas e Distribuição

Eixos formativos	A/S	H/A (50 min)	Descrição
1- Autonomia no Cotidiano (Transição / organização / higiene) e Tarefa Escolar	5 (30min)	70h	Direcionado ao desenvolvimento da autorregulação, responsabilidade, higiene pessoal, alimentação, organização pessoal e da vida diária, promovendo competências socioemocionais e fortalecimento da convivência. E orientação pedagógica voltadas as tarefas escolares diárias.
2- Arte / Empreendedorismo	3	70h	Direcionado a artes manuais e manifestações culturais locais, com o objetivo de estimular criatividade e o empreendedorismo.
3- Oficina Pedagógica de Português	3	70h	Trabalho direcionado a jogos pedagógicos, tarefas escolares, oficina de leitura e alfabetização.
4- Oficina Pedagógica de Matemática	3	70h	Trabalho direcionado a jogos pedagógicos para estimulação do raciocínio logico-matemático e tarefas escolares.
5- Educação Ambiental	3	70h	Responsabilidade ambiental, protagonismo comunitário, sensibilização ecológica, sustentabilidade e ações práticas sobre meio ambiente: criação e manutenção da horta escolar EducaAtiva; compostagem e reaproveitamento de resíduos orgânicos; estudo sobre reciclagem e coleta seletiva
6- Ciências e Natureza	3	70h	Estimulação da curiosidade, pensamento científico e investigação; promoção do autocuidado e qualidade de vida; desenvolvimento do respeito e conhecimento sobre a vida.
7- Cultura Digital	3	70h	Desenvolvimento das competências digitais básicas, pensamento crítico sobre o uso das tecnologias e práticas colaborativas no ambiente digital, promovendo a autoria, segurança e criatividade nos meios digitais: Familiarização com Tecnologias Digitais; Leitura, Pesquisa e Navegação Segura; Produção Digital e Criatividade; Comunicação e Colaboração Online (com mediação); Pensamento Computacional e Jogos Digitais Educativos.
Total	23	490h	

Cidimara Ribeiro da Luz Lorena
INSPETORA ESCOLAR
MASP: 1247021-7

PREFEITURA ITAJUBÁ
GOVERNO SÉRIO E BOM DE SERVIÇO

5. Objetivos da Educação em Tempo Integral

São objetivos da Educação em Tempo Integral:

- Fomentar a oferta de matrículas em tempo integral, em observância a meta 6 estabelecida pela lei nº 15.388, de 14 de abril de 2026 - Plano Nacional de Educação e o Plano Municipal de Educação;
- Ampliar as oportunidades de acesso à educação de qualidade aos estudantes da rede municipal de ensino por intermédio da jornada escolar integral, alinhada às atuais demandas;
- Promover a equalização de oportunidades de acesso e permanência na oferta de jornada de tempo integral;
- Melhorar a qualidade da educação básica pública, elevando os resultados e assegurando os direitos de aprendizagem e desenvolvimento integral dos estudantes;
- Contribuir para a melhoria da aprendizagem através da ampliação do tempo, do espaço, e das oportunidades educativas;
- Oportunizar tempo e espaço para livre criação e difusão de suas culturas, valorizar e reconhecer saberes, fazeres e sentimentos expressados por meio do universo simbólico e artístico;
- Contribuir para a redução da evasão, da reprovação, da distorção idade/ano, mediante ações pedagógicas que favoreçam o desenvolvimento integral dos sujeitos;
- Contribuir para o enfrentamento dos vários desafios que crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade vivem, consequentemente, a melhoria contínua da qualidade da aprendizagem e do bem-estar dessas crianças e jovens conforme previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente em seu artigo 5º e Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional;
- Promover a aproximação entre a escola, às famílias e as comunidades, mediante atividades que visem à responsabilização e a interação com o processo educacional, integrando os equipamentos sociais e comunitários entre si e à vida escolar;
- Promover a cultura de paz e não violência no cotidiano escolar e nos espaços comunitários, bem como minimizar os impactos da vulnerabilidade social.
- Promover a articulação entre a escola, a comunidade e as famílias, assegurando o compromisso coletivo com a construção de um projeto educacional coletivo;
- Ampliar o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB tanto no componente de fluxo quanto no de proficiência e os resultados da avaliação da alfabetização.

6. Carga horária de funcionamento da Educação em Tempo Integral

Atualmente, ano letivo de 2026, a Rede Municipal de Ensino de Itajubá oferta Educação Integral em Tempo Integral em todas as unidades de Educação Infantil que atendem crianças de 0 a 3 anos, com

jornada diária de 9 (nove) horas, conforme organização curricular estabelecida na respectiva Grade Curricular.

No Ensino Fundamental, a Educação Integral em Tempo Integral é ofertada em 12 (doze) unidades escolares, observadas diferentes formas de organização da jornada: 6 (seis) escolas possuem turmas com carga horária diária de 10h05 (dez horas e cinco minutos) e 9 (nove) escolas possuem turmas com carga horária diária de 7h15 (sete horas e quinze minutos), em conformidade com as respectivas organizações curriculares.

Para o ano letivo de 2027, está prevista a ampliação da oferta da Educação Integral em Tempo Integral no Ensino Fundamental, com a criação de aproximadamente 150 (cento e cinquenta) novas matrículas, mediante parceria com organização da sociedade civil sem fins lucrativos, observados os princípios, procedimentos e requisitos estabelecidos pela Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, e demais normas aplicáveis. A expansão deverá integrar o planejamento da Política Municipal de Educação Integral em Tempo Integral, considerando a demanda educacional, a capacidade de atendimento da rede, a organização curricular, a infraestrutura disponível e as condições pedagógicas e financeiras necessárias à garantia da qualidade da oferta.

7. Alimentação Escolar

Os alunos que permanecem na Educação em Tempo Integral na escola por 9h e 10h recebem 05 refeições diárias balanceadas e nutritivas, de acordo com os parâmetros do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e com a complementação do município, sob a orientação e coordenação da nutricionista da rede municipal de ensino.

Os alunos que permanecem na Educação em Tempo Integral na escola por 7h15 recebem 04 refeições diárias balanceadas e nutritivas, de acordo com os parâmetros do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e com a complementação do município, sob a orientação e coordenação da nutricionista da rede municipal de ensino.

Os espaços e períodos destinados à alimentação dos estudantes serão um momento para formação de hábitos alimentares saudáveis, de higiene pessoal e ambiental, com o objetivo de desenvolvimento da autonomia e da responsabilidade dos indivíduos no cuidado com a saúde. Também visa a socialização e interação entre todos.

8. Matrícula

Para participar do projeto, o aluno terá que atender aos seguintes requisitos:

a) Estar devidamente matriculado e frequente em uma turma regular da Rede Municipal;

b) Matricular-se e frequentar turmas das Atividades Complementares de modo a que a soma da carga horária regular de um aluno, somada à carga horária das atividades complementares em que ele esteja devidamente matriculado e frequente seja de 7h/dia, ou 35h/semanais.

c) No ato da matrícula, o pai, a mãe ou o responsável legal pelo estudante deverá assinar o Termo de Compromisso para Matrícula na Educação em Tempo Integral, formalizando a adesão à

jornada ampliada. Em caso de solicitação de desligamento, o responsável legal deverá assinar o respectivo Termo de Desligamento, formalizando a saída do estudante e possibilitando a disponibilização da vaga para outro estudante, conforme os critérios estabelecidos pela Rede Municipal de Ensino.

9. Avaliação da aprendizagem

A avaliação deve ser concebida como um instrumento para fornecer informações sobre o processo de ensino/aprendizagem e do desenvolvimento cognitivo, tanto para o professor analisar os resultados de seu trabalho, quanto para o estudante verificar seu desempenho.

A avaliação da aprendizagem na Educação Infantil será realizada mediante acompanhamento e registro do desenvolvimento das crianças, sem objetivo de promoção, mesmo em se tratando de acesso ao Ensino Fundamental. Tendo a dimensão formadora, com acompanhamento do processo contínuo de desenvolvimento da criança e da apropriação do conhecimento, tornando-se o suporte para a ação educativa.

A avaliação e o acompanhamento serão realizados por meio de relatórios mensais elaborados pelas entidades sem fins lucrativos responsáveis pela execução dos serviços e dos profissionais contratados pela SEMED. Os relatórios deverão apresentar informações e análises referentes aos seguintes aspectos: quantidade de alunos atendidos; qualidade do ensino; frequência dos estudantes; utilização de materiais didático-pedagógicos; estrutura física; aplicabilidade da Matriz Curricular; registros fotográficos; profissionais atuantes; rendimento escolar, entre outros aspectos pertinentes.

10. Gestão da escola e recursos humanos

Equipe responsável pelo Programa Tempo Integral – Gestão 2025/2028

CARGO/FUNÇÃO
Secretário Municipal de Educação
Diretora de Educação em Tempo Integral
Diretora do Ensino Fundamental

As escolas de Educação em Tempo Integral possuem com os seguintes profissionais contratados por processo seletivo ou concurso:

QUANTIDADE	CARGO/FUNÇÃO
42	Gestores escolares (Coordenadores, diretores e vice-diretores);
60	Cozinheiros/ Auxiliares de Cozinha;
10	Professores para Oficinas Pedagógicas;
01	Instrutor de Artes

Os **instrutores** das oficinas e **monitores** de sala, são contratos da parceria com organização da sociedade civil sem fins lucrativos que fazem a prestação do serviço, conforme Quadro Curricular supracitado. A atuação das equipes será orientada pelos princípios da colaboração intersetorial, do planejamento participativo e da formação continuada, assegurando a coerência entre concepção pedagógica e práticas cotidianas.

11. Parcerias intersetoriais

No desenvolvimento das atividades para a efetivação da educação integral em tempo integral, a Secretaria Municipal de Educação, atua em colaboração/parceria com organização da sociedade civil sem fins lucrativos. Como atividades extras também temos as seguintes parcerias: 4º Batalhão de Engenharia e Combate de Itajubá com ao Projeto Força no Esporte – PROFESP; Corpo de Bombeiros com a Projeto Golfinho, iniciação de natação como forma de prevenção de acidentes; e Secretaria de Agricultura com o Projeto "Hortas EducAtivas".

12. Recursos financeiros/físicos e gestão de insumos

VALOR TOTAL DO RECURSO (previsão 2026)	**QUANTITATIVO DE ALUNOS ATENDIDOS**	**DIAS LETIVOS**	**DESCRIÇÃO DE INSUMOS**	**FONTE DO RECURSO**
FUNDEB + VAAR: 64.700,00 **4% para ETI: 2.600.000,00**	**1.814**	200	1.433,29 por aluno (aproximadamente)	Custeio: 1.600.000.00 Capital: 1.000.000,00 (aproximadamente)

As despesas serão destinadas à manutenção e execução das ações de Educação em Tempo Integral, incluindo contratação e pagamento de prestadores de serviços, execução de parcerias, aquisição de materiais de consumo, recursos pedagógicos, serviços necessários ao funcionamento das atividades e investimentos em infraestrutura (incluindo a construção de novas unidades e/ou ampliação, reformas), equipamentos e materiais permanentes.

Caso haja complementação com outras fontes, como programas estaduais ou parcerias institucionais, os valores serão descritos em planilhas específicas e devidamente registrados no sistema de gestão educacional.

13. **Acompanhamento e avaliação da expansão das matrículas de tempo integral**

A Secretaria Municipal de Educação acompanhará, anualmente, a partir de 2026, a expansão das matrículas na Educação em Tempo Integral, visando ao cumprimento da meta estabelecida para o primeiro quinquênio, correspondente a 35% das matrículas da Rede Municipal de Ensino.

A avaliação da Educação em Tempo Integral será periódica, mediante reuniões com a equipe gestora e pedagógica da escola, com registro dos pontos relevantes que possam afetar positiva ou negativamente

os resultados da efetivação da Educação em Tempo Integral. Em vistorias permanentes administrativas e pedagógicas para análise da evolução do ensino e aprendizagem das turmas matriculadas em período integral.

A avaliação e o acompanhamento serão realizados por meio de relatórios mensais elaborados pelas entidades sem fins lucrativos responsáveis pela execução dos serviços e dos profissionais contratados pela SEMED.

Fluxo Anual de Monitoramento das Metas da ETI para o Primeiro Quinquênio do PNE (2026–2031)

Período	Etapas Principais	Objetivos da Etapa
Janeiro	- Análise dos resultados do ano anterior - Planejamento do novo ciclo: Apresentação do regulamento aos gestores; das oficinas e quadro de horários.	Avaliar cumprimento das metas, ajustar estratégias e definir novas metas anuais.
Fevereiro/Março	- Matrículas; - Apresentação do Regulamento e Termo de Adesão para a comunidade.	Acompanhar a expansão das matrículas, infraestrutura e adesão da comunidade escolar
Abril/Maio	- Reunião com a consultoria Minas Mais para direcionamento das matrículas no Educacenso (abril); - Coleta de dados no Educacenso / SIMEC (maio).	Verificar cumprimento parcial das metas (abril) e aplicar correções necessárias.
Junho/Julho	- Avaliação do 1º semestre; - Atualização do painel de indicadores.	Avaliar cumprimento das metas, ajustar estratégias.
Agosto/setembro	- Estratégias para a manutenção da frequência.	Manter o controle sobre frequência, evasão, atividades e resultados.
Outubro/novembro	- Diagnóstico para o ano seguinte; - Levantamento de vagas, espaços e orçamento; - Culminância das atividades (novembro).	- Antecipar decisões administrativas e pedagógicas para o próximo ano letivo.- Apresentar a comunidade os trabalhos realizados durante o ano letivo.
Dezembro	- Avaliação final dos indicadores - Relatório geral e planejamento do ciclo seguinte.	Consolidar dados, elaborar relatórios e definir metas para o próximo ano.

14-Considerações finais

A implantação da Educação em Tempo Integral no município de Itajubá/MG representa um passo decisivo na promoção de uma política educacional comprometida com a equidade, a qualidade e o desenvolvimento integral dos estudantes. Em um contexto marcado por rápidas transformações sociais, econômicas e tecnológicas, é imperativo que a escola amplie seu papel para além da mera transmissão de conteúdos, tornando-se um espaço vivo de formação cidadã, de fortalecimento de vínculos comunitários e de valorização das múltiplas dimensões do ser humano.

Inspirados no pensamento de Miguel Arroyo, compreendemos que "a escola de tempo integral é uma aposta na reinvenção da escola como território de direitos" (ARROYO, 2012). Ao articular saberes escolares e não escolares, ao respeitar os tempos e ritmos dos sujeitos e ao integrar a comunidade no processo educativo, o modelo de tempo integral oferece condições reais para a formação de sujeitos críticos, autônomos e solidários.

Este plano não é um ponto de chegada, mas um marco inicial de uma jornada coletiva. Requer o envolvimento contínuo de gestores, professores, estudantes, famílias e parceiros sociais. A sustentabilidade e a efetividade da proposta dependerão da escuta atenta às realidades locais, da valorização dos profissionais da educação, da avaliação constante das práticas pedagógicas e do compromisso político com o direito à educação integral, como previsto no Plano Nacional de Educação (PNE).

Assim, reafirmamos que a Educação em Tempo Integral em Itajubá não é apenas uma ampliação do tempo escolar, mas uma profunda reconfiguração do sentido da escola como espaço de construção de futuros possíveis, de inclusão e de justiça social.

A presente política deverá ser revisada e atualizada anualmente, com base em diagnósticos educacionais e sugestões das escolas, conselhos e comunidades envolvidas.

Considerando que o Município de Itajubá se encontra em processo de regularização e efetiva constituição do Conselho Municipal de Educação, a presente Política Municipal de Educação Integral em Tempo Integral será submetida, excepcionalmente, à apreciação do Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB – CACS/FUNDEB, enquanto instância colegiada regularmente constituída e atuante no âmbito municipal. A medida busca assegurar a participação e o controle social no processo de elaboração e reestruturação da política educacional, sem prejuízo da posterior apreciação pelo Conselho Municipal de Educação, tão logo este esteja formalmente constituído e apto ao exercício de suas atribuições, observadas as disposições da Resolução CEE nº 497, de 04 de junho de 2024, e demais normas aplicáveis.

gov.br Documento assinado digitalmente
WANDER WILSON CHAVES
Data: 01/10/2026 12:23:53-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Itajubá, 30 de setembro de 2026.

Wander Wilson Chaves

Secretário Municipal de Educação

Fernanda Fernandes Maduro, Juliana S. Paula Salum, Jaqueline Simões Bellini, Iolanda Rodrigues Rosana de Fátima Tomaz Carneiro Lopes, Nilene Aparecida Silva, Sônia Aparecida Guimarães, Alexandra Amada Silva Ribeiro Wander Wilson Chaves Maria Angelica Ferreira Fonseca,

PODER LEGISLATIVO

Atos Oficiais

Portarias

CÂMARA MUNICIPAL DE ITAJUBÁ
(35) 3629-6400
www.itajuba.cam.mg.gov.br
Praça Amélia Braga, 45 - Centro
Itajubá - MG | CEP: 37500-030

PORTARIA/CMI Nº 124/2026.

O 1º VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE ITAJUBÁ, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º – Autorizar o Presidente da Câmara Sílvio Cesar Vieira e a assessora Ana Clara dos Santos Vieira, a viajarem até a cidade de Belo Horizonte: A viagem tem como objetivo representar a Câmara Municipal de Itajubá na celebração do aniversário de 74 anos da Associação Mineira de Municípios (AMM). A participação no evento representa uma oportunidade de fortalecer o relacionamento institucional com a AMM e demais representantes dos municípios mineiros, promovendo a troca de experiências e o diálogo sobre assuntos de interesse da administração pública municipal. Com previsão de saída dia 20/10/26 às 11h e de retorno no dia 21/10/26 às 13h. O veiculo oficial será conduzido pelo motorista Sergio Eduardo de Faria.

Art. 2º - Autorizar o pagamento de diárias individuais no valor de R$741,00 (setecentos e quarenta em um reais) correspondentes a 1 diária, totalizando R$2.223,00 (dois mil duzentos e vinte e três reais).

Art. 3º- O relatório de viagem deve atender integralmente ao disposto na Resolução nº 1042 /24.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Cumpra-se e publique-se.

Câmara Municipal de Itajubá, em 15 de outubro de 2026.

RAFAEL GONÇALVES
1º Vice-Presidente

CÂMARA MUNICIPAL DE ITAJUBÁ
(35) 3629-6400
www.itajuba.cam.mg.gov.br
Praça Amélia Braga, 45 - Centro
Itajubá - MG | CEP: 37500-030

PORTARIA/CMI Nº 125/2026.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE ITAJUBÁ, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º – Autorizar o Diretor Administrativo Leandro Albert Nogueira de Sá, o Procurador Geral Gustavo Max de Oliveira o Diretor Financeiro e Orçamentário Antônio Carlos Bernardo e o Controlador Interno Rafael José Manduca de Oliveira, a viajarem para a cidade de Belo Horizonte: O objetivo da viagem é participar da XII Jornada de Contabilidade Pública, promovida pelo Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais. A participação no evento se mostra apta a contribuir para o aperfeiçoamento técnico e institucional das respectivas áreas de atuação, bem como para o aprimoramento das práticas de gestão, controle, transparência e responsabilidade na aplicação dos recursos públicos. Com previsão de saída dia 18/10/2026 às 13h e de retorno para o dia 22/10/2026 às 01h. O veículo oficial será conduzido pelo Procurador Geral Gustavo Max de Oliveira.

Art. 2º- Autorizar o pagamento de diárias individuais no valor de R$2.593,50 (dois mil quinhentos e noventa e três reais e cinquenta centavos) correspondentes a 3,5 diárias, totalizando R$10.374,00 (dez mil trezentos e setenta e quatro reais).

Art. 3º- O relatório de viagem deve atender integralmente ao disposto na Resolução nº 1042 /24.

Art. 4º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Cumpra-se e publique-se.

Câmara Municipal de Itajubá, em 15 de outubro de 2026.

SILVIO CESAR VIEIRA
Presidente

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR: Sílvio Cesar Vieira em 15/10/2026 15:55:30 Portaria Nº 125/2026/2076/2026 Sistema Siscam. Para obter informações sobre assinatura e/ou ver o arquivo original acesse http://consulta.siscam.com.br/camaraitajuba/documentos/autenticar e informe o código do documento - MJC8-E9ZY-810H-9JTR

FALE COM A PREFEITURA

ITAJU ZAP 9 9892-8863

LIGUE 156

@ITAJUBANASREDES



PREFEITURA ITAJUBÁ

GOVERNO SÉRIO E BOM DE SERVIÇO